



**Universidade Federal de Pernambuco
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Mestrado Profissional em Gestão Pública para o
Desenvolvimento do Nordeste**

***O Resort: suas potencialidades como gerador de
emprego e renda em Pernambuco***

José Luís Alonso da Silva

Recife, fevereiro de 2003



**Universidade Federal de Pernambuco
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Mestrado Profissional em Gestão Pública para o
Desenvolvimento do Nordeste**

***O Resort: suas potencialidades como gerador de
emprego e renda em Pernambuco***

José Luís Alonso da Silva

Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM) apresentado ao
Mestrado Profissional em Gestão Pública para o
Desenvolvimento do Nordeste, em 25 de fevereiro de 2003,
aprovado com distinção.

Orientador: Professor Doutor Georges Pellerin da Silva

Recife, fevereiro de 2003

Aos meus pais (In memoriam)

Agradecimentos

Qualquer trabalho em sua fase atualizada é sempre o resultado de um processo anterior, definido a partir da assimilação de conhecimento, este muitas vezes longo. Desta forma, desejamos homenagear inicialmente, a memória do Professor António Rodriguez Gonzalez, e;

Ao Professor Herôdoto Moreira, primeiro, por todas as lições de Nordeste recebidas até hoje e, segundo, pela gentil colaboração na elaboração das tabelas reunidas no Capítulo 4, deste trabalho;

Aos Professores Djailton de Araújo e Frederico Vasconcelos, do Núcleo de Hotelaria e Turismo da UFPE; ao Professor Paulo Guimarães, do Departamento de Economia da Faculdade ESUDA; ao Professor Élder Lins, da UPE/ADM/TEC e à Senhora Anita Dubeux, pelas valiosas observações e sugestões dadas ao longo de todo o trabalho;

À Senhora Vera Marina e aos Senhores Marcos Maia e Júnior Macambira, sem cuja contribuição, esta pesquisa não teria sido possível;

Ao Professor Georges Pellerin, meu orientador, pela forma como conduziu todo o processo de elaboração desta pesquisa;

Aos meus colegas de turma, inesquecíveis;

A Silvania Costa e Lenedalva Lima, as meninas do Mestrado, pelo apurado censo de prestimosidade;

Ao colega Dalgoberto Araújo, pela valiosa contribuição;

Ao colega Anselmo Oliveira, pela colaboração nas questões ligadas à informática;

Um reconhecido agradecimento a todos que, contra todas as adversidades, contribuíram para que este Mestrado se concretizasse e se tornasse na realidade que é hoje;

À UFPE e ao PNUD, instituições partes do tripé que ajudaram a tornar possível este Mestrado, e;

À SUDENE, o meu profundo agradecimento por tudo que me foi proporcionado em função dela e pelos ensinamentos de Nordeste, que fizeram com que aprendesse a conhecer, a entender e a respeitá-lo.

Por último, o meu mais afetuoso agradecimento a duas pessoas muito queridas: a minha mulher Bernadete, meu (e)terno porto seguro e ao meu filho Flávio que, com seu idealismo juvenil, muito me incentivou.

Resumo

Este trabalho trata sobre o potencial de emprego e renda do *resort*, em Pernambuco, no contexto da atividade hoteleira do turismo, do ponto de vista histórico, estrutural, econômico e os estímulos que provoca em outros setores da economia, de uma forma geral. Procurou-se analisar o *resort*, em termos comparativos, com os *Estabelecimentos Hoteleiros com Restaurante*, no período de 1997 a 2000, a partir das variáveis: categoria funcional, rendimento (em salários mínimos) e escolaridade das pessoas empregadas nesses estabelecimentos hoteleiros, de forma a permitir avaliar os benefícios que o mesmo proporciona, no tocante a aspectos qualitativos e quantitativos, na geração de emprego e estrutura de renda. A pesquisa desenvolveu-se em três etapas essenciais. A primeira, referente à pesquisa bibliográfica, para precisar a parte conceitual e obter conhecimento do contexto do ambiente relacional ou próximo, da atividade turística. Neste segmento, incluiu-se a busca a documentos de órgãos reguladores das atividades turísticas, como a Embratur e a OMT, principalmente. A segunda e fundamental, apoiou-se nos dados secundários disponibilizados pela RAIS-CGETIP/MTE, relativos ao universo denominado *Estabelecimentos Hoteleiros com Restaurante*,¹ abrangendo 4.203 e 5.261 pessoas, em 139 e 168 estabelecimentos hoteleiros, em 1997 e 2000, respectivamente. A partir das listagens de dados brutos da RAIS-CGETIP/MTE, reconfigurou-se a informação para obtenção das tabulações pertinentes às variáveis analisadas. A terceira, as entrevistas com cinco especialistas da área do turismo. Os resultados da pesquisa levaram a concluir que, em termos comparativos com o total da hotelaria com restaurante, o *resort* apresenta indicadores potencialmente mais elevados de escolaridade, emprego e remuneração. Contudo, a médio prazo, os dados parecem sugerir alguma convergência com o comportamento médio observado nos hotéis com restaurante, a ser confirmado a partir de uma série histórica maior.

¹ Designação do Ministério do Trabalho e Emprego e abrange todas as categorias de estabelecimentos hoteleiros possuidores de restaurante.

Abstract

This paper deals with the job generation and income potential of the *resort* in Pernambuco state, in the context of the hotel activities of tourism, from the historical, structural, economic and the stimulus that it causes on other sectors of the economy, in a general way. It was tried to analyze the *resort* in comparative terms with other hotel types with restaurant, in the period from 1997 up to 2000, from the variables as: functional category, income (in minimum wages) and level of schooling of the employees in these hotel establishments, from these information it was tried to evaluate the benefits of quantitative and qualitative aspects on job generation and income structure. The research was developed in three essential phases. The first, referred to the bibliography research to establish the conceptual part and to obtain the knowledge about the context of the relational environment or close to the touristy activity. In this segment was included the research of documents of some regulatory agencies of touristy activities, mainly as Embratur and WTO. The second, and most important phase was based on the secondary data that were obtained from RAIS-CGETIP/MTE, related to *Hotels with Restaurants*², reaching 4.203 and 5.261 people, on 139 and 168 hotel establishments, in 1997 and 2000 respectively. From the gross data on RAIS-CGETIP/MTE, the information was reconfigured in order to obtain the tabulation of the analyzed variables. The third, was the interviews with five experts on the tourism field. The results of the research showed that when comparing the *resort* with other hotels with restaurant it was showed indexes potentially higher of schooling, job generation and income. However, in a medium term data seem to suggest convergence with the general behavior observed on the hotels with restaurant, to be confirmed from a longer historical series

² Designated by the Ministry of Labor embraces the categories of hotels that have restaurants.

Lista de siglas

ABIH – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo;
EUROSTAT – Serviço de Estatística da União Européia
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Biblioteca;
IH – Instituto de Hospedagem
INFRAERO - Infraestruturas Aeroportuárias;
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS - CGETIP – Relação Anual de
Informações Sociais - Coordenação Geral de Estatísticas e Identificação Profissional
OECD/OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PRODETUR – Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
THE ECONOMIST – Grupo editorial
WTO/OMT – Organização Mundial do Turismo:
WTTC/CMVT – Conselho Mundial de Viagens e Turismo

Lista de tabelas

Tabelas

Tabela 1 – Turismo - Principais Países Receptores de Turistas e Geradores de Receita.	19
Tabela 2 – Brasil e Região Nordeste – Transporte Aéreo – Passageiros desembarcados em voo doméstico, segundo os Estados – 1997-2001.	20
Tabela 3 - Brasil e Região Nordeste – Transporte Aéreo – Passageiros desembarcados em voo internacional, segundo os Estados – 1997-2001.	21
Tabela 4.1 – Estado de Pernambuco – Variação % da participação do número de pessoas empregadas nos estabelecimentos hoteleiros da categoria <i>resort</i> , segundo os níveis funcionais – 1997/2000.	80
Tabela 4.2 - Estado de Pernambuco – Variação % da participação do número de pessoas empregadas nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, segundo os níveis funcionais – 1997/2000.	81
Tabela 4.3 - Estado de Pernambuco – Participação do número médio de pessoas empregadas nos <i>resorts</i> e nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, segundo os níveis funcionais – 1997/2000.	82
Tabela 4.4 - Estado de Pernambuco – Variação % da participação média do número de pessoas empregadas nos <i>resorts</i> , em relação às empregadas nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, segundo os níveis funcionais – 1997/2000.	83
Tabela 4.5 - Estado de Pernambuco – Variação % da participação do número de empregados nos estabelecimentos hoteleiros da categoria <i>resort</i> , segundo os níveis de renda – em salários mínimos – 1997/2000.	84
Tabela 4.6 - Estado de Pernambuco – Variação % da participação do número de empregados nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, segundo os níveis de renda – em salários mínimos – 1997/2000.	85
Tabela 4.7 - Estado de Pernambuco – Participação do número médio de pessoas empregadas nos <i>resorts</i> e nos estabelecimentos hoteleiros com	

restaurante, segundo os níveis de renda – em salários mínimos – 1997/2000.	86
Tabela 4.8 - Estado de Pernambuco – Variação % da participação média do número de pessoas empregadas nos <i>resorts</i> , em relação às empregadas nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, segundo os níveis de renda – 1997/2000.	87
Tabela 4.9 - Estado de Pernambuco – Variação % da participação do número de pessoas empregadas nos estabelecimentos hoteleiros da categoria <i>resort</i> , segundo os níveis de escolaridade – 1997/2000.	88
Tabela 4.10 - Estado de Pernambuco – Variação % da participação do número de pessoas empregadas nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, segundo os níveis de escolaridade – 1997/2000.	90
Tabela 4.11 - Estado de Pernambuco – Participação do número médio de pessoas empregadas nos <i>resorts</i> e nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, segundo os níveis de escolaridade – 1997/2000.	91
Tabela 4.12 - Estado de Pernambuco – Variação % da participação média do número de pessoas empregadas nos <i>resorts</i> , em relação às empregadas nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, segundo os níveis de escolaridade – 1997/2000.	92

SUMÁRIO

<i>Resumo</i>	5
<i>Abstract</i>	6
<i>Lista de siglas</i>	7
<i>Lista de tabelas</i>	8
<i>Introdução</i>	12
A importância da atividade do turismo como fator de desenvolvimento.....	12
Perspectiva histórica	12
A exploração do segmento do turismo como fator de desenvolvimento para Pernambuco	17
Dados gerais.....	18
Motivos para uma política pública	22
A formulação do problema	25
Objetivos	25
Estrutura	25
1. Caracterização da atividade do turismo	26
1.1 Conceito de turismo.....	27
1.2 Formas de turismo	29
1.3 A hotelaria no Brasil.....	29
1.4 Municipalização do turismo e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).....	32
1.5 Fundamentos econômicos do turismo.....	36
1.5.1 O produto turístico e sua composição.....	37
1.5.2 Fases do ciclo de vida do produto turístico.....	38
1.5.3 Demanda, oferta e mercado turísticos.....	40
1.6 Outras repercussões do turismo	42
1.6.1 Quadro tecnológico	42
1.6.2 Política e desenvolvimento sustentável do turismo	44
1.6.3 Estímulos em outros setores econômicos.....	48
2. O emprego e o rendimento no turismo, na hotelaria e no resort	49
2.1 Atividades principais, secundárias e auxiliares.....	49
2.2 Atividades características do turismo.....	52
2.3 Produtos característicos do turismo	53
2.4 Geração de emprego	55
2.4.1 O emprego e o rendimento na hotelaria – conceitos.....	58
2.4.2 Remuneração dos assalariados.....	61
2.4.3 Mas qual emprego?	61
2.5 O multiplicador da renda da economia e do turismo.....	62
2.5.1 Distribuição de renda.....	64
2.5.2 Receitas e despesas.....	65
2.6 Caracterização do resort.....	67
3. A metodologia adotada	71
4. Análise dos resultados	76
4.1 O nível funcional dos empregados	78
4.2 O rendimento dos empregados [em salários mínimos (sal. min.)]	82
4.3 A escolaridade dos empregados.....	85

4.4 Análise cruzada dos dados.....	90
Conclusões.....	93
Bibliografia citada	95
Bibliografia de referência.....	97
Apêndice I - Categorias de emprego nos estabelecimentos hoteleiros do tipo resort, segundo a CBO.....	100
Apêndice II – Categoria de emprego nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, segundo a CBO.....	103

Introdução

A importância da atividade do turismo como fator de desenvolvimento

Perspectiva histórica

O homem aprendeu a viajar ao perceber que gostava ou necessitava de ampliar seu domínio, através de deslocamentos, em busca do aumento do seu território; do seu sustento ou do próprio reduto familiar. Ao saciar sua curiosidade a respeito do que havia além do horizonte conhecido.

De acordo com o livro *Introdução ao Turismo e Hotelaria*, editado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC,³ não se sabe precisar exatamente quando e como surgiu a atividade hoteleira no mundo, mas os indícios levam a crer que esta atividade tenha se iniciado em função da necessidade natural que os viajantes tinham de procurar abrigo, apoio e alimentação durante suas viagens.

A primeira notícia sobre a criação de um espaço destinado especificamente à hospedagem vem de alguns séculos antes da era cristã, quando na Grécia Antiga, no santuário de Olímpia, eram realizados os jogos olímpicos. Para esses eventos, foram construídos o estádio e o pódio, onde se homenageavam os vencedores e ficava a chama olímpica. Mais tarde, foram acrescentados os balneários e uma hospedaria, com cerca de 10 mil metros quadrados, com o objetivo de abrigar os visitantes. Essa hospedaria teria sido o primeiro hotel que se tem notícia.

Já as termas romanas, embora não se destinassem propriamente à hospedagem e sim ao lazer, dispunham de água quente, instalações de até 100 mil metros quadrados e cômodos para os usuários descansarem. Dependendo do status do cliente, esses aposentos podiam ser luxuosos e de grandes dimensões ou mais simples, menores, até mesmo de uso coletivo, para as pessoas comuns.

³ Origem e Expansão da Hotelaria. Disponível em: <www.abih.com.br>. Acesso em: 9 dez. 2001.

A evolução da hotelaria sofreu grande influência dos gregos e especialmente dos romanos, que tendo sido ótimos construtores de estradas, propiciaram a expansão das viagens por todos os seus domínios e, conseqüentemente, o surgimento de abrigos para os viajantes. A região da Bretanha, na França, por exemplo, durante muitos séculos dominada por Roma, incorporou à sua cultura a arte de hospedar. Ao longo de suas estradas se multiplicaram as pousadas. Essa mesma tendência era comum a quase todos os países europeus, igualmente influenciados pelos romanos.

Como naquela época os meios de transportes não percorriam mais do que 60 quilômetros diários, as viagens quase sempre duravam alguns dias. Disso resultou o estímulo à criação das hospedarias que, em Roma, obedeciam a regras muito rígidas; por exemplo, um hoteleiro não poderia receber um hóspede que não tivesse uma carta assinada por uma autoridade, estivesse ele viajando a negócios ou a serviço do imperador.

Nas grandes e refinadas *mansiones*, amplos "hotéis" situados ao longo das principais vias, tais normas eram seguidas à risca, o que não acontecia nas pequenas pousadas que proliferavam nas redondezas das *mansiones*. Essas hospedarias eram muito numerosas e chegavam a dar nome a certas regiões e a alguns locais de entretenimento, como os *circus*.

A famosa Via Appia, por exemplo, no tempo do Império Romano, era um local repleto de pequenas pousadas, estabelecimentos esses onde ocorria toda a sorte de orgias, crimes e desordens.

Essa época de intrigas políticas e intensa luta pelo poder, os magistrados mantinham essas pousadas sob vigilância, já que civis e militares, além dos funcionários dos correios, ali se hospedavam. Isso levava as autoridades a colocarem os donos de pousada em sua folha de pagamento, para que eles relatassem tudo que ouvissem de seus hóspedes.

A lei obrigava a manter vigília à noite, visando à segurança dos hóspedes, de quem era obrigatório anotar os nomes, a procedência e a nacionalidade. Esse panorama continuou mais ou menos inalterado até o final da Idade Antiga.

Com a queda do Império Romano, as estradas vieram a ser menos usadas, em razão da falta de segurança. Esse fato diminuiu o número de hóspedes, prejudicando

seriamente as pousadas. Desse modo, a hospedagem passou a ser oferecida pelos monastérios e outras instituições religiosas, bem mais seguras e confiáveis.

De início um serviço informal, essa hospitalidade dispensada pelos religiosos tornou-se, mais tarde, uma atividade organizada, com a construção de quartos e refeitórios separados, e monges dedicados ao atendimento dos viajantes. Posteriormente, foram construídos prédios próximos aos monastérios, destinados exclusivamente aos hóspedes dando origem às pousadas.

Nesses abrigos, os hóspedes eram obrigados a cuidar da própria alimentação, da iluminação (velas, lampiões, etc) e das roupas de dormir. Além disso, os viajantes dependiam da boa vontade e da acolhida dos responsáveis pelas pousadas.

No século XII, as viagens na Europa voltavam a se tornar mais seguras, e rapidamente as hospedarias se estabeleceram ao longo das estradas. Aos poucos, diversos países implantavam leis e normas para regulamentar a atividade hoteleira, especialmente a França e a Inglaterra.

A França, por exemplo, já dispunha de leis reguladoras dos estabelecimentos e dos serviços hoteleiros no ano de 1254 (século XIII), enquanto na Inglaterra isso aconteceu em 1446 (século XV). No ano de 1514 (século XVI), os hoteleiros de Londres foram reconhecidos legalmente, passando de *hostelers* (hospedeiros) para *innholders* (hoteleiros).

Em 1589, foi editado pelos ingleses o primeiro guia de viagens de que se tem notícia, definindo de modo claro os diferentes tipos de acomodações disponíveis para viajantes a negócio ou passeio.

No interior da Inglaterra, muitas pousadas se desenvolveram a partir dos monastérios que fechavam suas portas. Alguns modernos hotéis ingleses, sem dúvida, tiveram essa origem, a exemplo do New Inn, em Gloucester, e o George , em Glastonbury.

Em 1650 (século XVII), consolidou-se na Europa um meio de transporte que teve grande influência na expansão da hotelaria: as diligências, carruagens puxadas por cavalos.

Durante quase 200 anos, esses veículos circularam pelas estradas européias, garantindo um fluxo constante de hóspedes para as pousadas e hotéis. Convém notar

que muitos serviços de diligências foram estabelecidos pelos próprios hoteleiros, que assim conseguiam assegurar clientela para seus estabelecimentos.

Até o fim da era das diligências, em torno do ano de 1840, quando surgiram as ferrovias, os terminais de trota e os estábulos ficavam instalados nas pousadas.

Velhos estabelecimentos foram reformados ou reconstruídos, outros novos surgiram em estradas que levavam às capitais, devido ao intenso tráfego das diligências.

Algumas das maiores pousadas daquele período foram projetadas especificamente para se integrar com esse meio de transporte, fazendo o papel de estação de chegadas e partidas. Dispunham de escritório de reservas e salas de espera; além disso, muitas dessas "estações" possibilitavam ao viajante fazer reservas e comprar passagens de diligências, de várias rotas, a partir da pousada o Hotel Royal, na Inglaterra, por exemplo, havia um total de 23 linhas.

Com a chegada das ferrovias, as diligências praticamente desapareceram, e a rede hoteleira que delas dependia sofreu um golpe rude, já que as ferrovias eram um meio de transporte muito mais rápido, o que resultava em viagens de menor duração. Muitos hoteleiros não conseguiram se adaptar aos novos tempos, já que estavam habituados com determinadas regras de hospedagem.

Dessa maneira, muitos hotéis fecharam suas portas ou reduziram seu tamanho, enquanto outros estabelecimentos conseguiram acompanhar as novas regras e se ambientar com o novo meio de transporte. Novos hotéis foram construídos, próximos às estações ferroviárias, a exemplo de Euston, em Londres.

No final do século XIX., os hóspedes tinham se tornado mais exigentes e surgiram então hotéis de grande luxo, como os famosos Savoy, Ritz, Claridge, Carlton e outros, acompanhando a tendência dos fabulosos trens e navios de passageiros da época.

O ano de 1872 trouxe uma novidade: a primeira viagem turística em grupo, organizada por Thomas Cook. O inglês Thomas Cook, organizou uma viagem de um dia partindo de Lancaster para Loughbourg, reunindo 570 pessoas que iam participar de um congresso antiálcool e cobrou pelos seus serviços.

Este simples fato criou o turismo e o primeiro profissional de serviços de viagem. Cook ficou tão entusiasmado que se transformou em empresário, montando

uma empresa para desenvolver um sistema de funções e serviços para viajantes que existe até hoje, as agências de viagem. Surgiu logo depois a figura ou a função do guia de turismo.

A consequência desta iniciativa foi o crescimento da indústria de alojamento e alimentação. O desenvolvimento da aviação comercial deu nova dimensão ao turismo. Surgem os vôos *charters* (fretados) e as transportadoras aéreas passaram a exercer um papel fundamental no desenvolvimento turístico.

Com o desenvolvimento dos serviços de transporte, alojamento, alimentação e recreação passou-se a reivindicar a profissionalização de quem presta estes serviços. Assim, surgiram escolas de hotelaria e as de serviço.

Hoje, países como a Suíça, Itália, Estados Unidos, Espanha, Inglaterra e México, em especial, investem fortemente na formação de recursos humanos na área, pois turismo só funciona com capacitação. Afinal o progresso econômico criou necessidades de conhecer, saber e ter status logo, de viajar.

No estudo de Galindo e Guimarães,⁴ o final da década de 50, início da década de 60, representam o início da grande revolução no turismo no mundo, como setor organizado, quando por um lado os avanços tecnológicos permitiram a modernização dos equipamentos de hospedagem e por outro, esses mesmos avanços tecnológicos, permitiram baratear os equipamentos de vôo, fazendo com que o sonho de conhecer outros povos e culturas deixasse de ser privilégio dos mais favorecidos.

Nos anos 80 ocorreram as mudanças tecnológicas significativas a reboque do avanço ocorrido na microeletrônica com o uso da informática em larga escala. As inovações observadas impactaram de forma substancial o relacionamento dos estabelecimentos de turismo com os agentes dos próprios pólos turísticos, a exemplo dos órgãos públicos que cuidam da estratégia do segmento, dos fornecedores e dos clientes.

⁴ GALINDO FILHO, Osmil Torres; GUIMARÃES, Paulo Ferraz. BANCO DO NORDESTE - Setor Turismo. Fortaleza, 2000.

A exploração do segmento do turismo como fator de desenvolvimento para Pernambuco

Caio Luiz de Carvalho,⁵ presidente da Embratur,⁶ referindo-se ao turismo como atividade econômica destaca que:

(...) Não basta saber que a terra que nos foi dada por nascimento é marcada pela beleza natural, pela diversidade biológica, pela riqueza histórico-cultural e, ao mesmo tempo, pela modernidade de sua arquitetura e também pela grandeza inesquecível do seu folclore e das suas festas populares (...) A receita de que uma cidade só será boa para o turista se for boa para o cidadão que nela vive foi enfim assimilado (...) os 1680 municípios brasileiros com potencial turístico que participam desta grande missão têm que oferecer, antes de tudo, as melhores condições de saneamento, saúde, escolaridade, urbanismo e cidadania aos seus moradores (...) nenhuma atividade econômica compete tão intensamente no ambiente da globalização quanto a indústria do turismo (...).

É preciso garantir que essas qualidades regionais inegáveis contribuam para um melhor nível de vida dos seus cidadãos e façam deles pessoas plenamente satisfeitas em suas necessidades.

Segundo Boisier,⁷ a cultura do desenvolvimento regional se manifesta de duas maneiras extremas: a competitiva/individualista, capaz de gerar crescimento mas não desenvolvimento e a cooperativa/solidária, capaz de gerar equidade mas não crescimento. Cabe identificar uma forma de conciliar efetivamente a importância dos dois padrões culturais.

Boisier ressalta ainda que o desenvolvimento de um território organizado depende da articulação de seis elementos: os atores individuais, corporativos e coletivos; a cultura da região, os recursos materiais e humanos; as instituições públicas e privadas; os procedimentos administrativos e o entorno no sentido macro de mercado onde atuam uma multiplicidade de organismos.

⁵ CARVALHO, Caio Luiz. Na busca do turismo que queremos. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) Turismo teoria e prática. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

⁶ O Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) é uma autarquia especial vinculada ao Ministério do Esporte e Turismo (MET), que tem por finalidade formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Turismo. A indústria do turismo tem se mostrado como um importante instrumento de desenvolvimento econômico e social do Brasil. Nesse contexto, a EMBRATUR tem como missão "promover o desenvolvimento sustentável em municípios com o potencial turístico visando o aumento do fluxo de turistas domésticos e estrangeiros". Além disso, a EMBRATUR realiza ações que permitem o aumento do ingresso de divisas estrangeiras por meio da captação de fluxos e investimentos com a finalidade de contribuir para o crescimento da economia do país. A EMBRATUR atua no sentido de promover a melhoria qualidade de vida em municípios com potencial turístico por meio do desenvolvimento local sustentável.

⁷ BOISIER, Sérgio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. ILPES. In: Planejamento e Políticas Públicas. Nº 13. IPEA. Brasília. Julho de 1996.

Na observação de Carvalho, o turismo viveu durante décadas, no país, de um romantismo que mais não fez do que afastar tanto o setor público como o privado de um profissionalismo necessário.

Além dessas deficiências estruturais, haveria ainda na visão de Carvalho, tipicidades que impediriam o aproveitamento pleno do potencial turístico nacional e regional: a) o Brasil não possui fronteiras com países centrais como, por exemplo, o caso do México em relação aos Estados Unidos; b) não integramos um contexto geográfico em que seja possível cruzar-se a pé ou de bicicleta suas fronteiras como na Europa. A constatação é de que só chegaremos a ser um grande mercado turístico internacional se primeiro formos um grande destino doméstico e usarmos essa capacitação para nos tornarmos também um destino internacional.

Percebe-se perfeitamente na maioria dos textos sobre a indústria do turismo uma unanimidade quanto às potencialidades desse setor para assumir o papel de agente de desenvolvimento desde que se priorizem alguns fatores como a capacitação e qualificação da mão-de-obra, os níveis de rendimento, a infra-estrutura, os estudos técnicos, a necessidade da consciência da importância da preservação ambiental, entre outros. Estes seriam os elementos necessários à consolidação da maturidade turística regional.

Desenvolvimento econômico envolve conceitos de crescimento econômico refletido na elevação do rendimento *per capita* acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura da economia.

Dados gerais

O foco deste estudo é o segmento da hospedagem, especificamente o *resort*, mas, eventualmente, discorreremos sobre o macro ambiente do qual faz parte, o setor do turismo de uma forma geral, por acharmos que se perde nitidez conceitual se desprezarmos esse balizamento.

Por essa razão, ao longo do trabalho, os dois conceitos serão tratados com uma certa sobreposição apesar de, conforme referido, a delimitação temática ser o *resort*.

O setor do turismo e cada uma das atividades que o compõem, tem atualmente uma importância enorme na economia de muitos países, conforme se pode observar

na Tabela 1. A partir desta constatação, pretende-se ajudar a identificar os meios para Pernambuco melhor explorar esta vertente de desenvolvimento.

Ao longo do trabalho, pretende-se analisar em que estágio se encontra a indústria do turismo em Pernambuco, especialmente no que toca ao segmento dos *resorts*, como campo de trabalho, gerador de emprego e renda local.

Tabela 1
Turismo
Principais Países Receptores de Turistas e Geradores de Receita

Países	Área (em 1000 km ²)	População (em milhões de hab.)	Número de turistas anuais em 2000 (em milhões de turistas)	Receita gerada com o turismo em 2000 (em US\$ bilhões)	Part. % do emprego na indústria do turismo no emprego total⁽⁹⁾
França	544,0	58,5 ⁽¹⁾	76,5 ⁽⁷⁾	29,9	12,9
EUA	9.629,0	281,4 ⁽²⁾	44,5 ⁽⁷⁾	85,2	12,1
Espanha	506,0	40,5 ⁽³⁾	49,5 ⁽⁷⁾	31,0	20,1
Itália	301,3	57,0 ⁽⁴⁾	39,1 ⁽⁷⁾	27,4	10,9
México	1.964,4	97,5 ⁽⁵⁾	20,6	8,3	9,5
Brasil	8.514,2	169,8 ⁽⁶⁾	5,3	4,2 ⁽⁸⁾	7,4
Mundo	-	-	688,6 ⁽⁷⁾	476,0	7,8

Fontes – OMT / WTO; CMVT / WTTC; EUROSTAT; Institutos de Estatística; IBGE; EMBRATUR;

Elaborada pelo autor.

- (1) Recenseamento de 1999
- (2) Censo de 2000
- (3) Contagem de 2001
- (4) Censo de 2001
- (5) Censo de 2000
- (6) Censo de 2000
- (7) Estimativa da OMT para 2001
- (8) Dados do BCB/EMBRATUR para 2000
- (9) Estimativa da WTTC para 2002

Pernambuco compõe com outros oito Estados a Região Nordeste do Brasil. Possui uma área territorial de 98.937,8 km² (incluindo o Distrito Estadual de Fernando de Noronha). Segundo o último Censo Demográfico, detinha em 2000, uma população residente de 7.918.344 habitantes. Pelos últimos dados disponíveis de contas

regionais, o Estado participou, em 2000, na produção da Região Nordeste, com 20,2% do PIB.⁸

Esta região vem consolidando, ao longo das duas últimas décadas, a sua aptidão turística, desenvolvendo um turismo essencialmente nacional, embora nos últimos anos o turismo internacional venha adquirindo importância, conforme pode-se observar nas Tabelas 2 e 3.⁹

Contudo, não se deve esquecer das consequências nefastas para o turismo mundial, do atentado terrorista a Nova York, em 11 de setembro de 2001, que provocou a retração de todas os principais segmentos dessa importante atividade econômica.

Apesar de não se poder desconsiderar o real impacto dessa ocorrência em 2002, observa-se que, analisando-se as Tabelas 2 e 3, relativas ao movimento do transporte aéreo na região Nordeste, o Estado de Pernambuco foi menos atingido do que a própria região Nordeste como um todo, e mesmo do que o país.

Tabela 2
Brasil e Região Nordeste
Transporte Aéreo
Passageiros Desembarcados em Voo Doméstico, segundo os Estados - 1997-2001

Estados	Passageiros desembarcados					Variação %			
	1997	1998	1999	2000	2001	98/97	99/98	00/99	01/00
Maranhão	199.100	274.865	240.782	243.610	278.215	38,1	-12,4	1,2	14,2
Piauí	99.777	121.961	113.572	123.074	135.741	22,2	-6,9	8,4	10,3
Ceará	702.021	862.266	836.432	929.399	1.105.874	22,8	-3,0	11,1	19,0
Rio Grande do Norte	296.115	364.057	412.171	474.917	467.731	22,9	13,2	15,2	-1,5
Paraíba	93.672	109.936	115.196	132.788	155.379	17,4	4,8	15,3	17,0
Pernambuco	977.495	1.264.969	1.282.117	1.273.016	1.455.415	29,4	1,4	-0,7	14,3
Alagoas	199.665	247.585	278.159	291.397	287.335	24,0	12,3	4,8	-1,4
Sergipe	120.239	145.792	136.019	149.446	169.962	21,3	-6,7	9,9	13,7
Bahia	1.142.569	1.413.821	1.507.978	1.728.748	1.989.869	23,7	6,7	14,6	15,1
Nordeste	3.830.653	4.805.252	4.922.426	5.346.395	6.045.521	25,4	2,4	8,6	13,1
Brasil	21.275.244	26.504.635	26.736.370	28.521.945	32.603.695	24,6	0,9	6,7	14,3

Fonte: INFRAERO; SUDENE; Elaborada pelo autor

Em relação à Tabela 2, observa-se o seguinte: em média, os três principais estados nordestinos (CE, PE e BA) respondem por cerca de $\frac{3}{4}$ do movimento doméstico deste tipo de transporte. Em relação especificamente a Pernambuco,

⁸ Contas Regionais do Brasil – 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 06 de dezembro de 2002.

⁹ *Boletim Conjuntural Nordeste do Brasil*, nº 7. Recife: SUDENE, Ago 2000.

Estado que responde por praticamente $\frac{1}{4}$ do transporte doméstico regional, teve o quarto melhor crescimento em 2001, em relação a 2000 (14,3%), e o terceiro entre os grandes estados mas, ainda assim, superior ao crescimento da região como um todo e equivalente ao comportamento nacional.

Quanto à Tabela 3, de transporte internacional, desconsiderando-se os Estados do MA, PI e PB, com pouca tradição neste tipo de fluxo aéreo, verifica-se que o Estado de Pernambuco, que responde por mais de $\frac{1}{3}$ neste tipo de voo na região, apresentou a segunda melhor performance (isto, acreditando-se na real potencialidade do Estado de Alagoas como destino internacional), com um crescimento em 2001 em relação a 2000, de 11,6%. Neste caso, os dados revelam que o Estado de Pernambuco foi menos atingido do que a própria região como um todo e muito menos do que o país.

Tabela 3
Brasil e Região Nordeste
Transporte Aéreo
Passageiros Desembarcados em Voo Internacional, segundo os Estados - 1997-2001

Estados	Passageiros desembarcados					Variação %			
	1997	1998	1999	2000	2001	98/97	99/98	00/99	01/00
Maranhão	879	435	142	8	74	-50,5	-67,4	-94,4	825,0
Piauí	442	216	-	-	-	-51,1	-	-	-
Ceará	23.807	21.542	25.915	38.167	41.007	-9,5	20,3	47,3	7,4
Rio Grande do Norte	3.791	4.234	10.937	18.617	19.887	11,7	158,3	70,2	6,8
Paraíba	8	-	-	841	2.092	-	-	-	148,8
Pernambuco	74.329	69.492	61.206	61.991	69.194	-6,5	-11,9	1,3	11,6
Alagoas	2.333	6.236	9.460	15.018	19.528	167,3	51,7	58,8	30,0
Sergipe	216	106	12	3	10	-50,9	-88,7	-75,0	233,3
Bahia	107.140	111.646	76.172	62.967	48.108	4,2	-31,8	-17,3	-23,6
Nordeste	212.945	213.907	183.844	197.612	199.900	0,5	-14,1	7,5	1,2
Brasil	5.497.605	5.502.966	4.951.891	5.170.689	4.993.152	0,1	-10,0	4,4	-3,4

Fonte: INFRAERO; SUDENE; Elaborada pelo autor

Recentemente, a Embratur divulgou o resultado de uma pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (FIPE), intitulada *Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil*.¹⁰ O trabalho detectou que os brasileiros tinham substituído, no período de 1998 a 2001, as viagens ao exterior pelas domésticas, com um crescimento de 11,0%.

¹⁰ NASCIMENTO, Tatiana. Dólar alto traz turista para o NE, Diário de Pernambuco, Recife, 30 de junho de 2002. Caderno Economia, p. B7.

Segundo o estudo, esse crescimento foi impulsionado inicialmente pela valorização do dólar e posteriormente agravado pelo atentado de 11 de setembro de 2001. Em 2001, o Nordeste participou com R\$ 10,4 bilhões dos R\$ 29 bilhões gerados pelo turismo interno. É relevante acrescentar que enquanto contribui com 35,4% das receitas totais do setor, o Nordeste gasta apenas 17,0%. Em 1998, o Sudeste ficava com 44,0% da receita gerada pelo mercado interno e o Nordeste com 29,0%. Hoje as participações estão praticamente equiparadas. Contudo, a maior parte dessa receita ainda é oriunda do sudeste (SP, RJ, MG e SC, com participação de 50%). A maior parte dos viajantes é da própria região. Este fato verifica-se em todas as regiões do país e talvez caracterize o turismo doméstico de um país continente como o Brasil.

A pesquisa revela ainda que o Estado de Pernambuco ocupa no país, o 9º lugar como destino doméstico, com 3,6% das preferências; o 8º lugar entre os estados emissores de viajantes, com 3,4% e o 7º lugar na composição da receita, com 4,6%.

Galindo e Guimarães,¹¹ identificaram no turismo regional duas vertentes, bastante distintas entre si, uma na forma e no conteúdo e a outra no que se refere aos princípios e aos objetivos.

Uma vertente é constituída pelo oferecimento de produtos e serviços padronizados, pouco diversificados e balizados unicamente pelo preço. A outra vai mais longe. Os produtos e serviços são diversificados, utiliza-se de informações e de tecnologias avançadas, os recursos humanos têm papel preponderante na busca da qualidade total e prioriza a manutenção da qualidade do meio ambiente.

A segunda vertente representa um estágio de segunda geração que teve origem em meados dos anos 90, a partir do desenvolvimento de uma consciência social relacionada com o meio ambiente, das aceleradas transformações técnico-científicas, de novas formas de trabalho, de um modelo empresarial e da busca de experiências voltadas para o desenvolvimento dos indivíduos.

Motivos para uma política pública

A intervenção do Estado na atividade turística tem como principal objetivo potencializar os benefícios econômicos e sociais proporcionados pelo turismo.

¹¹ GALINDO FILHO, Osmil Torres; GUIMARÃES, Paulo Ferraz. BANCO DO NORDESTE - Setor Turismo. Fortaleza, 2000.

Como resultado da composição do produto turístico e do elevado grau de fragmentação do setor, é fundamental o papel desempenhado pelo Estado.

Na opinião de Costa et al.¹² a necessidade de intervenção do Estado, como formulador de políticas públicas na indústria do turismo decorre:

não só do elevado grau de fragmentação da indústria do turismo, o qual conduz a subinvestimentos na formação e a incapacidade financeira para promoção externa, para além do comportamento de *free-rider* (agentes que optam por não participar nos custos de uma ação mas não são excluídos dos benefícios gerados), potencializado pela natureza da composição do produto turístico, mas, essencialmente, por se considerar o turismo como uma atividade econômica capaz de gerar emprego, de captar receitas cambiais através de sua vertente internacional e de contribuir para o desenvolvimento regional de zonas pobres mas possuidoras de recursos turísticos.

O primeiro objetivo da visita de um turista é usufruir o clima, a paisagem, os monumentos, os povos, a cultura, todos eles, em grande parte, fora do âmbito da atividade privada. Em síntese, normalmente as visitas ocorrem a locais públicos dos municípios, das cidades, dos países, justificando a legítima intervenção das respectivas autoridades públicas.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) (1995),¹³ através da sua orientação, o Estado pretende, igualmente, melhorar a competitividade internacional do turismo e assegurar que toda a sociedade usufrua os benefícios da atividade.

Essa preocupação fez com que a OMT,¹⁴ na assembléia de Santiago do Chile, em 01 de outubro de 1999, incluísse no documento **Código Mundial de Ética do Turismo**,¹⁵ a Seção 1 “Contribuição do turismo para a compreensão e o respeito mútuo entre homens e sociedades”, onde na subseção 1.4 orienta:

1.4. As autoridades públicas têm por missão assegurar a proteção dos turistas e visitantes, bem como dos seus bens. Neste sentido, devem conceder especial atenção à segurança dos turistas estrangeiros, devido a sua particular vulnerabilidade. Assim devem disponibilizar meios específicos de informação, prevenção, proteção, seguro e

¹² COSTA, Jorge; RITA, Paulo; ÁGUAS, Paulo. *Tendências internacionais em turismo*. 1. ed. Lisboa. Lidel, 2001.

¹³ Apud COSTA, Jorge; RITA, Paulo; ÁGUAS, Paulo. *Tendências internacionais em turismo*. 1. ed. Lisboa. Lidel, 2001.

¹⁴ A Organização Mundial do Turismo (WTO/OMT) foi criada em 1925 como International Union of Official Tourist Pub Organizations, em Haia, Holanda. Após a 2ª Guerra Mundial, teve seu nome mudado para International Union for Official Tour Organizations (IUOTO) e a sede transferida para Genova, Itália. Finalmente, em 1975, teve novamente seu nome mudado para World Tourism Organization (WTO). Sua 1ª Assembléia Geral foi em maio daquele ano, em Madri, Espanha. Em 1976 tornou-se uma agência executiva do United Nations Development Programme (UNDP/PNUD). Em 1977 foi credenciada junto à própria Nações Unidas. Hoje é constituída por 139 países e mais de 350 membros, representativos de governos locais, associações de turismo, empresas, incluindo empresas aéreas, hotéis e operadoras. A sede é em Madri, Espanha. A WTO/OMT constitui um fórum global das políticas e questões do turismo e uma fonte de know-how turístico. A WTO/OMT objetiva através do turismo, estimular o desenvolvimento econômico e a criação de emprego; incentivar a proteção ao meio-ambiente e ao patrimônio; promove a paz e o entendimento entre as nações.

¹⁵ *Código Mundial de Ética do Turismo*. Disponível no site <www.world-tourism.org> acessado em 29/3/2002.

assistência específica que corresponda às suas necessidades. Os atentados, agressões, raptos ou ameaças visando os turistas ou os trabalhadores da indústria turística, bem como as destruições voluntárias de instalações turísticas ou de elementos do patrimônio cultural ou natural, devem ser severamente condenadas e reprimidas, em conformidade com as respectivas legislações nacionais.

Forma-se, então, um cenário instigante ao Gestor Público, atento ao segmento objeto deste estudo que, a partir da análise a ser desenvolvida, embasada em fundamentos teóricos, pretenderá identificar de que forma o *resort*, poderá tornar-se, efetivamente, um elemento propulsor do desenvolvimento de Pernambuco, como campo de trabalho, no tocante aos aspectos qualitativos e quantitativos, na geração de emprego e renda para a mão-de-obra local.

Entende-se como aspectos qualitativos a capacitação e qualificação da mão-de-obra como forma de permitir a sua ascensão a níveis elevados no organograma da empresa e quantitativos a estrutura de remuneração.

De uma forma geral, o turismo é caracterizado como um conjunto de diversas atividades econômicas que englobam os transportes, os meios de hospedagem, os operadores, as práticas de lazer, além de outras, que produzem riqueza e geram emprego.¹⁶ É com esse enfoque que a indústria do turismo deve ser encarada.

Adotando-se neste trabalho o conceito de *resort* estabelecido pela Deliberação Normativa da EMBRATUR nº 367, de 26/11/96.¹⁷

O *resort* é um meio de hospedagem localizado em área de conservação ou equilíbrio ambiental, cuja construção tenha sido antecedida de estudos de impacto ambiental e do planejamento da ocupação do uso do solo, visando a conservação do meio ambiente, que possua área com infra-estrutura de entretenimento e lazer significativamente superior à dos estabelecimentos similares e se classifique nas categorias luxo ou superluxo (antigas classificações quatro e cinco estrelas).

Na análise de Galindo e Guimarães:¹⁸

(...) O modelo de gestão desses meios de hospedagem é que determina a forma como se processa sua interação com a comunidade. A idéia é que esses estabelecimentos atuem como indutores do desenvolvimento, criando condições de autonomia para a população local, diferentemente da postura assistencialista que caracteriza a maioria das iniciativas dos grandes empreendimentos.

¹⁶ Ver no Cap. 3: Caracterização da Hotelaria e do Turismo, os principais componentes da atividade do turismo.

¹⁷ Apud GALINDO FILHO, Osmil Torres; GUIMARÃES, Paulo Ferraz. BANCO DO NORDESTE - Setor Turismo. Fortaleza, 2000.

¹⁸ GALINDO FILHO, Osmil Torres; GUIMARÃES, Paulo Ferraz. BANCO DO NORDESTE - Setor Turismo. Fortaleza, 2000.

A formulação do problema

O problema que se levanta é qual a contribuição do *resort*, segmento importante do setor turismo, para o desenvolvimento do Estado de Pernambuco, como campo de trabalho, no tocante aos aspectos qualitativos e quantitativos, na geração de emprego e renda para a mão-de-obra local.

Formula-se então a seguinte questão: os requisitos de escolaridade exigidos à força de trabalho, decorrentes do nível de sofisticação desses estabelecimentos hoteleiros, atenuam o impacto local em termos de emprego e renda?

Almejando configurar os elementos desse quadro de avaliação, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

Objetivos

Objetivo geral:

Avaliar quais os benefícios que um meio de hospedagem como o *resort* trazem para o Estado de Pernambuco, no tocante aos aspectos qualitativos e quantitativos na geração de emprego e estrutura de renda locais, através da análise de comparação com os outros meios de hospedagem com restaurante, de acordo com a classificação atribuída ao segmento pela RAIS-CGETIP/MTE, no período de 1997 a 2000.

Objetivos específicos:

1. Identificar o perfil do emprego gerado, total e por nível funcional da mão-de-obra ocupada;
2. Identificar a magnitude e a estrutura de remuneração salarial da mão-de-obra ocupada;
3. Identificar a magnitude e perfil da escolaridade da mão-de-obra ocupada.

Estrutura

O trabalho que se segue compõe-se de quatro capítulos, além desta apresentação e das conclusões. O primeiro capítulo caracteriza a atividade do turismo; o segundo capítulo, analisa a hotelaria e o *resort* num contexto de geração de emprego e renda; o terceiro capítulo, apresenta a metodologia adotada e o quarto capítulo, procura analisar os números do segmento hoteleiro com restaurante e do *resort*, em Pernambuco, no período de estudo.

1. Caracterização da atividade do turismo

Característico de uma sociedade de consumo, o turismo é uma atividade econômica e como tal, uma combinação de bens e serviços, cuja efetividade depende de uma série de conhecimentos operacionais e de paciente dedicação para atendimento dos requisitos da oferta e das exigências da demanda.

Em seu sentido mais amplo, o turismo é, primeiro, o maior dos movimentos migratórios da história da humanidade e, segundo, destaca-se por sua taxa de crescimento constante e como instrumento dos mais importantes em termos de incremento da economia de um país, respondendo a uma série de diversas e profundas necessidades do ser humano de espaço, movimento, bem-estar, expansão e repouso, longe das tarefas impostas pelo trabalho cotidiano.

Todas estas necessidades inerentes à natureza humana e à expansão do turismo moderno, como fonte geradora de renda e novos empregos, estão ligadas ao progresso econômico, à concentração urbana, às facilidades de circulação e ao desenvolvimento dos transportes, contribuindo com diversidade qualitativa para o redimensionamento do fenômeno que passou a ser objeto de atenção dos governos diante de sua importância sócio-econômica.

O turismo é uma atividade econômica com amplos reflexos sociais na produção de bens e serviços turísticos, identificando-se, portanto, no plano econômico e no plano social. A interdependência com os demais setores sócio-econômicos necessários para sua produção, lhe trazem características positivas, assim, podemos afirmar que localidades com a exploração dos seus atrativos turísticos possuem uma maior propensão ao desenvolvimento; a cidade de Foz do Iguaçu pode se enquadrar como um exemplo singular de tal afirmação.

A produção do turismo se viabiliza pela conservação e pela valorização dos elementos que provocam o investimento, assim temos os núcleos receptores de turismo que formam, em conjunto com os atrativos, a estrutura turística em sentido estrito (alojamento e alimentação), com a superestrutura turística, representada por

todos os componentes de serviços, diversões e os transportes, proporcionado-lhes a probabilidade de alcançar conhecimento e notoriedade a nível nacional e internacional.

1.1 Conceito de turismo

Pelas definições encontradas nas obras referentes ao turismo, observa-se o quanto é diversa a percepção que os autores têm em relação a este setor, conseqüência, talvez, do seu próprio dinamismo, inclusive no que toca à capacidade de renovação constante, refletindo o momento histórico.

No passado, procurou-se caracterizar o turismo com traços bem definidos, tais como o de quantificar as distâncias e o tempo dos deslocamentos. Ocorreria quando houvesse afastamentos para regiões situadas a mais de 50 milhas do local de residência do turista, ou que exigisse a permanência por mais de 24 horas no lugar visitado, ou ainda, que o turista não desenvolvesse nenhuma ocupação remunerada no lugar visitado.¹⁹

Houve época em que a atividade do turismo só se configurava quando fosse exclusivamente por lazer. Posteriormente veio o turismo de negócios, com diversos formatos de prestação do serviço, mas sempre subordinados ao conceito da hotelaria; o turismo em complexos hoteleiros do tipo *resort*, em que, pela diversidade de serviços oferecidos, o turista passa praticamente toda a sua estada dentro do complexo; e o turismo rural, desenvolvido com o intuito de proporcionar renda complementar para o agricultor, além de, em muitos casos, contribuir para a manutenção e preservação de lugares históricos.

Em relação ao *resort*, um ponto a destacar neste tipo de conceito hoteleiro, é que ele desenvolveu-se, principalmente, em territórios geográficos que se dispuseram a ceder áreas naturais e grandes o suficiente para abarcar esse tipo de empreendimento.

Para McIntosh e Gupta, turismo é “a ciência, a arte e atividade de atrair, transportar e alojar visitantes, a fim de satisfazer suas necessidades e seus desejos.”²⁰

¹⁹ Comissão de Peritos de Estatística da Liga das Nações, 1937 (v. FOSTER, Douglas. *Viagens e turismo*. Portugal. Cetop, 1995). Apud LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) *Turismo teoria e prática*. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

²⁰ McINTOSH, Robert; GUPTA, Shashikant. *Turismo: planeación, administración y perspectives*. México. Noriega, 1990. Apud LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) *Turismo teoria e prática*. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

Mathieson e Wall, definem turismo como sendo “o movimento temporário de pessoas para locais de destino distintos de seus lugares de trabalho e de morada, incluindo também as atividades exercidas durante a permanência desses viajantes nos locais de destino e as facilidades para promover suas necessidade.”²¹

Na definição de Smith,²²

o turismo traduz-se por um conjunto de manifestações sociais e humanas, cuja satisfação depende de estruturas e infra-estruturas utilizadas e, sobretudo, das qualidades profissionais e humanas dos agentes que prestam o serviço. O turismo pode ser definido de diversas formas, de acordo com os interesses e as percepções das entidades envolvidas, sejam elas, associações profissionais e empresariais, setor público, estudiosos etc. No entanto, muitas perspectivas têm em comum o desenvolvimento do conceito em torno do que é turista, podendo designar-se como orientações pelo lado da procura.

Segundo Holloway,²³ não deixando de ser importante esta perspectiva pelo lado da procura, o lado da oferta afigura-se o mais adequado para a definição do turismo como indústria, por permitir uma melhor descrição das atividades econômicas, podendo as abordagens variar em grau de abrangência. Embora seja extremamente difícil identificar, exaustivamente, todas as componentes do produto turístico, pode-se afirmar, de uma forma simplificada, que é constituído pelo transporte, alojamento, alimentação e animação.

Smith acrescenta,²⁴ alternativamente, de uma forma genérica, pode-se afirmar que o produto turístico é uma composição de tudo o que se pode consumir, experimentar, observar e apreciar durante uma viagem.

Na definição da Organização Mundial do Turismo (OMT)

o turismo compreende as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanências em lugares distintos da sua residência habitual, por um período de tempo consecutivo e inferior a um ano, com fins de ócio, a negócios ou outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado. Este amplo conceito engloba tanto o turismo entre países como dentro do próprio país. O turismo refere-se ainda a todas as atividades dos visitantes aí incluídos os turistas (que pernoitam) e os visitantes de dia (excursionistas). Lazer e negócios constituem os principais motivos de viagem.

²¹ MATHIESON, Robert; WALL, Geoffrey. *Tourism: economic, physical and social impacts*. New York. John Wiley, 1990. Apud LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) *Turismo teoria e prática*. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

²² Apud COSTA, Jorge; RITA, Paulo; ÁGUAS, Paulo. *Tendências internacionais em turismo*. 1. ed. Lisboa. Lidel, 2001.

²³ Idem.

²⁴ Idem.

Hoje, é impossível limitar uma definição específica de turismo. Sem dúvida é uma atividade socioeconômica porque gera a produção de bens e serviços para o homem visando a satisfação de várias necessidades básicas e secundárias.²⁵

1.2 Formas de turismo

O turismo é um fenômeno extremamente complexo e pode ser dividido em várias modalidades.

As destinações turísticas estão diretamente relacionados com o produto a ser explorado no destino, fazendo com que se aproveite melhor as potencialidades já existentes ou estimulando a criação de novos segmentos.

As formas de turismo, segundo a OMT, estão classificadas dentro de uma segmentação de acordo com a motivação da viagem:

- turismo interno: é o turismo dos visitantes residentes no território econômico do país de referência;
- turismo receptor: é o turismo dos visitantes não residentes no território econômico do país de referência;
- turismo emissor: é o turismo dos visitantes residentes fora do território econômico do país de referência;
- turismo interior: é o turismo dos visitantes, tanto residentes como não residentes no território econômico do país de referência;
- turismo nacional: é o turismo dos visitantes residentes dentro e fora do território econômico do país de referência.

1.3 A hotelaria no Brasil

No Brasil, a história do turismo começa com seu próprio descobrimento. As viagens exploratórias, eivadas de traços característicos de aventura, que não se restringiam apenas aos portugueses, não deixavam, de ser turísticas. Documentos históricos mostram que navegadores espanhóis, franceses, holandeses e ingleses exploravam as costas brasileiras.

²⁵ LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. Fundamentos econômicos do turismo. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) Turismo teoria e prática. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

No início do século XIX, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil houve um grande desenvolvimento urbano, principalmente no Rio de Janeiro, crescendo com isso também a demanda por hospedagem na cidade em função da visita de diplomatas, comerciantes etc.

Na segunda metade do século XIX começam a se desenvolver os transportes movidos a vapor e também uma maior evolução dos meios de hospedagem tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, propiciando um incremento do turismo.

Em 1968 o governo brasileiro criou os primeiros instrumentos de regulamentação da atividade com a criação do Conselho Nacional do Turismo (CNTUR), o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) e o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR).

Atualmente só a EMBRATUR é responsável pela regulamentação da atividade do turismo.

O turismo hoje no Brasil alcançou um patamar em que a atividade passou a ser prioridade estratégica para que seja garantida a sua sustentabilidade dentro de critérios adequados ao planejamento e formatação dos produtos.

O crescimento da rede hoteleira no país ocorreu principalmente nos anos 90, devido à redução das taxas de inflação, ao aumento dos prazos de financiamento, à desregulamentação do transporte aéreo, ao aumento do nível de atividade e à expansão das feiras e convenções.

Para demonstrar o desenvolvimento do setor, prevê-se o investimento estimado em cerca de US\$ 5 bilhões, aplicados na construção de novos empreendimentos e na modernização dos hotéis já existentes, no período de 1995 a 2003.²⁶

A hotelaria no Nordeste

Na percepção de José Tavares Correia Neto, presidente da ABIH-Pernambuco,²⁷ há cerca de dez anos, o Nordeste, assim como o Brasil, vivia uma realidade nos setores de hospedagem e alimentação bem distinta de hoje. O setor de turismo, em cujo contexto se inserem a hospedagem e a alimentação, despontava como uma das poucas alternativas para a região.

²⁶ Panorama Geral da Hotelaria Brasileira. Disponível em: <www.abih.com.br>. Acesso em: 9 dez. 2001.

²⁷ CORREIA NETO, José Tavares, presidente da ABIH-Pernambuco. Disponível em: <www.abih.com.br>. Acesso em: 9 dez. 2001.

Nesta década diversas ações foram desenvolvidas para o setor através de agentes públicos e privados. O PRODETUR 1ª fase,²⁸ alavancado pelos governos estaduais e federal investiu mais de US\$ 1 bilhão, do Maranhão à Bahia, sendo US\$ 670 milhões financiados através do BID. Em contrapartida a iniciativa privada respondeu positivamente com investimentos em modernização de hotéis, novos bares e restaurantes, novos atrativos turísticos, transportes e outros.

Pesquisa do Banco do Nordeste indica que o setor privado está aplicando US\$ 6,637 bilhões na região. Os números falam por si: em 1994, Pernambuco recebia anualmente perto de 670 mil turistas/ano. Em 2000, somente Pernambuco recebeu 2.6 milhões de turistas.

Para os próximos anos, o PRODETUR 2ª fase, deverá injetar mais 600 milhões de dólares na região, que serão utilizados em obras para a melhoria de saneamento básico, aeroportos, estradas, e recuperação do patrimônio. Neste contexto a instalação e o fortalecimento dos Conselhos de Turismo dos Pólos Turísticos é uma exigência visando que o desenvolvimento dos Pólos sejam sustentáveis. A capacitação da mão-de-obra é umas das prioridades do programa bem como a preservação do meio ambiente.

Em Pernambuco está sendo construído um novo terminal aeroportuário, que permitirá receber até 5 milhões de passageiros/ano, num investimento total de R\$ 167,3 milhões, mais R\$ 20,5 milhões para o sistema viário da área. O terminal passará de 12 mil metros quadrados para 45 mil metros. Há também em estudo, a construção de um novo aeroporto ao sul de Pernambuco, na divisa com Alagoas.

O Nordeste e cada um dos Estados que o compõem, tem procurado se beneficiar desta revolução e nos últimos 10 anos tem conhecido profundas transformações com a consciência da importância do turismo nacional e regional; do esforço significativo para recuperação do patrimônio histórico, com participação do setor privado.

²⁸ O Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo – Prodetur é um programa global de desenvolvimento turístico regional, estruturado e concebido pelos Governos Federal e Estaduais, para financiar a implantação de infra-estrutura de suporte ao turismo, propiciando e incentivando investimentos da iniciativa privada para implantação de equipamentos turísticos. É a primeira experiência no campo de desenvolvimento turístico regional a ser implementada no País, com financiamento externo. Está sendo implantado inicialmente o PRODETUR/NE, contemplando os nove estados da região. As demais regiões do País, deverão integrar o programa, sendo que as regiões Sul e Norte já estão com seus programas em adiantado processo de desenvolvimento.

Podem-se citar como exemplos de resultados dessa união de esforços para tornar concreta a potencialidade do turismo regional, as restaurações do Pelourinho, em Salvador (BA), a do Recife Antigo (PE), a do centro histórico de São Luís (MA). Concomitantemente, destaca-se ainda a chegada das maiores redes hoteleiras mundiais ao país e à região, como concretização da aptidão nacional para o setor e abrindo perspectivas promissoras.

1.4 Municipalização do turismo e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)

O Brasil lançou em 1995 a Política Nacional de Turismo – Diretrizes e Estratégias e, posteriormente, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).²⁹ Este tema será analisado com mais detalhe na seção seguinte.

A municipalização do turismo é um processo que pretende desenvolver o turismo em municípios, conscientizando suas populações das ações por ele realizadas e sensibilizando-as em todos os aspectos, pois a atividade turística só pode ser desenvolvida de maneira sustentável, ou seja, trazendo benefícios para a localidade em todos seus setores, quando o planejamento é feito dentro das realidades locais e gerido com participação das comunidades.

Através da municipalização, os processos de planejamento e gerenciamento são concentrados nos municípios, envolvendo e vinculando a comunidade aos projetos. São os moradores do local que deverão ter a chance de encontrar as soluções e os caminhos comuns, delineando as diretrizes para o desenvolvimento do turismo, expressando sua visão de futuro; afinal são eles que podem garantir os serviços necessários à indústria do turismo, a qual, desta forma, atuará de forma mais eficiente e eficaz.

Como instrumento de mobilização, sensibilização e capacitação do sistema turístico, o PNMT apóia as funções gerenciais de planejamento, tomadas de decisão e controle operacional, abrangendo os órgãos da administração pública, direta ou indireta e da iniciativa privada; fornecendo-lhes condições técnicas, organizacionais e

²⁹ Referido por CARVALHO, Caio Luiz no artigo *Na busca do turismo que queremos*. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) Turismo teoria e prática. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

gerenciais para o desenvolvimento da atividade turística e da integração entre os setores públicos e privados.

O PNMT é um programa que desperta toda a sociedade do município para a importância do turismo como atividade econômica geradora de empregos, renda e preservação e manutenção de seus patrimônios. Além disso, inclui a comunidade no Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável.

Isso é possível porque esse programa capacita aqueles que estão envolvidos com o setor turístico no município, elevando sua qualidade e eficiência no planejamento e execução das ações que desenvolverão esse setor. Desta forma, quando descentraliza o desenvolvimento sustentável do turismo, fortalece todas as esferas do município - poder público, iniciativa privada e comunidade – dando-lhes co-responsabilidade e participação na definição e gestão das políticas, programas e ações, as quais, sendo locais, são compatibilizadas com sua realidade.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT),³⁰ é um programa desenvolvido e coordenado pela EMBRATUR, mediante uma metodologia da Organização Mundial do Turismo (OMT), junto a 1.680 municípios,³¹ adaptada à realidade brasileira, com o propósito de implementar um novo modelo integrado de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, para Estados e Municípios.

O PNMT visa o desenvolvimento da atividade turística nos municípios de maneira sustentável através da "descentralização das ações de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação" o que aporta tudo aquilo que é necessário para que o setor do turismo possa induzir o desenvolvimento de todos os demais setores daquela comunidade e tornando-a capaz de conduzir a atividade e, conseqüentemente, elevando não apenas o nível de qualidade desses serviços, mas também de sua qualidade de vida. O envolvimento de todas as esferas da sociedade no programa o torna um instrumento capaz de alavancar o turismo sem descaracterizar ou trazer outros impactos negativos à comunidade.

³⁰ Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Disponível em: <www.embratur.gov.br>. Acesso em: 28 de abril de 2002.

³¹ DONAIR, Denis. *Considerações sobre a variável ecológica, as organizações e o turismo*. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) *Turismo teoria e prática*. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

O parâmetro estratégico fornecido pelo PMNT orienta e assessora o município que deseja participar do programa nas ações necessárias à atuação participativa, porém indiretamente, fazendo o papel de elo entre as esferas federais e estaduais e a municipal.

O programa tem atuação mais participativa na capacitação, daqueles que participarão em todo seu processo, através das *oficinas* (grupos de trabalho), as quais criam a estrutura necessária sua implantação e implementação. Porém atua de uma forma mais orientadora quanto aos planos de ação que deverão ser elaborados de forma compatível com os aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos do município.

O PNMT tem os seguintes objetivos, dinâmica e coordenação:

Objetivos do PNMT:

Fomentar o desenvolvimento turístico sustentável dos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política.

Conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população e preservação de seu patrimônio natural e cultural.

Descentralizar as ações de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação, motivando os segmentos organizados do município a participar da formulação e da co-gestão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo Municipal.

Disponibilizar, aos Municípios brasileiros com potencial turístico, condições técnicas, organizacionais e gerenciais para o desenvolvimento da atividade turística.

Estimular o fortalecimento das relações dos diferentes níveis do poder público com a iniciativa privada, visando ao estabelecimento de parcerias para discutir os problemas e buscar soluções em benefício da comunidade.

Dinâmica do PNMT:

Capacitação em oficinas, que ocorrem em três fases:

1ª Fase - Conscientização: capacitação dos Agentes Multiplicadores Nacionais, Estaduais e dos Monitores Municipais, para a mobilização, sensibilização e conscientização da comunidade.

2ª Fase - Capacitação: qualificação dos Agentes Multiplicadores Nacionais, Estaduais e dos Monitores Municipais, para a orientação dos diversos segmentos da comunidade com vistas à constituição do Conselho Municipal do Turismo e do Fundo Municipal do Turismo.

3ª Fase - Planejamento: capacitação dos Agentes Multiplicadores Nacionais, Estaduais e dos Monitores Municipais, como Facilitadores na Metodologia Simplificada de Elaboração da Estratégia Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

O PNMT envolve em sua estrutura as esferas federal, estadual e municipal, sendo a primeira, na Coordenação Geral, representada pelo Ministério do Esporte e Turismo (MET), Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Brasil etc.

Coordenação do PNMT Nacional:

Compete à Coordenação Geral do PNMT, exercida pela EMBRATUR e pelas instituições parceiras, planejar, coordenar, implantar, acompanhar e avaliar as ações do Programa, em nível nacional.

Estadual

O Comitê Estadual, através de sua Secretaria Executiva, planeja, coordena, executa, acompanha e avalia o programa junto ao município o que lhe facilita esses processos, principalmente para aquele menos desenvolvidos.

Compete ao Comitê Estadual do PNMT, formado por representantes da unidade gestora da política de turismo e das instituições parceiras estaduais, planejar, coordenar, implantar, acompanhar e avaliar as ações do Programa, no Estado.

Municipal

Compete ao Conselho Municipal de Turismo, criado dentro da filosofia do PNMT, iniciar e coordenar o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, por meio de metodologia simplificada de planejamento, com enfoque participativo.

O PNMT agrega os princípios que devem ser seguidos pelo Conselho Municipal de Turismo, pelo Plano Municipal de Turismo e pelo Fundo Municipal de Turismo, pois são eles que irão possibilitar que o programa funcione permanentemente, não sofrendo com as mudanças administrativas do município; com o planejamento sustentável da atividade e criar incentivos para investidores. Sem estas condições não é possível que haja planejamento estratégico do turismo. São elas que dão início a esse processo.

As macro-estratégias definidas nesses programas dizem respeito à necessidade de se privilegiar a infra-estrutura básica, a capacitação/qualificação, a descentralização da atividade e o marketing/promoção.

Cabe ao Conselho Municipal de Turismo e ao Fundo Municipal de Turismo tornarem possível a participação de todos os setores da sociedade na elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo e na gestão dos recursos a ele destinados e a escolha dos monitores e dos facilitadores que atuarão em diferentes fases do programa como descentralizadores do processo junto à comunidade, aumentando sua abrangência. O monitor municipal é o indivíduo indicado pelo município, que deve possuir as condições necessárias que lhe permitam implantar e implementar o programa com sucesso.

Diante da realidade brasileira, em termos de capacitação profissional no turismo, onde os cursos superiores nesta área ainda são relativamente novos, foram identificados dois níveis de qualificação aceitáveis e ideais dos monitores. Para que o monitor seja considerado como *aceitável*, é necessário que tenha habilitação acadêmica ao nível do 2º grau e conhecimentos básicos da região e da atividade

turística e o mais importante: que haja um compromisso, um comprometimento de sua parte para com o PNMT. Para que o monitor seja considerado *ideal* é necessário que tenha um preparo melhor. Formado em turismo, deve ser um profissional da área e que tenha facilidade de relacionamento para conhecer a realidade local. Além disso, ele deve ter habilidades de gestão para se dedicar exclusivamente ao programa. De qualquer forma, o importante é que cada município possa ter monitores condizentes com a comunidade, ou seja, que verdadeiramente a represente.

1.5 Fundamentos econômicos do turismo

Diante da evidência que os recursos são escassos, os indivíduos passaram a preocupar-se com a forma de adequar esses recursos às necessidades ilimitadas dos homens.

Surgiram então perguntas do tipo: o que produzir? Quanto produzir? Como produzir? Para quem produzir? Os conceitos de consumidores e produtores, de mercado onde os bens e serviços são transacionados de acordo com a oferta e a procura.

Em relação ao tema deste trabalho, surge também o conceito de mercado turístico, estudado por Lage e Milone,³² onde o produto turístico significando os bens e serviços que são produzidos para atender às necessidades das atividades de viagens e de lazer. Inclui o transporte, a hospedagem, o agenciamento, a alimentação, o entretenimento e outras manifestações de produção que atendam às necessidades dos consumidores destes produtos, os turistas.

Na análise dos autores, o mercado turístico, pelas suas características como um tipo de mercado, merece um estudo pormenorizado:

(...) seu funcionamento incorpora os agentes econômicos turistas ou consumidores relacionados de forma direta e indireta com a atividade turística e as empresas ou produtores destes recursos. Assume-se a hipótese de que a atração governamental venha a fazer falta em ambas as posições deste mercado turístico, influenciando particularmente o lado dos produtores.

Como produto, o turismo passou a ter uma face que é consumida e portanto demandada e outra que é produzida ou ofertada.

³² LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. Fundamentos econômicos do turismo. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) Turismo teoria e prática. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

Com a emergência do turismo como um dos principais setores da atividade econômica mundial, os governos tornaram-se mais conscientes do papel que este pode assumir nas suas economias. As enormes potencialidades do crescimento turístico mundial não permitem que os governos o ignorem.

1.5.1 O produto turístico e sua composição

Como um produto econômico,³³ o produto turístico pode ser definido como todo e qualquer bem ou serviço que é produzido para atender às necessidades das atividades de viagens e de lazer. Inclui o transporte, a hospedagem o agenciamento, a alimentação, o entretenimento e outras manifestações que visem atender às necessidades dos consumidores potenciais destes produtos, os turistas.³⁴

Segundo Costa et al.³⁵ o produto turístico pode ser decomposto em três elementos: primário ou básico; secundário ou instalações e terciário ou complementares.

Na definição dos autores, os recursos primários ou básicos resultam quer da ação da natureza (recursos naturais) quer da ação do homem (recursos culturais ou históricos) e se constituem na condição indispensável à configuração do produto turismo.

Os recursos secundários ou instalações têm por objetivo a satisfação das necessidades dos turistas. São constituídos pelas unidades de alojamento, as agências de viagens, os complexos de animação etc.

Os recursos terciários ou complementares destinam-se à população em geral (residente e flutuante), mas em particular à população residente. São constituídos pelos museus teatros, espetáculos culturais e esportivos, entre outros, são exemplos de recursos terciários que se assumem como elemento supletivo do produto turístico.

³³ Num sentido amplo, o produto é o conjunto de todos os bens e serviços resultantes da atividade produtiva de um indivíduo, empresa ou nação (...) (SANDRONI, 2000, p. 497)

³⁴ LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. Fundamentos econômicos do turismo. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) Turismo teoria e prática. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

³⁵ COSTA, Jorge; RITA, Paulo; ÁGUAS, Paulo. *Tendências internacionais em turismo*. 1. ed. Lisboa. Lidel, 2001.

1.5.2 Fases do ciclo de vida do produto turístico

Costa et al.³⁶ identificaram que, assim como o produto econômico, o produto turístico apresenta também um ciclo de vida que deve ser considerado.

As características de cada uma das seguintes fases são apresentadas em termos marginais, ou seja, apenas se faz referência às alterações existentes em relação aos momentos anteriores. A caracterização tem como suporte os seguintes elementos: turistas; produto; distribuição e concorrência.

1ª fase – Exploração

A fase de exploração ocorre em torno de mudanças ambientais, econômicas, sociais, políticas ou tecnológicas que proporcionam o surgimento de um novo produto. É a fase da descoberta.

As características básicas desta fase são as seguintes:

Turistas – número reduzido de turistas, normalmente com elevado poder aquisitivo, amantes da natureza, com gosto pela aventura e risco que procuram evitar situações comuns. São turistas com personalidade desinibida. Estes consumidores inovadores representam 2,5% do mercado total.

Produto – os turistas são atraídos pelos recursos básicos ou primários (recursos naturais, culturais e históricos) que resultam quer da ação da natureza, quer da ação do homem. O fenômeno turístico surge posteriormente, não condicionando, de forma direta, a criação desses elementos. Não existem estruturas criadas especificamente para apoio ao turismo.

Distribuição – não existem canais de distribuição, o que faz com que o acesso seja muito limitado. O turista tem que assumir a responsabilidade de organização da viagem, não dispondo, para o efeito, de quaisquer serviços de apoio.

Concorrência – as atividades empresariais existentes, relacionadas com o turismo, são do tipo artesanal/familiar. A debilidade organizativa não permite falar da existência da concorrência.

2ª fase – Envolvimento

A designação desta fase decorre do envolvimento dos agentes locais na prestação de serviços aos turistas. Esta fase constitui a ponte entre a exploração e o crescimento.

Possui as seguintes características básicas:

Turistas – o número de turistas aumenta a taxas crescentes, deixando o destino de ser exclusivo dos inovadores, alargando-se a segmentos mais amplos do mercado.

Produto – surgem as iniciativas locais para satisfazer as necessidades dos turistas, tornando-se legítimo falar de mercado e de época turística, dada a dimensão que já começam a atingir. O setor público é pressionado para o desenvolvimento de infra-estruturas específicas e apoio à atividade.

Distribuição – não há alteração em relação à fase de exploração.

Concorrência – não há alteração em relação à fase de exploração.

3ª fase – Desenvolvimento

É o período de maior crescimento, quer da procura, quer da oferta, possuindo as seguintes características principais:

Turistas – segue o fenômeno da fase de exploração. O número de turistas cresce rapidamente com uma redução associada ao respectivo poder aquisitivo. Nos períodos de maior procura (alta estação), o número de turistas passa a população residente. As

³⁶ COSTA, Jorge; RITA, Paulo; ÁGUAS, Paulo. *Tendências internacionais em turismo*. 1. ed. Lisboa. Lidel, 2001.

características dos turistas desta fase diferem dos turistas da 1ª fase, menos desinibidos, com um padrão de comportamento mais normal.

Produto – a oferta cresce com um razoável grau de diversificação, alterando, muitas vezes, as características do destino. O controle da oferta passa, de uma forma progressiva, da iniciativa local, para os agentes externos (internacionais).

Distribuição – o turismo perde o seu caráter artesanal, surgindo os operadores turísticos que se tornam indispensáveis na colocação dos turistas tornando os destinos mais acessíveis.

Concorrência – já faz sentido falar de concorrência com o surgimento, e por vezes domínio, de parceiros externos com maior dimensão e sofisticação. O aumento do número de concorrentes pode provocar pressão sobre os preços no sentido de baixa, a não ser que se verifique um claro desequilíbrio entre o crescimento da procura e a diminuição da oferta.

4ª fase – Consolidação

A transição para esta fase ocorre após o final de um período de elevado crescimento. Esta fase caracteriza-se por:

Turistas – a taxa de crescimento do número de turistas diminui, embora ainda permaneça positiva. Inicia-se a captação dos turistas de personalidade inibida, introvertida.

Produto – aumenta a presença de agentes externos no controle da oferta. A atividade turística assume uma importância vital para a economia local, em termos de criação de riqueza e de emprego.

Distribuição – não há alteração em relação à fase de desenvolvimento.

Concorrência – não há alteração em relação à fase de desenvolvimento.

5ª fase – Estagnação

Constitui a fase mais crítica, pela incerteza que encerra em termos de futuro, sendo caracterizada por:

Turistas – o número máximo de turistas é atingido. Alguns turistas evidenciam níveis muito baixos do ponto de vista socioeconômico, podendo existir algumas reações de repulsa por parte dos residentes que os consideram não desejáveis. Parte dos atuais turistas revelam uma maior taxa de repetição e, por consequência, um melhor conhecimento do local.

Produto – o destino deixa de estar na moda sendo reduzida a capacidade para atrair novos turistas além dos habituais (mais conservadores). O limite da capacidade absorção de turistas pode ter sido ultrapassado, o que provoca graves problemas sociais, econômicos e ambientais. Os danos, muitas vezes, são irreparáveis.

Distribuição – nada a registrar em relação às fases de desenvolvimento e consolidação.

Concorrência – a diminuição de novas oportunidades de negócios provoca uma redução da competitividade da indústria, com a consequente estabilização do número de concorrentes, o que não impede que se registre um aumento da concorrência.

6ª fase – Pós-Estagnação

Atingida a estagnação, três cenários se colocam:

Estabilização – existe a tentativa de manutenção do número de turistas. As pressões ao nível ambiental, social e econômico necessitam de ser atenuadas através de ações de planejamento por parte das autoridades públicas. O produto turístico não sofre alterações significativas.

Rejuvenescimento – por vezes o objetivo não vai além da manutenção do número de turistas por se sentir que isso só será conseguido através da alteração do produto. Em alguns casos pode-se assistir ao início de um novo ciclo com um aumento do número de turistas.

Declínio – não se consegue nem a renovação nem a manutenção do número de turistas. Os recursos criados especificamente para a manutenção das necessidades dos turistas, como alojamento, alimentação, entretenimento, são convertidos para outros fins, o que, normalmente, não constitui tarefa fácil.

1.5.3 Demanda, oferta e mercado turísticos

Segundo Lage e Milone,³⁷ demanda turística pode ser definida teórica e genericamente como a quantidade de bens e serviços turísticos que os consumidores desejam e estão dispostos a adquirir por um dado preço e em um dado período de tempo. Por exemplo, um refrigerante consumido em um avião por um passageiro é demanda turística ao contrário desse mesmo refrigerante consumido por qualquer outra pessoa em uma cidade. Nesse caso seria demanda econômica.

Por outro lado, um bem ou serviço turístico reage da mesma forma que um bem ou serviço econômico ao efeito dos níveis de preços, aos sucedâneos, à renda, ao gosto e à propaganda.

Na análise de Costa et al.,³⁸ o turista, através do ato de observar, é um consumidor permanente. Desde a sua chegada ao destino até o regresso à sua residência, o turista está consumindo sem interrupções. Pode-se, inclusive, alargar o consumo ao ato de dormir. Além disso, a esmagadora maioria dos períodos de consumo ocorre em céu aberto, sem controle de um agente econômico específico. Torna-se evidente que o consumo turístico é fortemente influenciado pela qualidade ambiental, não sendo admissível e viável o desenvolvimento de atividades turísticas em zonas ambientalmente degradadas.

No caso da oferta, são os bens e serviços que os produtores estão dispostos a vender por um dado preço e em um dado período de tempo.

Assim, a oferta turística vai desde o assento do avião, ao número de unidades habitacionais de um hotel, ao número de mesas de um restaurante, às cabines de um navio até o número de carros para alugar.

Como na demanda, a oferta turística também depende de uma série de fatores entre eles o nível de preços, da tecnologia, das políticas públicas etc.

No país como um todo, segundo a EMBRATUR e Empresas de Turismo Estaduais, é predominante a oferta de empreendimentos identificados como categorias 2 e 3 estrelas (standard e standard superior) tanto nacionalmente como por região. Esse tipo de categoria, normalmente dispõe de um número bem menor de unidades habitacionais do que os categoria luxo e super luxo (4 e 5 estrelas).

³⁷ LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. Fundamentos econômicos do turismo. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) Turismo teoria e prática. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

³⁸ COSTA, Jorge; RITA, Paulo; ÁGUAS, Paulo. *Tendências internacionais em turismo*. 1. ed. Lisboa. Lidel, 2001

O grupo francês Accor, registrou que 60% dos hotéis brasileiros podem ser considerados de categoria econômica. Existe hoje no Brasil um quarto de hotel para cada mil habitantes. Na França, a relação é de 100 para 1. Nos Estados Unidos, 70 para cada habitante.

Na Europa, com 11,5 milhões de leitos em oferta, 61% dos hotéis estão classificados com uma, duas ou três estrelas. Na América do Norte, México e Caribe, 52% dos leitos (entre 7,5 milhões e 8,5 milhões oferecidos) estão classificados em faixas de até 3 estrelas.

No Brasil, ocorreu justamente o contrário. Desde 1964, foram classificados no país cerca de 800 mil leitos, dos quais 53% em estabelecimentos de quatro ou cinco estrelas. É um equívoco histórico no Brasil que a hotelaria não seja compatível com a realidade sócio-econômica do país e não se ajuste com a demanda nacional e internacional.³⁹

Quanto à composição acionária, a maioria dos meios de hospedagem no Brasil são sociedades limitadas, apesar de se registrar uma razoável participação das sociedades anônimas entre os classificados como categorias 4 e, especialmente, 5 estrelas.

Em relação ao uso da propaganda, mais da metade dos empreendimentos hoteleiros no Brasil, 56%, ainda se utilizam, principalmente, de contato direto com os clientes como forma de comercialização dos seus serviços. Entretanto, esse percentual cai para 29% e 20%, respectivamente, entre os meios de hospedagem categorias 4 e 5 estrelas.

As agências e operadoras de turismo, juntas, respondem por 26% dos meios de hospedagem no Brasil, mas representam 57% das vendas dos mais confortáveis dos meios de hospedagem.

O mercado turístico é o macroambiente em que a demanda e a oferta de bens e serviços turísticos interagem. Este mercado deve ser tão alimentado quanto possível pela informação e, conseqüentemente, pela comunicação.

Neste mercado, como no econômico, funciona também a lei da oferta e da procura e, como tal, tende ao equilíbrio.

³⁹ *Panorama Geral da Hotelaria Brasileira*. Disponível em: <www.abih.com.br>. Acesso em: 9 dez. 2001.

Assim, os bens e serviços turísticos reagirão com muita semelhança aos bens e serviços econômicos.

Lage e Milone,⁴⁰ identificam as seguintes características desse mercado: a) haverá bens e serviços complementares (pacotes turísticos, por exemplo); b) substitutos (o turista pode optar entre viajar de avião ou de trem) e estarão sujeitos à elasticidade-preço e elasticidade-renda da demanda; à elasticidade-preço da oferta etc. c) conseqüentemente, haverá também mercados em concorrência perfeita quando os de bens e serviços forem tão homogêneos que não conseguirão influenciar individualmente os preços e d) mercados em concorrência imperfeita, tais como os monopólios; oligopólios e mesmo mercados que funcionam neste tipo de concorrência pela falta de homogeneidade ainda que se considere que são substitutos entre si.

1.6 Outras repercussões do turismo

1.6.1 Quadro tecnológico

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), as inovações tecnológicas desenvolveram-se extraordinariamente nos últimos anos e tudo indica que assim vai continuar. Entre as inovações, duas são particularmente importantes. Uma, refere-se aos *Sistemas Mundiais de Distribuição*: apesar de no princípio, os sistemas mundiais de distribuição oferecerem somente a possibilidade de reservas eletrônicas para vagas em vôos regulares, agora essa possibilidade estendeu-se a toda uma série de produtos turísticos como cruzeiros, aluguel de automóveis, alojamento etc. O setor de hotelaria em particular, tem mostrado um grande interesse em conseguir que seus serviços sejam disponibilizados por esses sistemas mundiais de distribuição e têm desenvolvido seus próprios sistemas. Contudo, somente 10% dos investimentos dos sistemas mundiais de distribuição provêm de serviços diferentes das reservas aéreas.

O próprio ambiente desses sistemas é perfeitamente adequado para uma infraestrutura tecnológica à escala mundial, como a *Internet*. Portanto, não é de estranhar que todos os sistemas mundiais de distribuição têm se tornado interlocutores na venda de produtos turísticos na rede mundial de computadores. A outra, diz respeito ao *Comércio Eletrônico*: como as viagens e o turismo podem considerar-se produtos

⁴⁰ LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. Fundamentos econômicos do turismo. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) Turismo teoria e prática. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

eletrônicos intangíveis do ponto de vista das vendas, são adequados para o marketing e venda eletrônica. O potencial de venda direta pela internet permite não só aos provedores chegarem a um mercado mundial, mas reduzirem também seus custos. Todas as projeções indicam que as viagens aéreas representam a maior percentagem das reservas turísticas pela internet e continuará sendo dominante no comércio eletrônico das viagens

Galindo e Guimarães,⁴¹ encontram também duas conotações distintas nas inovações tecnológicas. Uma, estática, que diz respeito ao conjunto de alternativas passíveis de conseguir a partir da disponibilidade de recursos existentes e a outra, dinâmica, que consiste em descrever as mudanças ocorridas ao longo do tempo.

A transformação do setor do turismo em segmento complexo e sofisticado, da economia como um todo, vem proporcionando a ampliação e qualificação dos negócios turísticos nacionais e particularmente regionais. Os fatores tecnológicos foram determinantes na definição desse quadro. A incorporação da informática e da internet foi absolutamente crucial nessa luta pela competitividade do setor, na redução de custos, no lançamento de produtos de forma a atender a uma clientela cada vez mais exigente.

Para os autores, abordar o quadro tecnológico no segmento turismo significa concentrar a observação em vários setores dominantes e abrangentes dos sistemas econômico e social, isto é, o lançamento de novos produtos, as inovações nas formas organizacionais e gerenciais, os arranjos institucionais, o modelo de gestão diferenciada, o marketing institucional, a capacitação e qualificação de mão-de-obra, os sistemas de comunicação e o uso da informática têm representado um importante núcleo das inovações do segmento.

Galindo e Guimarães,⁴² identificam três conceitos fundamentais imprescindíveis ao entendimento das inovações tecnológicas que estariam ocorrendo no conjunto das

⁴¹ GALINDO FILHO, Osmil Torres; GUIMARÃES, Paulo Ferraz. BANCO DO NORDESTE - Setor Turismo. Fortaleza, 2000.

⁴² GALINDO FILHO, Osmil Torres; GUIMARÃES, Paulo Ferraz. BANCO DO NORDESTE - Setor Turismo. Fortaleza, 2000.

atividades que formam o complexo do setor do turismo: cluster, complexo e pólo de turismo. Conceituando:

- cluster de turismo: conjunto interligado de atividades, constituído fundamentalmente pelos denominados serviços-líderes, serviços de apoio, infra-estrutura de apoio e pelos serviços complementares que têm como finalidade a produção de bens e serviços demandados pelo consumidor final que é o turista. Os serviços-líderes são serviços para os quais estão voltados os serviços e a infra-estrutura de apoio, são constituídos fundamentalmente pelos meios de hospedagem (hotéis, *resorts*, flats, apart-hotéis, chalés, privês, pousadas, albergues e estalagens) e os serviços finais como os parques temáticos e outros que estão diretamente vinculados à demanda final do turista;
- complexo: conjunto de atividades que interligadas formam uma cadeia produtiva;
- pólo: sistema em que as ações do complexo se inter-relacionam num processo de sinergia com os agentes deste. As atividades interagem numa cadeia de valor, fornecendo bens e serviços objetivando elevar sua competitividade;

Segundo Souza,⁴³ consideram-se meios de hospedagem os estabelecimentos de uso coletivo que oferecem aos hóspedes bens e serviços que resultam no bem-estar dos seus consumidores.

1.6.2 Política e desenvolvimento sustentável do turismo

As preocupações com o desenvolvimento sustentável e o equilíbrio ambiental das áreas de grande desenvolvimento turístico têm vindo a assumir uma importância cada vez maior. Com efeito a sustentabilidade é assumida como a única forma de assegurar o sucesso do turismo a longo prazo. Para tal, é essencial promover a educação e formação de recursos humanos envolvidos no setor. Por outro lado, para que o planeamento do turismo seja bem sucedido, é necessário o envolvimento e a

⁴³ apud GALINDO FILHO, Osmil Torres; GUIMARÃES, Paulo Ferraz. BANCO DO NORDESTE - Setor Turismo. Fortaleza, 2000.

participação das comunidades locais no desenvolvimento turístico. O desenvolvimento planejado do turismo deve levar em consideração as necessidades de desenvolvimento social, de infra-estruturas turísticas e ter como perspectiva uma forma de complemento do produto interno do país.

A preocupação em conciliar as potencialidades do turismo e o meio ambiente fez parte das discussões da OMT, em cuja assembléia de Santiago do Chile, em 01 de outubro de 1999, nasceu o documento ***Código Mundial de Ética do Turismo***.⁴⁴ A seção 3 do documento, “O turismo, fator de desenvolvimento sustentável” propõe:

3.1. É dever de todos os agentes envolvidos no desenvolvimento turístico, salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento econômico sadio, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer eqüitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras.

3.2. Todos os tipos de desenvolvimento turístico que permitam economizar os recursos naturais raros e preciosos, principalmente a água e a energia, e que venham a evitar, na medida do possível, a produção de dejetos, devem ser privilegiados e encorajados pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais.

3.3. Deve ser equacionada a distribuição no tempo e no espaço dos fluxos de turistas e de visitantes, especialmente a que resulta das licenças de férias e das férias escolares, e buscar-se um melhor equilíbrio na frequência, de forma a reduzir a pressão da atividade turística sobre o meio ambiente e a aumentar o seu impacto benéfico na indústria turística e na economia local.

3.4. As infra-estruturas devem estar concebidas e as atividades turísticas programadas de forma a que seja protegido o patrimônio natural constituído pelos ecossistemas e a biodiversidade, e que sejam preservadas as espécies ameaçadas da fauna e da flora selvagens. Os agentes do desenvolvimento turístico, principalmente os profissionais, devem permitir que lhes sejam impostas limitações ou obstáculos às suas atividades quando elas sejam exercidas em zonas particularmente sensíveis: regiões desérticas, polares ou de altas montanhas, zonas costeiras, florestas tropicais ou zonas úmidas, propícias à criação de parques naturais ou reservas protegidas.

3.5. O turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo especialmente enriquecedoras e valorizadoras, sempre que respeitem o patrimônio natural e as populações locais se ajustem à capacidade de carga dos locais turísticos.

A partir do resultado da reunião da OCDE,⁴⁵ em 1980, sobre os impactos do turismo no meio ambiente, Beni ⁴⁶ conclui que embora esse impacto sobre o meio

⁴⁴ Código Mundial de Ética do Turismo. Disponível em: <www.world-tourism.org>. Acesso em: 29/3/2002.

⁴⁵ Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Instituição criada em setembro de 1961 em substituição à Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE). A inclusão dos Estados Unidos e Canadá e a adoção de ajuda ao desenvolvimento como um dos objetivos justificaram a mudança do nome. Essa entidade é integrada pelos antigos membros da OECE – Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega,

ambiente natural e artificial (feito pelo homem) tenha sido reconhecido há muito, a ação demorou bastante a chegar. Parte do problema pode ter sido a falta de conhecimento das relações complexas entre o turismo e o meio ambiente. Outro fator foi a falta de coordenação entre a política de desenvolvimento e a ambiental. Afinal, a questão dos impactos do turismo sobre o meio ambiente começou a ser pesquisada relativamente bem a partir dos anos iniciais da década de 80, quando o turismo expandiu-se rapidamente.

O surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável deu-se em 1987, na reunião da OCDE, quando foi citado no relatório que ficou conhecido como *Relatório Brundtland*:

Desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

Como se pode ver, ainda era uma definição muito genérica mas serviu para despertar nos estudiosos preocupados com a questão, a necessidade de uma melhor definição.

Começava a firmar-se a idéia de que tinha que haver uma política global em que a conservação do meio ambiente estaria intimamente relacionada com a eficiência econômica e a justiça social.

Altvater,⁴⁷ vê com pessimismo a relação do desenvolvimento com o meio ambiente. Na sua obra é concreto esse posicionamento ao questionar *por que o desenvolvimento é contrário ao meio ambiente*.

Para Altvater, essa relação nunca será amigável porque vê o desenvolvimento alimentando-se do meio ambiente. Isso aconteceria porque o desenvolvimento, refletido na industrialização, usaria as reservas energéticas e as matérias primas como *inputs* e ao meio ambiente enquanto depósito das emissões industriais como *output*. Qualquer estratégia de desenvolvimento e portanto de industrialização, traz

Portugal, Suécia, Suíça e Turquia, mais Estados Unidos, Canadá, Espanha, Japão, Austrália, Nova Zelândia. Os objetivos da OCDE são incentivar o crescimento econômico, o emprego e a estabilidade financeira, bem como contribuir para o desenvolvimento econômico e expansão do comércio multilateral dos países-membros. A OCDE funciona por meio de várias comissões assessoradas por um secretariado e publica regularmente boletins estatísticos, relatórios e estudos específicos (SANDRONI 2000, p. 428).

⁴⁶ BENI, Mário Carlos. Política e estratégia do desenvolvimento regional – planejamento integrado e sustentável do turismo. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) Turismo teoria e prática. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

consequências para o desenvolvimento e para o meio ambiente em todas as regiões do mundo.

Em resumo, o desenvolvimento e o meio ambiente encontram-se em posições opostas. Atividades econômicas transformam o meio ambiente e o meio ambiente afetado constitui uma restrição externa ao desenvolvimento econômico e social.

Porter,⁴⁸ por outro lado, acha que se houver uma regulamentação ambiental efetiva, é possível conciliar desenvolvimento e meio ambiente. Essa regulamentação contribuiria para forçar um aprimoramento dos processos de produção e não mais só os resultados, contribuindo mesmo para uma diminuição dos custos de produção. Para o autor, poluição é, além de tudo, desperdício.

Sachs,⁴⁹ que criou o termo *ecodesenvolvimento*, observa que o desenvolvimento tem de levar em conta a *prudência ecológica* (idéia de longo prazo) a eficiência econômica e a justiça social.

Reduzir o grau de injustiça social é o objetivo do desenvolvimento sustentável. Implica, contudo, na existência de um processo de continuidade e não de estagnação.

O ideal é que as três prioridades caminhem juntas mas isso pode não acontecer necessariamente. O que não pode deixar de acontecer é a evolução positiva da justiça social.

Buarque,⁵⁰ conclui que o desenvolvimento sustentável deve ser um processo de mudança social e de elevação das oportunidades sociais, compatibilizando no tempo e no espaço, eficiência e crescimento econômico, equidade social e conservação ambiental.

A partir do pressuposto de Buarque se depreende que há uma superposição de três importantes dimensões responsáveis pelo desenvolvimento sustentável que são a equidade social, a eficiência econômica e o meio ambiente e que deve haver um monitoramento constante para que um não se destaque em detrimento do outro.

⁴⁷ ALTVATER, Elmar. O preço da riqueza-pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial. UNESP. São Paulo, 1995.

⁴⁸ PORTER, Michael, van der LINDE, Claas. *Verde e competitivo – acabando com o impasse*. 5. ed. São Paulo. Campus.

⁴⁹ SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento - Crescer sem destruir*. Vértice

⁵⁰ BUARQUE, Sérgio C.; SOUZA, Éster Aguiar. *Pobreza e meio ambiente no Brasil*. In Pobreza y médio ambiente em América Latina. Compilado por Ernest R. Hajek. CIEDLA, Konrad Adenauer Stiftung. Buenos Aires, 1995.

Nesse mecanismo, as oportunidades têm de ser forçosamente iguais para que se potencialize o objetivo do desenvolvimento sustentável.

1.6.3 Estímulos em outros setores econômicos

Na opinião de Nishimura,⁵¹ o setor do turismo tornou-se tão dinâmico que exige o comprometimento direto de outros setores da economia. Segundo o IBGE, destacam-se 52 setores da economia que são diretamente impactados pelo turismo, dentre os quais ressaltam-se:

- Administração pública, setor financeiro, seguros etc;
- Transportes aéreo, ferroviário, hidroviário, rodoviário;
- Alimentos, bebidas, produtos agropecuários, serviços de alimentação, fumo;
- Aluguel de imóveis, construção civil, material de construção;
- Educação, saúde, recreação, cultura;
- Fabricação de plásticos, indústria de borracha, máquinas e equipamentos, eletrodomésticos, produtos metálicos, vidros;
- Indústria de móveis, perfumes, sabão, velas, farmacêutica;
- Indústria eleitoral e gráfica;
- Produtos têxteis;
- Comunicação, energia, saneamento e abastecimento de água.

Pode-se concluir que a atividade do turismo, e do seu principal segmento, a hospedagem, estão intimamente ligados à economia e às suas diversas áreas. Sendo dos maiores responsáveis pela geração de empregos diretos, induzidos ou indiretos e contribuindo significativamente para a formação do produto interno bruto (PIB).

Outro ponto importante é o efeito multiplicador que propicia e que será abordado no capítulo seguinte, o qual atinge diversas áreas de diversos setores, dentro e fora da atividade turística, contribuindo para o aumento da renda e da geração de novos empregos, como no caso dos 52 setores produtivos que são estimulados pelo turismo.⁵²

⁵¹ NISHIMURA, Jorge. Planejamento de um hotel voltado para negócios. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) Turismo teoria e prática. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

⁵² Para se saber mais sobre o valor dos gastos nacionais com viagens (turismo), deve-se consultar a Conta de Serviços, do Balança de Pagamentos, disponível no site do Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br), na qual constam as despesas e as receitas obtidas naquele ano, dando um saldo positivo ou negativo na conta do país.

2. O emprego e o rendimento no turismo, na hotelaria e no resort

O turismo, na sociedade moderna, pode ser considerado um agregado de atividades econômicas principais, secundárias e auxiliares, englobando, especificamente, os meios de hospedagem, os transportes, o agenciamento e o entretenimento em seus vários desdobramentos e causam rebatimentos importantes ao nível da produção de riqueza, da decisão de investimento, da captação de divisas pela sua vertente internacional, da geração de emprego, da remuneração do trabalho, entre outros.

2.1 Atividades principais, secundárias e auxiliares

Segundo o Sistema de Contas Nacionais da ONU, versão de 1993 (SCN93),⁵³ as atividades de uma unidade de produção (e seus respectivos parágrafos) classificam-se em:

⁵³ O Sistema de Contabilidade Nacional (SCN), versão de 1993, foi o resultado de um longo processo de mais de uma década (1982-1993), notável pela sua amplitude e transparência. Para tal foi criado o Grupo de Trabalho Inter-Secretarial de Contas Nacionais (GTISCN) composto pelo Serviço de Estatística da União Europeia (EUROSTAT) o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Divisão de Estatística das Nações Unidas (UNSTAT) e comissões regionais do Secretariado das Nações Unidas e o Banco Mundial. O processo foi tornado possível através da estreita cooperação entre as cinco organizações membros do GTISCN e das contribuições, tanto em dinheiro como em espécie, das organizações do GTISCN, outras organizações internacionais, regionais e não governamentais, um conjunto de países, e muitos contributos individuais de peritos em contas nacionais e áreas relacionadas de todas as regiões do mundo. O Sistema de Contabilidade Nacional (SCN) consiste em um conjunto coerente, consistente e integrado de *contas* macro-econômicas; de contas de patrimônio e de quadros, baseados em conceitos, definições, classificações e normas contábeis internacionalmente aceitas. Fornece um amplo quadro contábil, dentro do qual os dados econômicos podem ser trabalhados e apresentados num formato concebido para fins de análise econômica, tomada de decisões e definição de políticas. As próprias contas apresentam de forma condensada uma grande massa de informações detalhadas, organizadas de acordo com princípios e sensibilidades econômicos, acerca do funcionamento de uma economia. Fornecem um registro completo e detalhado das complexas atividades econômicas presentes numa economia e da interatividade entre os diversos agentes e grupos de agentes econômicos, existentes nos mercados ou em qualquer outro local. Na prática as contas são compiladas para uma sucessão de períodos, fornecendo, assim, um fluxo contínuo de informação que é indispensável para o acompanhamento, análise e avaliação do comportamento de uma economia através do tempo. O SCN fornece informação não apenas sobre as atividades econômicas, mas também sobre os níveis dos ativos (fatores) produtivos de uma economia e da riqueza dos seus habitantes, em momentos determinados. Por fim, o SCN inclui uma contabilidade com o exterior que mostra as relações entre uma economia e o resto do mundo.

As novas características e o papel do Sistema de Contas Nacionais, versão de 1993, (SCN93) incorporam o resultado da harmonização do SCN com outras normas internacionais mais completamente do que no passado. O resultado, a partir de 1993, é mais evidente para a balança de pagamentos porque, enquanto colaborava na revisão do SCN, o Fundo Monetário Internacional (FMI) procedia também à revisão do seu Manual da Balança de Pagamentos.

Segundo a versão do SCN93, as definições e os conceitos, são muitas vezes as mesmas nos dois textos. As futuras publicações do Fundo mostrarão a grande harmonização entre o SCN e as publicações do Fundo no domínio das finanças públicas e estatísticas financeiras. O SCN e a Classificação Internacional Tipo, por

Actividades principais

5.7. A actividade principal de uma unidade de produção é aquela cujo valor acrescentado excede o de qualquer outra actividade realizada na mesma unidade. (A unidade de produção pode ser uma empresa ou um estabelecimento, como definido anteriormente). A classificação da actividade principal é determinada por referência à CITA, primeiro ao nível mais elevado da classificação e depois a níveis mais detalhados. A produção da actividade principal - o seu produto principal e todos os subprodutos (isto é, qualquer outro produto resultante, necessariamente, da actividade simultânea de produção do produto principal) - deve consistir em bens e serviços adequados a serem fornecidos a outras unidades, embora, possam ser utilizados para consumo próprio ou formação de capital própria.

Actividades secundárias

5.8. Uma actividade secundária é uma actividade realizada dentro de uma unidade de produção conjuntamente com a actividade principal e cuja produção, tal como a da actividade principal, deve ser adequada para fornecimento fora da unidade de produção. O valor acrescentado da actividade secundária deve ser inferior ao que resulta da actividade principal, pela própria definição desta. A produção da actividade secundária é um produto secundário. A maior parte das unidades de produção produzem pelo menos alguns produtos secundários.

Actividades auxiliares

5.9. A produção das actividades auxiliares não se destina a ser utilizada fora da empresa. Uma actividade auxiliar é uma actividade de apoio, exercida numa empresa, de forma a criar condições necessárias à realização das actividades principais e secundárias. Antes de tentar explicitar melhor o conceito de actividade auxiliar, é conveniente ilustrar os tipos de actividades que podem ser consideradas auxiliares:

- (a) Conservação de registos, arquivos ou contas em forma escrita ou informatizada;
- (b) Comunicações, por escrito ou por telefone, telex, telefax, rede informática, etc., ou via mensageiros, correio etc.;
- (c) Compra de materiais e equipamentos;
- (d) Contratação, formação, administração e pagamento de empregados;
- (e) Armazenamento de material ou equipamento
- (f) Transporte de bens ou de pessoas dentro ou fora da unidade de produção;
- (g) Promoção de vendas;
- (h) Limpeza e manutenção de edifícios e de outras estruturas;
- (i) Reparação e serviço de maquinaria e equipamento;
- (j) Segurança e vigilância.

5.10. Adicionalmente à característica sobre a qual assenta a sua definição, de que funcionam como suporte às actividades principais ou secundárias, as actividades auxiliares possuem certas características comuns relacionadas com a sua produção. Estas características adicionais incluem:

- (a) As actividades auxiliares produzem produtos que são vulgarmente encontrados como consumos de quase todas as actividades produtivas;
- (b) As actividades auxiliares produzem serviços (e excepcionalmente bens que não serão fisicamente incorporados no produto da actividade principal ou secundária);
- (c) O valor da produção de uma actividade auxiliar é em geral modesto em comparação com o das actividades principais ou secundárias de uma empresa.

5.11. A característica sobre a qual assenta a definição das actividades auxiliares não é de forma alguma suficiente para as identificar: existem numerosas actividades cujas produções são totalmente consumidas na mesma empresa mas que não se podem considerar como auxiliares. A característica que se aplica às actividades auxiliares em qualquer actividade produtiva, é o facto de produzirem serviços. Os bens individuais não são utilizados como consumos tão vulgarmente como os serviços, por exemplo, de contabilidade, transporte ou limpeza. Uma empresa pode, por exemplo, produzir leite, o qual é totalmente transformado em manteiga ou queijo na mesma empresa. A produção de leite, contudo, não pode ser considerada como uma actividade auxiliar, pois o leite é uma categoria de consumo só de alguns tipos de actividades produtivas. Em geral, os bens que se incorporam na produção de actividades principais ou secundárias não podem resultar de actividades auxiliares.

5.12. Certas actividades, embora sejam correntes nas empresas, não o são a ponto de serem consideradas auxiliares. Muitas empresas produzem a sua própria maquinaria e equipamento, constroem as suas próprias estruturas e realizam elas próprias os seus trabalhos de investigação e desenvolvimento. Estas actividades, centralizadas ou não, não devem ser tratadas como auxiliares, pois não são encontradas, frequente e extensivamente, em todos os tipos de empresas, sejam elas pequenas ou grandes.

5.13. Por definição, uma actividade auxiliar não se realiza por si mesma, mas exclusivamente para providenciar serviços de apoio às actividades principais ou secundárias às quais se encontra associada. É por isso que o SCN e a CITA tratam as actividades auxiliares como fazendo parte integrante das actividades principais ou secundárias às quais estão associadas. Como resultado:

(a) A produção de uma actividade auxiliar não é explicitamente reconhecida nem contabilizada separadamente no Sistema. Consequentemente, a utilização dessa produção também não é contabilizada;

(b) Todos os consumos de uma actividade auxiliar - materiais, trabalho, consumo de capital fixo, etc. - são considerados como consumos da actividade principal, ou secundária, às quais aquela serve de suporte;

(c) Não é possível identificar o valor acrescentado de uma actividade auxiliar pois esse valor acrescentado está combinado com o da actividade principal ou secundária.

Assim, as contas de produção do Sistema não fornecem nenhuma informação directa sobre a incidência e extensão das actividades auxiliares das unidades de produção. A sua existência só pode ser deduzida pelo custo de estrutura dos inputs consumidos pelos produtores.

Modificações nas actividades auxiliares

5.14. Nalguns casos uma empresa pode escolher entre realizar actividades auxiliares que prestam serviços de apoio às suas actividades principais ou secundárias, ou comprar esses serviços no mercado a produtores especializados. Além da dificuldade óbvia de separar a actividade auxiliar das actividades principais ou secundárias associadas, a escolha pode ser limitada pelo facto de que, na prática, os serviços requeridos não estão com frequência disponíveis nas quantidades adequadas nos mercados locais.

5.15. Uma actividade auxiliar pode crescer a ponto de adquirir capacidade de prestar serviços fora da empresa. Por exemplo, uma unidade de serviço informático pode desenvolver internamente capacidades para as quais existe procura externa. Quando uma actividade começa a prestar serviços a terceiros, a parte que produz para venda deve ser tratada como actividade secundária e não como auxiliar.

O papel das actividades auxiliares no sistema económico.

5.16. Como a existência de actividades auxiliares não é explicitamente reconhecida no Sistema nem nas estatísticas de produção em geral, é difícil obter informação acerca do

seu papel na economia. Por exemplo, é difícil saber qual o seu volume de produção, quantas pessoas se dedicam a essas actividades, quais os recursos que consomem. etc. Isto pode ser visto como uma séria desvantagem para determinados fins, tais como a análise do impacto da "tecnologia da informação" na produtividade, quando o tratamento e difusão da informação são actividades auxiliares típicas. Contudo, seria difícil e dispendioso obter informação detalhada sobre toda a gama de actividades auxiliares realizadas nas unidades de produção. Para mais, os valores das suas produções teriam de ser todos imputados. Todavia, para alguns tipos de análises pode ser útil e necessário estimar e contabilizar estas actividades separadamente (ver capítulo XXI).

2.2 Actividades características do turismo

As actividades características do turismo, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT),⁵⁴ podem identificar-se como:

aquelas actividades produtivas cuja produção principal é um produto característico do turismo. Como o conjunto dessas actividades não constitui um ramo da indústria propriamente dito, de acordo com a definição do Sistema de Contas Nacionais, versão 1993 (SCN93)⁵⁵, a Conta Satélite do Turismo (CST) define as indústrias turísticas como estabelecimentos cuja actividade produtiva principal é uma actividade característica do turismo.

O quadro seguinte mostra a correspondência entre as doze actividades económicas utilizadas nas tabelas da CST e dos seus códigos correspondentes na Classificação Internacional Tipo (CITA rev. 3)⁵⁶ e na Classificação Internacional Uniforme das Actividades Turísticas (CIUAT).⁵⁷

Descrição de actividades	CITA rev. 3	CIUAT
1. Hotéis e similares	5510	5510
2. Segundas residências (imputada)	Parte de 7010	Parte de 7010
3. Restaurantes e similares	5520	5520
4. Serviços de transporte de passageiros no transporte ferroviário	Parte de 6010	6010-1, 6010-2
5. Serviços de transporte de passageiros no transporte rodoviário	Parte de (6021 y 6022)	6021-1, 6021-2, 6021-3 6022-1, 6022-2, 6022-3, 6022-4
6. Serviços de transporte marítimo de passageiros	Parte de (6110 y 6120)	6110-1, 6110-2 Parte de 6110 6120-1, 6120-2, 6120-3 Parte de 6120
7. Serviços de transporte aéreo de passageiros	Parte de (6210 y 6220)	6210-1 6220-1, 6220-2
8. Serviços auxiliares dos transportes de passageiros	Parte de 6303	6303-1, 6303-2, 6303-3
9. Aluguéis de equipamentos de transportes de passageiros	Parte de (7111, 7112 y 7113)	7111-1, 7111-2, 7111-3 Parte de 7112, 7113-1
10. Agências de viagens e similares	6304	6304
11. Serviços culturais	9232	9232-1, 9232-2
12. Actividades Características do Turismo	9233	9233
13. Serviços desportivos e outros	9214	9214
14. Serviços de entretenimento	9241	9241
15. Serviços de alojamento	9210	9210
16. Serviços de alimentação	9249	9249

⁵⁴ http://www.world-tourism.org/statistics/basic_references/castellano.htm

⁵⁵ No parágrafo 15.13, da SCN93, define-se como "grupo de actividades que produzem uma mesma classe de actividade produtiva"

⁵⁶ Publicação das Nações Unidas, código E.98.XVII.5. (Tradução livre do autor deste projeto)

⁵⁷ Ibid., código E.94.XVII.6, segunda parte. (Tradução livre do autor deste projeto)

2.3 Produtos característicos do turismo

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT),⁵⁸ a lista de produtos característicos, ligados ou específicos do turismo (PET) é provisória e corresponde aqueles produtos considerados como característicos para efeitos de comparação internacional dos resultados. A lista PET apresenta-se de tal forma que pode resultar numa proposta de como, no futuro, os países que tenham levado a cabo uma Conta Satélite de Turismo (CST), poderiam apresentar os resultados turísticos de forma comparável entre as distintas organizações internacionais. De acordo com a Classificação Central de Produtos (CCP),⁵⁹ os produtos são os seguintes:

1. Servicios de alojamiento

1.1 Hoteles y otros servicios de alojamiento

Servicios de alojamiento en hoteles y moteles
 Servicios de centros de vacaciones y hogares de vacaciones
 Servicios de arrendamiento de alojamientos amueblados
 Servicios de albergues juveniles
 Servicios de centros de entrenamiento y vacaciones para niños
 Servicios para acampamentos y campamentos para remolques
 Servicios de coche cama y similares en otros medios de transporte; residencias de estudiantes

1.2 Servicios de segundas viviendas por cuenta propia o gratuitos

(Esta sub-clase comprende el alquiler imputado de las segundas viviendas ocupadas por sus propietarios o los servicios de alojamiento facilitados a título gratuito y de los apartamentos en multipropiedad. En la CCP no existe código para esta información).
 Servicios auxiliares de las actividades de multipropiedad

2. Servicios de provisión de alimentación y bebidas

Servicios de provisión de comida con servicios completos de restaurante
 Servicios de provisión de comida en establecimientos de autoservicio
 Otros servicios de provisión de comida
 Servicios de provisión de bebidas para su consumo en el local

3. Servicios de transporte de pasajeros

3.1 Servicios de transporte interurbano por ferrocarril

Servicios regulares de transporte por ferrocarril
 Servicios no regulares de transporte por ferrocarril

3.2 Servicios de transporte por carretera

Servicios regulares interurbanos de transporte de viajeros por carretera
 Servicios regulares especiales interurbanos de transporte de viajeros por carretera
 Servicios regulares de remontes para esquiar
 Servicios de teleféricos y funiculares
 Servicios de taxi
 Servicios de alquiler de automóviles con conductor
 Servicios de alquiler de autobuses y autocares con conductor

3.3 Servicios de transporte marítimo

Servicios de transporte de viajeros en transbordadores de cabotaje y transoceánicos
 Otros servicios regulares de transporte de viajeros en embarcaciones de cabotaje y exterior

⁵⁸ Disponível em: <http://www.world-tourism.org/statistics/basic_references/castellano.htm>. Acesso em: 29/3/2002. Reelaborado pelo autor a partir do original.

⁵⁹ Classificação Central de Produtos (CCP). Publicação das Nações Unidas, código E.90.XVII.11."

Otros servicios no regulares de transporte de viajeros en embarcaciones de cabotaje y exterior

Servicios de crucero

Servicios de alquiler de embarcaciones de cabotaje y exterior con tripulación para transporte de viajeros

Servicios de transporte de viajeros en ferries por vías interiores de navegación

Servicios regulares de viajeros

Servicios de excursiones panorámicas

Servicios de cruceros

Servicios de alquiler de embarcaciones con tripulación para el transporte de viajeros por vías interiores de navegación

3.4 Servicios de transporte aéreo

Servicios de transporte de pasajeros por líneas aéreas de servicio regular

Servicios de transporte de pasajeros por líneas aéreas de servicio no regular

Servicios de excursiones panorámicas en aeroplano o en helicóptero

Servicio de alquiler de aeronaves con tripulación

3.5 Servicios conexos al transporte de pasajeros

Servicios de ayuda a la navegación

Servicios auxiliares del transporte por ferrocarril

Servicios de estaciones de autobuses

Estacionamiento de terminales de transporte de pasajeros

Servicios de explotación de puertos y vías de navegación (excepto carga y descarga)

Servicios auxiliares del transporte por vía acuática relacionados con el combustible

Servicios de mantenimiento y conservación de embarcaciones de pasajeros privadas

Servicios de explotación de aeropuertos (excepto carga y descarga)

Otros servicios auxiliares del transporte aéreo o espacial

3.6 Alquiler de bienes de equipo para el transporte de pasajeros

Servicios de leasing o alquiler de automóviles o camionetas sin conductor

Servicios de leasing o alquiler de caravanas/autocaravanas sin conductor

Servicios de leasing o alquiler de buques de pasajeros sin tripulación

Servicios de leasing o alquiler de aeronaves de pasajeros sin tripulación

3.7 Servicios de mantenimiento y reparación de bienes de equipo para el transporte de pasajeros

Servicios de mantenimiento y reparación de remolques, semirremolques y otros vehículos de motor no clasificados en otro lugar

Servicios de mantenimiento y reparación de embarcaciones de recreo de uso propio

Servicios de mantenimiento y reparación de aviones de recreo de uso propio

4. Servicios de las agencias de viajes, tour operadores y guías de turismo

4.1 Servicios de las agencias de viajes

Servicios de agencias de viaje

4.2 Servicios de los tour operadores

Servicios de tour operadores

4.3 Servicios de información turística y de los guías de turismo

Servicios de información turística

Servicios de guías de turismo

5. Servicios culturales

5.1 Representaciones artísticas

Servicios de explotación de salas de espectáculos

Servicios relacionados con actores

5.2 Museos y otros servicios culturales

Servicios relacionados con museos, excepto lugares y edificios históricos

Servicios de conservación de lugares y edificios históricos

Servicios relacionados con jardines botánicos y zoológicos

Servicios relacionados con reservas naturales incluyendo servicios de conservación de la fauna

6. Servicios recreativos y otros servicios de esparcimiento

6.1 Deportes y servicios recreativos deportivos

Servicios de promoción y organización de pruebas deportivas de competición y de

esparcimiento

Servicios de campos de golf

Servicios de explotación de pistas de esquí

Circuitos de carreras

Servicios de playa y de parques recreativos

Deportes de aventura y riesgo

6.2 Otros servicios de esparcimiento y recreo

Servicios relacionados con parques temáticos

Servicios relacionados con parques de atracciones

Servicios relacionados con ferias y parques de atracciones

Servicios relacionados con casinos

Servicios relacionados con máquinas tragaperras

7. Servicios turísticos diversos

7.1 Servicios financieros y de seguros

Servicios de tarjetas de viaje

Servicios de crédito para viajes

Servicios de seguros de vida

Servicios de seguros de accidente en viaje

Servicios de seguros de enfermedad en viaje

Servicios de seguros particulares de los viajeros en aeronaves

Servicios de seguros particulares de los viajeros en embarcaciones

Servicios de seguros de viajes

Servicios de cambio de divisas

7.2 Otros servicios de alquiler de bienes

Servicios de leasing o alquiler de equipos de transporte terrestre que no sean a motor

Servicios de leasing o alquiler de equipos para deportes de invierno

Servicios de leasing o alquiler de equipos de transporte aéreo que no sean a motor

Servicios de leasing o alquiler de equipos de playa o para deportes acuáticos

Servicios de leasing o alquiler de equipos de camping

Servicios de leasing o alquiler de sillas de montar

Servicios de alquiler de cámaras fotográficas

7.3 Otros servicios turísticos

Servicios de organización de ferias de muestras y exposiciones

Servicios de balnearios

Servicios de licencias de pesca

Servicios de licencias de caza

Servicios de emisión de pasaportes

Servicios de emisión de visados

Servicios de guía (montaña, caza y pesca)

Servicios de acompañamiento o escolta

2.4 Geração de emprego

A preocupação para que os benefícios econômicos, sociais e culturais promovidos pelo turismo atingisse a todos equitativamente, fez com que a Organização Mundial do Turismo (OMT), na assembléia de Santiago do Chile, em 01 de outubro de 1999, no documento **Código Mundial de Ética do Turismo**,⁶⁰ na seção 5, “O Turismo, atividade benéfica para os países e para as comunidades de destino”, defendesse:

⁶⁰ Código Mundial de Ética do Turismo. Disponível em: <www.world-tourism.org>. Acesso em: 29/3/2002.

5.1. As populações e comunidades locais devem estar associadas às atividades turísticas e participar equitativamente nos benefícios econômicos, sociais e culturais que geram, e sobretudo na criação de empregos diretos ou indiretos resultantes.

5.2. As políticas turísticas devem ser conduzidas de tal forma que contribuam para a melhoria do nível de vida das populações das regiões visitadas e respondam às suas necessidades. A concepção urbanística e arquitetônica e o modo de exploração das estâncias e alojamentos turísticos devem visar a sua melhor integração no contexto econômico e social local. Em caso de igualdade de competências, deve ser dada prioridade à contratação de mão-de-obra local.

5.3. Uma particular atenção deve ser dada aos problemas específicos das zonas costeiras e aos territórios insulares, bem como às zonas rurais e serranas, frágeis, onde o turismo representa, muitas vezes, uma das raras oportunidades de desenvolvimento face ao declínio das tradicionais atividades econômicas.

5.4. Os profissionais do turismo, especialmente os investidores, devem, conforme regulamentação estabelecida pelas autoridades públicas, proceder a estudos sobre o impacto dos seus projetos de desenvolvimento em relação ao entorno e aos meios naturais existentes. Devem, na mesma forma prestar informações quanto ao seus futuros programas e aos impactos previstos, com a maior transparência e objetividade requerida, abrindo-se ao diálogo, nessas matérias, com as populações interessadas.

Segundo Carvalho,⁶¹ o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC),⁶² até 2006 o turismo estará gerando um novo emprego a cada 2,4 segundos. Para isso o Conselho sugere:

- sensibilizar os governos para a importância estratégica do setor de viagens e turismo no desenvolvimento econômico e na geração de empregos;
- avançar em direção a mercados mais abertos, mais competitivos e menos regulamentados;
- promover o desenvolvimento sustentável na indústria turística;
- eliminar barreiras que impedem ou inibem o crescimento do setor.

Costa et al.⁶³ registram em sua obra que a União Européia divulgou, em 1999, os seguintes dados:

- há no seu espaço geográfico 1,3 milhões de empresas nos setores de hospedagem e alimentação;
- das 5,3 milhões de pessoas empregadas no setor, 50% trabalham em empresas com menos de 9 trabalhadores e 15% são empresas individuais;

⁶¹ CARVALHO, Virgílio Nelson da Silva. *Turismo e hotelaria desenvolvendo a economia*. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) *Turismo teoria e prática*. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

⁶² WTTC Conselho Mundial de Viagens de Turismo. Organização global, com sede em Londres, de caráter privado que congrega os altos executivos de empresas de todos os segmentos da indústria de viagens e turismo, incluindo meios de hospedagem cruzeiros, entretenimento, transportes, recreação, alimentação etc.

⁶³ COSTA, Jorge; RITA, Paulo; ÁGUAS, Paulo. *Tendências internacionais em turismo*. 1. ed. Lisboa. Lidel, 2001.

- apenas 10% delas trabalham em empresas com mais de 250 trabalhadores.

Em relação ao país, segundo dados da primeira pesquisa ***Perfil dos Profissionais no Mercado de Trabalho no Setor de Turismo no Brasil***, levantamento, elaborado pelo Instituto de Hospitalidade – IH e o Sebrae,⁶⁴ o número de pessoas ocupadas no segmento de turismo cresceu 24% entre 1992 e 1999. A pesquisa abrangeu trabalhadores no setor formal e informal e foi feito por amostragem em cerca de 100 mil domicílios de todo o país. Ela revela que a expansão de empregos no setor foi maior entre agências de viagens e empresas de turismo, com crescimento de 46%, e empresas de entretenimento e lazer, com 41%.

Apesar do aumento da oferta de empregos no setor, o Brasil ainda está muito aquém dos índices alcançados nos Estados Unidos e em países da Oceania, do Caribe e da União Européia.

Do total de pessoas que compõem a população economicamente ativa (PEA) brasileira, apenas 6,1% (4,4 milhões de profissionais) trabalham no turismo, enquanto naqueles países a média de ocupação no setor fica entre 12% e 14%.

A pesquisa mostra ainda que as atividades de hotéis e pousadas são tipicamente empregadoras formais, ou seja, quase 70% das pessoas ocupadas nesses dois ramos possuem Carteira de Trabalho assinada. Esse índice cai para 50% quando se trata de agências de viagens, empresas de turismo e transporte. Bares, restaurantes e atividades de entretenimento e lazer são tipicamente informais e, segundo a pesquisa, neles apenas 20% dos trabalhadores têm carteira assinada. Nesse segmento, mais de um terço da força de trabalho é constituída por trabalhadores autônomos.

A EMBRATUR,⁶⁵ pretende atrair até 2003, 6,5 milhões de turistas estrangeiros, expandir para 57 milhões o fluxo de turistas domésticos e gerar 500 mil novos empregos; elevação da receita cambial turística para US\$ 5,5 bilhões e consolidação de 300 novos destinos turísticos, com sinalização, pórtico e qualidade de serviços aferida.

⁶⁴ Perfil dos Profissionais no Mercado de Trabalho no Setor de Turismo no Brasil. Levantamento, elaborado pelo Instituto de Hospitalidade (IH) e Sebrae. Disponível em: <www.abih.com.br>. Acesso em: 9 dez. 2001.

⁶⁵ A Indústria do Turismo no Mundo e no Brasil. Disponível em: <www.abih.com.br>. Acesso em: 9 dez. 2001.

Os meios de hospedagem no Brasil, segundo a ABIH,⁶⁶ empregam, em média, 31 pessoas por estabelecimento. A projeção desse número para o total de meios de hospedagem existentes indica que o setor emprega algo em torno de 550.000 mil pessoas, o que representa cerca de 0,8% da população economicamente ativa.

Carvalho,⁶⁷ ressalta que “o turismo, bem planejado e orientado, deve servir como estratégia de fixação do homem na terra na medida do uso da sua força de trabalho”. A opinião do autor talvez diga respeito à percepção da capacidade de desenvolvimento endógeno que o turismo proporciona.

Segundo Amaral,⁶⁸ do ponto de vista espacial ou regional o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como:

(...) um processo de crescimento econômico implicando em uma continua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda local ou da região mais ou menos definido dentro de um modelo específico de desenvolvimento regional(...).

De fato, o turismo apresenta-se como excelente saída de reabsorção dos trabalhadores demitidos bem como da parcela da mão-de-obra não especializada que bem treinada e qualificada poderá integrar-se a esse mercado.

2.4.1 O emprego e o rendimento na hotelaria – conceitos

Segundo Lage e Milone,⁶⁹ há três categorias de emprego resultantes do desenvolvimento do turismo:

⁶⁶ Pesquisa realizada pela EMBRATUR junto a 800 meios de hospedagem. Disponível em: <www.abih.com.br>. Acesso em: 9 dez. 2001.

A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) foi fundada em 09 de novembro de 1936, por ocasião do I Congresso Nacional de Hoteleiro, com sede no Rio de Janeiro, vem atuando como um órgão técnico e consultivo no estudo e solução dos problemas do setor, tendo como principal objetivo a arregimentação da classe, visando a defesa dos interesses de ordem jurídica, moral e econômica dos hoteleiros do Brasil, a ABIH consolidou-se no decorrer dos anos como uma confiável fonte de dados e informações relativas ao universo da hotelaria. A solenidade da fundação ocorreu no Salão de Festas do antigo Hotel dos "Estrangeiros", localizado na Praça José de Alencar, Botafogo, no Rio de Janeiro, onde se realizou o I Congresso Nacional Hoteleiro, sob a coordenação do Sr. José de Araújo Mota. Na ata de fundação consta a assinatura de 70 pessoas. A partir do ano de 1948, com a realização do II Congresso Nacional Hoteleiro e com a admissão de novos associados, a ABIH começou a ressurgir e consolidar o seu crescimento, constituindo-se realmente na entidade pioneira da classe hoteleira. Do ano de 1950 em diante, a realização dos Congressos passou a ser anual.

⁶⁷ CARVALHO, Virgílio N. S. Turismo e hotelaria desenvolvendo a economia. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) Turismo teoria e prática. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

⁶⁸ AMARAL FILHO, Jair do. A endogenização do desenvolvimento econômico regional. Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia – ANPEC, 1999.

- a) Empregos diretamente relacionados com a direção e o funcionamento da indústria turística;
- b) Empregos resultantes do desenvolvimento da indústria turística, como transportes, agricultura bancos etc.;
- c) Empregos indiretos criados pelo turismo, que surgem derivados do montante de recursos obtidos pelas atividades produtivas dos residentes locais.

Segundo classificação da Organização Mundial do Turismo (OMT),⁷⁰ relacionou-se a seguir alguns dos principais conceitos relacionados ao emprego,

Unidades de empleo - Las principales unidades de observación en las estadísticas de empleo son los puestos y las personas. Cuando están vinculados las "personas" y los "puestos", existe un "empleo" (y, a la inversa, tiene que haber un "empleo" para vincular un "puesto" y una "persona").⁷¹

Trabajo - Por empleo se entiende una relación contractual implícita y explícita entre una "persona" concreta y un "puesto" concreto. Cada empleo es la relación entre una persona empleada y un puesto cubierto (esta definición abarca a la persona "autoempleada" que cubre un puesto con la propia persona en calidad de "empleador").⁷²

Fuerza de trabajo - Las estadísticas disponibles sobre la fuerza de trabajo son fragmentarias debido, en parte, a los diferentes tipos de unidades relacionadas con el trabajo (empleados, cargos que ocupan, tareas, personas y hogares), así como a la existencia de diferentes áreas (tales como: empleo, desempleo, sueldos, ingresos por trabajo y otros).⁷³

Empleo - El turismo presenta peculiaridades que es preciso considerar cuando se hace referencia al empleo. En muchos casos, el consumo del visitante, en particular el que resulta del turismo receptor, no abarca todo el año de forma uniforme. En consecuencia,

⁶⁹ LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. *Impactos socioeconômicos globais do turismo*. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) *Turismo teoria e prática*. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

⁷⁰ Informações disponíveis no site da Organização Mundial do Turismo (OMT). Disponível em: <www.world-tourism.org>. Acesso em: 9 de março de 2002

⁷¹ Unidades de emprego - As principais unidades de observação nas estatísticas de emprego são os *postos de trabalho e as pessoas*. Quando estão vinculadas as *pessoas* e os *postos*, existe uma situação de emprego. (Tradução livre do autor deste projeto)

⁷² Trabalho - Entende-se por emprego a relação contratual implícita e explícita entre um indivíduo e um posto de trabalho concreto. Cada emprego é a relação entre um indivíduo empregado e uma atividade definida (esta definição engloba o indivíduo com emprego autônomo). (Tradução livre do autor deste projeto)

⁷³ Força de trabalho - As estatísticas disponíveis sobre força de trabalho são dispersas devido, em parte, aos diferentes tipos de unidades relacionadas com o trabalho (número de empregados, categorias do emprego, tipo de emprego, pessoas e residências etc.), assim como a existência de diferentes áreas (tais como: emprego, desemprego, salários, rendimentos e outros). (Tradução livre do autor deste projeto)

el empleo en las actividades características del turismo frecuentemente fluctuará, de forma estacional, con más intensidad que en otras actividades.

La estacionalidad, la gran variabilidad en las condiciones laborales, la flexibilidad y la escasa formalización de muchos contratos laborales en numerosas unidades de producción pequeñas, son los principales obstáculos para obtener datos significativos relativos al empleo en las industrias turísticas. Esto explica porqué, aunque no existe duda de que el empleo es una variable fundamental a la hora de describir la importancia económica del turismo, las limitaciones estadísticas no permiten que estas recomendaciones sean muy ambiciosas por ahora.⁷⁴

Empleo turístico - La asociación de un nivel de empleo a una parte específica de la producción de una actividad productiva, necesaria para el cálculo del empleo generado por el consumo del visitante, es difícil de lograr y justificar teóricamente.

Debido a que sólo existe una experiencia limitada y parcial respecto a la asignación del empleo a una parte específica de la producción, las presentes recomendaciones no incluyen la elaboración de ninguno de los agregados de empleo turístico generado por el consumo del visitante.

En consecuencia, y por ahora, estas recomendaciones únicamente consideran el cálculo del empleo en las industrias turísticas (es decir, en el conjunto de establecimientos cuya actividad productiva principal es una actividad característica del turismo), a través de dos indicadores: número de puestos de trabajo y número de personas empleadas.⁷⁵

Empleo (directo) - El generado directamente por la actividad de las industrias turísticas como respuesta al consumo de los visitantes.⁷⁶

Empleo (indirecto) - El generado como respuesta al consumo de los visitantes en las industrias conexas y no específicas de turismo.⁷⁷

Empleo temporal - El que es por un tiempo determinado o está asociado a la finalización de una tarea determinada.⁷⁸

Empleo estacional - El que se produce de forma regular en determinados momentos del año.⁷⁹

⁷⁴ Emprego - O turismo apresenta peculiaridades que é preciso considerar quando se faz referência ao emprego. Em muitos casos, o consumo do visitante, em particular o que resulta do turismo receptor, não abarca todo o ano de forma uniforme. Em consequência disso, o emprego gerado pelas atividades características do turismo freqüentemente flutuará de forma sazonal com mais intensidade que em outras atividades econômicas.

A sazonalidade, a flexibilidade e a escassa formalização de muitos contratos de trabalho em numerosas unidades de produção pequenas, são os principais obstáculos para se obter dados significativos relativos ao emprego na indústria turística. Isto explica por que, embora não haja dúvida de que o emprego é uma variável fundamental na hora de descrever a importância econômica do turismo, as limitações estatísticas não permitem que estas recomendações sejam muito ambiciosas atualmente. (Tradução livre do autor deste projeto)

⁷⁵ Emprego turístico - A associação entre um determinado nível de emprego e uma parte específica da produção de uma atividade, necessária para o cálculo do emprego gerado pelo consumo do visitante, é difícil de obter e justificar teoricamente.

Devido a só existir um conhecimento limitado e parcial a respeito da ligação do emprego a uma parte específica da produção, as atuais recomendações não incluem a elaboração de nenhum dos agregados de emprego turístico gerado pelo consumo do visitante.

Em consequência, atualmente, essas recomendações consideram unicamente o cálculo do emprego nas indústrias turísticas (definidas como um conjunto de estabelecimentos cuja atividade produtiva principal é uma atividade característica do turismo), através dos indicadores: número de postos de trabalho e número de pessoas empregadas. (Tradução livre do autor deste projeto)

⁷⁶ Emprego (direto) - É aquele gerado diretamente pela atividade da indústria do turismo, como resposta ao consumo dos visitantes. (Tradução livre do autor deste projeto)

⁷⁷ Emprego indireto - É aquele gerado como resposta ao consumo dos visitantes, nas atividades ligadas mas não específicas do turismo. (Tradução livre do autor deste projeto)

⁷⁸ Emprego temporal - É aquele criado por um tempo determinado ou está associado à finalização de uma determinada tarefa. (Tradução livre do autor deste projeto)

2.4.2 Remuneração dos assalariados

Segundo a OMT, remuneração dos assalariados se define como:

La remuneración total, en dinero o en especie, a pagar por una empresa a un asalariado en contraprestación del trabajo realizado por éste durante el período contable.

La remuneración de los asalariados se registra en el momento que se devenga, es decir, se mide por el valor de la remuneración en dinero o en especie que el asalariado tiene derecho a cobrar de un empleador por el trabajo realizado durante el período pertinente, tanto si se paga por anticipado, simultáneamente o con retraso con respecto del trabajo en cuestión. No se registra remuneración de los asalariados en el caso del trabajo voluntario no remunerado, incluido el realizado por los miembros de un hogar en una empresa no constituida en sociedad propiedad de dicho hogar. La remuneración de los asalariados no incluye los impuestos a pagar por el empleador sobre los sueldos y salarios (por ejemplo, el impuesto sobre la nómina salarial). Estos impuestos se tratan como impuestos sobre la producción, de la misma manera que los impuestos sobre los edificios, la tierra u otros activos utilizados en la producción.⁸⁰

2.4.3 Mas qual emprego?

Sabe-se que a atividade da hotelaria, entre outras, depende de um relacionamento direto com os usuários dos serviços e qualquer sinal de ineficiência pode resultar em prejuízo, no mínimo a perda do cliente.

Freqüentemente identifica-se no Brasil potencialidades para também usufruir dos benefícios gerados com determinadas atividades econômicas, já exploradas em outros pontos do planeta. Mas nem sempre essa exploração é feita de maneira profissional, no sentido da qualidade da gestão, de forma a permitir que os seus benefícios sejam extensíveis a todos os envolvidos e não só a umas poucas partes.

Lage e Milone,⁸¹ analisaram essa preocupação da seguinte forma:

Em muitos países ou regiões, os *resorts* tornaram-se símbolos de grande atividade com alto nível de emprego na área, enquanto em outras localidades quase nada se beneficia deste ponto de reunião ou lugar de lazer. Portanto, haverá sempre uma migração

⁷⁹ Emprego sazonal - É aquele que se gera de forma regular em determinadas épocas do ano. (Tradução livre do autor deste projeto)

⁸⁰ "A remuneração total, em dinheiro ou em espécie a pagar por uma empresa a um assalariado como contraprestação do trabalho realizado por este durante um determinado período contábil.

A remuneração dos assalariados registra-se no momento em que é devida e se mede pelo valor da remuneração que o assalariado tem direito a receber do empregador, pelo trabalho realizado durante um determinado período e tanto se paga antecipadamente, simultaneamente, ou ao final da realização do trabalho em questão. Não se registra a remuneração dos assalariados no caso de trabalho voluntário não remunerado, incluído o trabalho realizado por moradores de uma residência, em uma empresa não constituída em sociedade, proprietária dessa residência. A remuneração dos assalariados não inclui os impostos a pagar pelo empregador sobre os rendimentos e salários (por exemplo, o imposto sobre a folha de pagamentos). Estes impostos tratam-se como impostos sobre a produção, da mesma maneira que os impostos prediais, territoriais e outros ativos utilizados na produção". (Tradução livre do autor deste projeto)

⁸¹ LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. Impactos socioeconômicos globais do turismo. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) Turismo teoria e prática. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

intensiva para os *resorts* por parte das pessoas que procuram empregos, para as quais não estão preparadas e cujos resultados práticos tornam-se difíceis de se imaginar.

Há uma unanimidade entre os estudiosos quanto à identificação de uma grande flutuação da mão-de-obra na atividade da hospedagem, especialmente ao nível da baixa escolaridade. Então fala-se na necessidade de qualificar a mão de obra. Mas qualificá-la com que objetivo?

Carvalho,⁸² observa assim a questão: “Para os supervisores, por exemplo, essas habilidades (treinamentos) podem incluir dar ordens, repreender, propor uma idéia nova. Para os empregados, a habilidade pode ser cortar bifes, arrumar camas, operar PBX ou preparar *crepe suzette*.”

Segundo o autor,⁸³ o empregado médio semiqualeficado de hotel, não se mostra disponível a qualquer tipo de treinamento em sala de aula. É preciso, então, que o empregado seja “(...) lembrado constantemente de que o treinamento resolverá seus problemas sociais e econômicos, aumentará sua segurança e o valorizará como indivíduo.”

Ainda segundo Carvalho,⁸⁴

Muitos dos empregados dos hotéis e restaurantes não têm qualquer motivação para o trabalho a não ser a necessidade de dinheiro. Cerca de metade dos 400 mil empregados de hotéis é mulher (...). Cerca de 25% são adolescentes que necessitam de instrução detalhada. Apenas pequena percentagem pretende fazer carreira em hotéis(...).

Concluindo, Carvalho⁸⁵ acrescenta:

Infelizmente na área de recursos humanos pouco ou nada conseguimos evoluir, pois as empresas internacionais trazem seus homens de operação, controller, marketing e outros; mas em matéria de recursos humanos poucos vieram e atuaram no Brasil, procurando transferir a tecnologia para nossos melhores investimentos, os que realmente devem ser desenvolvidos, os profissionais brasileiros.

2.5 O multiplicador da renda da economia e do turismo

A compreensão deste conceito é muito importante para se entender a importância da circulação da moeda e dos seus efeitos multiplicadores, como agente propulsor da atividade econômica.

⁸² CARVALHO, Virgílio Nelson da Silva. Turismo e hotelaria desenvolvendo a economia. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) Turismo teoria e prática. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000

⁸³ Idem.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Idem.

A idéia do efeito multiplicador da economia foi desenvolvida por John Maynard Keynes (1883-1946), na sua obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, onde apresenta um relato da economia inglesa em recessão, com enorme desemprego e conseqüente queda da renda nacional. O termo foi utilizado para definir o índice de aumento na renda nacional provocado por um dado aumento no nível de investimentos. Por esse efeito, um aumento nos investimentos gera um aumento proporcionalmente maior na renda nacional.

O efeito multiplicador no turismo, segundo Lage e Milone,⁸⁶ é o efeito provocado pelo gasto dos turistas, em bens e serviços consumidos na localidade visitada, aumentando a geração de novos empregos e da renda. Ele pode ser avaliado pelo grau, por meio do qual o dinheiro gasto pelos turistas, permanece na região, para ser reciclado na economia local.

A renda que circula na economia, em função do gasto original do turista, é maior exatamente por causa do efeito multiplicador. Como explicar o efeito multiplicador? Um dólar gasto por um turista, diga-se, na diária do hotel, é, por sua vez, utilizado pelo dono para remunerar os salários dos empregados que, por sua vez, pagam aluguéis, transporte, educação, compras etc. aquisição de bens. Desta forma, o dólar realizou três transações, como se tivesse multiplicado por três (daí o nome). O efeito multiplicador será tanto maior quando mais de cada dólar for gasto - e não poupado. Ou seja, quanto maior a quantidade, por dólar, poupada - não gasta - menor o efeito multiplicador.

Normalmente, esse valor agregado é bem maior que a soma inicialmente gasta pelos turistas. O somatório das *etapas* de circulação da moeda poderá ser bem maior do que o valor inicialmente gasto pelo turista. É este multiplicador expresso em termos quantitativos que irá indicar quanto das despesas realizadas com o turismo impactará na renda total.

Torna-se necessário identificar quanto dessa receita entra no circuito econômico local e quanto é exportada para pagar importações de bens e serviços usados pelos turistas, como taxas de administração, comissões de operadoras de

⁸⁶ LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. Impactos socioeconômicos globais do turismo. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) Turismo teoria e prática. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

cartões de crédito, transações financeiras, mão-de-obra estrangeira de profissionais, consultores, artistas, agências etc.

Assim, muito mais importante do que medir simplesmente as despesas geradas pelo turismo é medir quanto da receita gerada por ele, efetivamente é retida pela economia local

Tais diferenças levam a destacar que, do ponto de vista econômico, é possível medir o efeito multiplicador do turismo de duas maneiras distintas: uma enfocando a venda dos produtos (o gasto inicial do turista) e a outra a partir da contribuição desses gastos para a receita nacional.

2.5.1 Distribuição de renda

O turismo nacional, segundo a Associação Brasileira de Entidades de Hospedagem, Gastronomia e Turismo,⁸⁷ engloba mais de um milhão de empresas e emprega cerca de 10 milhões de pessoas direta e indiretamente. Um estudo feito por essa Associação revelou que o fluxo de turismo parte dos centros mais ricos e urbanizados para os menos favorecidos. Configurando, conseqüentemente, um processo de transferência de renda.

Segundo a entidade, em sendo um setor fortemente gerador de emprego, contribui para melhorar a distribuição de renda no país.

A impressão da Associação é interessante, mas estendendo-se a observação para o estabelecimento hoteleiro com conceito de *resort*, talvez as coisas não se passem dessa forma, senão analise-se: as pessoas que se deslocam de regiões mais ricas para outras mais pobres, para se hospedarem num *resort*, normalmente já o fazem com o pacote turístico pago na origem, isto é, no mínimo, o deslocamento, estada e alimentação já estão incluídos e as despesas necessárias, efetuadas no local de destino, são realizadas, freqüentemente, com cartão de crédito e dentro dos limites do estabelecimento hoteleiro.

Evidentemente que a receita das vendas desses pacotes turísticos é revertida para os cofres do estabelecimento que a originou, mas como este tipo de estabelecimento hoteleiro sofisticado encontra-se normalmente em locais isolados,

⁸⁷ apud CARVALHO, Virgílio N. S. Turismo e hotelaria desenvolvendo a economia. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) Turismo teoria e prática. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

com infraestrutura limitada, muitos bens necessários ao seu funcionamento e outros, demandados pelos turistas, necessitam ser *importados* dos principais centros urbanos deixando, portanto, relativamente poucos benefícios para as economias locais. Como os espaços geográficos onde estão instalados esses empreendimentos de lazer estão, normalmente, em estágios primários de desenvolvimento, seus mercados não conseguem atender às necessidades exigidas pelos elevados níveis de sofisticação desses hotéis. Isso, evidentemente, diminui muito as possibilidades de que a moeda circule nesse território de referência, fortalecendo a economia e, por conseguinte, estimulando o desenvolvimento local.

2.5.2 Receitas e despesas

A partir de uma pesquisa realizada pela EMBRATUR⁸⁸ junto a 800 meios de hospedagem, no período de fevereiro a abril de 1997, levantou-se os seguintes pontos:

- é predominante a oferta de empreendimentos classificados como categorias 2 e 3 estrelas (standart e standart superior) tanto nacionalmente como por região no país. Essas categorias, normalmente, dispõem de um número bem menor de unidades habitacionais do que os de categoria 4 e 5 estrelas (luxo e luxo superior);
- mais da metade dos empreendimentos hoteleiros no Brasil, 56% ainda se utilizam principalmente de contato direto com os clientes como forma de comercialização dos seus serviços. Entretanto, esse percentual cai para 29% e 20%, respectivamente, entre os meios de hospedagem de categorias 4 e 5 estrelas;
- as agências e operadoras de turismo, juntas, respondem por 26% dos meios de hospedagem no Brasil, mas representam 57% das vendas dos mais confortáveis dos meios de hospedagem;
- as receitas dos meios de hospedagem variam de acordo com as alterações e combinações de diversos fatores, dentre os quais se destacam o nível de conforto dos empreendimentos, suas localizações regionais, municipais ou temáticas e os determinantes da conjuntura econômica nacional;
- entre os tipos de meios de hospedagem, os hotéis de lazer conseguiram produzir as receitas mais elevadas, enquanto as hospedarias de turismo geraram as receitas mais baixas. Os meios de hospedagem localizados nas praias apresentaram receitas mais baixas do que os de cidades, campo e outros sítios históricos;
- os meios de hospedagem que participam de cadeias também produzem receitas inferiores aos demais, isto porque ainda não ganharam totalmente a credibilidade dos brasileiros;

- o conforto e o tamanho dos meios de hospedagem têm um impacto positivo nas suas receitas. Afinal, quanto maior, mais serviços pode prestar. Entretanto, não há ganho de escala para a obtenção das receitas;
- no Brasil, 82,5% das receitas totais provêm principalmente dos serviços de hospedagem. No entanto é necessário que os meios de hospedagem aumentem suas receitas através do segmento de eventos;
- a Região Nordeste foi à única a registrar custos significativamente mais baixos que os das demais regiões brasileiras. A categoria do empreendimento hoteleiro também é uma variável fundamental para explicar os custos por unidade habitacional. Quando ela aumenta, os custos sobem significativamente;
- os hotéis localizados nas cidades têm custos mais elevados do que os das demais localizações geográficas, uma vez que necessitam oferecer uma maior diversidade de serviços de qualidade e atendem também ao turismo de negócios;
- os custos fixos representam 69% dos custos totais dos meios de hospedagem no Brasil, apresentando-se inclusive mais representativos dos custos totais dos meios de hospedagem mais simples (1 e 2 estrelas). Os dois principais itens que compõem os custos fixos são a depreciação (39%) e a folha de salários e encargos sociais do pessoal permanente, que somados, também respondem por 39% dos custos médios totais;
- dos itens que compõem os custos variáveis, os gastos com materiais e mercadorias representam cerca de 34% dos custos variáveis médios totais, enquanto a energia elétrica chega a 17%.

Segundo a pesquisa *Panorama Geral da Hotelaria Brasileira*,⁸⁹ elaborada pela ABIH, foi possível selecionar alguns outros pontos referentes à geração de receita na atividade de hospedagem:

- a receita bruta do setor hoteleiro, cujo patrimônio imobilizado gira em torno de US\$ 10 milhões, está estimada em US\$ 2 bilhões. Com esta atividade o governo arrecada mais de US\$ 400 milhões com a cobrança de taxas e impostos;
- a taxa média de ocupação hoteleira no país, de 47,7%, é razoável, segundo padrões internacionais; mas preocupante quando se despreza dados do Rio e São Paulo. Nas regiões Norte e Nordeste, por exemplo, a taxa média gira em torno de 35%;
- no Brasil, cada turista estrangeiro gasta em média cerca de US\$ 67.57 por dia, excluídos os gastos com hospedagem, transporte e alimentação;
- em várias partes do mundo, o setor de negócios é o que mais se desenvolve na indústria turística. Está provado que o turista de negócios gasta mais: R\$ 325 em média, por dia, enquanto o de lazer não desembolsa mais do que R\$150,00.

⁸⁸ Disponível em: <www.abih.com.br>. Acesso em: 9 dez. 2001

⁸⁹ Panorama Geral da Hotelaria Brasileira. Disponível em: <www.abih.com.br>. Acesso em: 9 dez. 2001.

2.6 Caracterização do *resort*

Em termos físicos define-se, de forma simplificada, o *resort*, como sendo uma composição de edificações que exige grandes áreas, uma vez que se caracteriza por uma ocupação territorial muito mais horizontal do que vertical.

Por essas exigências, constata-se que há hoje no mundo poucas áreas que permitem empreendimentos turísticos com essas características.

Segundo Marino Neto,⁹⁰ o *resort* é um complexo turístico, uma união de diversos empreendimentos turísticos em um só, composto por várias estruturas de lazer integradas entre si (vários hotéis, restaurantes, campos de golfe, tênis, equitação etc).

Pode também assumir um só tema, isto é, ele pode ter um conceito único de *clube de férias, temático, discovery ou de tecnologia e lazer* ou pode também ser constituído de *villages*, estes, sim, assumirem vários temas na observação de Guthry e Phillips.⁹¹

Segundo a ABIH, os *resorts* reuniriam as seguintes características:

- Locais exóticos e desconhecidos;
- Locais com apelo ecológico;
- Agregação de cultura e conhecimento (artesanato, pintura, técnicas de relaxamento, etc);
- Decoração ao estilo da região ou temáticos e;
- Ar Livre.

Nessa linha, procurou-se as impressões de alguns dos principais *experts*⁹² em turismo de Pernambuco, para que ajudassem a definir conceitualmente esse tipo de meio de hospedagem tão específico. Pode-se depreender que o *resort* é de fato um elemento recente, ainda um estranho, que aos poucos vai assumindo o papel de digno representante dessa poderosa atividade econômica que é o turismo.

⁹⁰ MARINO NETO, José E. Tendências do pólos turísticos e mercado de *resorts*. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) Turismo teoria e prática. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

⁹¹ GUTHRY, Denis, PHILLIPS, Robert. O desenvolvimento de Sauipe-um novo destino turístico para o século XXI. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) Turismo teoria e prática. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

⁹² Foram consultadas as seguintes pessoas: Djailton Araújo (UFPE/NHT), Frederico Vasconcelos (UFPE/NHT), Paulo Guimarães (CEPLAN), Anita Dubeux (Consultora) e Élder Lins (UPE/ADM/TEC).

Deseja-se de fato que esse estabelecimento hoteleiro assuma o papel de agente de desenvolvimento que se tem esperado dele. O *resort* foi idealizado com o objetivo de criar sinergias entre ele próprio e todos os elementos que compõem o seu entorno, de forma a beneficiar todos. O *resort* tem a potencialidade de permitir o que Sérgio Boisier chamou de *hexágono do desenvolvimento*.⁹³ Boisier identificou ainda que há motivos de ordem macro e micro para o desenvolvimento territorial.

Na perspectiva macro (...) é crescente a percepção da inconciliabilidade entre o objetivo de tornar-se competitivo e a manutenção de estruturas decisórias centralizadas. Essa constatação permite prever uma ampla e progressiva demanda por descentralização, o que inclui, evidentemente, a descentralização política/territorial, que fará aumentar a importância do remanejamento territorial. Já na perspectiva micro (...) a realização do projeto de vida de cada indivíduo depende significativamente do comportamento do entorno em que ele vive. A avaliação periódica – e muitas vezes negativa – dessa relação constitui, pelo menos em parte, motivo para muitas decisões de migração.

Das impressões recolhidas junto aos especialistas referidos anteriormente, elaborou-se a seguinte definição de *resort*:

Físico: é um hotel de lazer, localizado em local aprazível, privilegia a horizontalidade como forma de interferir o menos possível no espaço ambiental em que se situa; é auto-suficiente; possui um complexo de atrações aliás, a gama de opções de lazer e entretenimento é o que diferencia o *resort* de outros hotéis de luxo; prioriza mais a excelência do serviço do que propriamente das instalações, apesar destas não serem de forma nenhuma minimizadas.

Outro aspecto que o caracteriza, é o fato de que os locais paradisíacos nos quais foram implantados, na maioria dos casos, nada mais tinham a oferecer além da contemplação do panorama, o que, por si só, não seria capaz de reter o turista por vários dias, o que inviabilizaria o empreendimento. Assim, precisaram oferecer uma estrutura de lazer e conforto mínimos para que esses turistas permanecessem no local, o qual chamamos de destino turístico. O motivo da permanência desses turistas, que para hotelaria são hóspedes, é a gama de facilidades oferecidas, como pagamento de todas as suas despesas em uma única cobrança, sendo a nota fatura ou cartão de crédito as formas mais utilizadas; conforto e segurança; programações diversificadas

⁹³ BOISIER, Sérgio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. ILPES. In: Planejamento e Políticas Públicas. Nº 13. IPEA. Brasília. Julho de 1996.

Segundo o autor, o desenvolvimento de um território organizado depende da articulação de seis elementos: os atores individuais, corporativos e coletivos; a cultura da região, os recursos materiais e humanos; as

e diferentes para cada dia da semana e, principalmente, a fuga da agitação dos grandes centros urbanos.

Clientela: grande parte dela provem do exterior, mas é composta também por grupos familiares em viagem de lazer, com um grande número de hóspedes em núpcias, com muitas cerimônias de casamento sendo realizadas nas dependências desses hotéis, o que está bem na moda nos dias de hoje. Para driblar as épocas de menor ocupação, chamadas de baixa estação, esses empreendimentos passam a atender ao público de eventos, especialmente convenções de empresas, que optam por manterem seus colaboradores em estado de *imersão na empresa*, uma vez que estão quase que confinados ali e *respirando* a empresa.

Geração de emprego: em relação à geração de empregos locais, apesar de ter sido uma das razões dos incentivos recebidos por estas empresas, infelizmente não se consolidou por conta da baixa educação e qualificação da população autóctone, o que obrigou os estabelecimentos a importar boa parte de sua mão-de-obra. Mas outros empregos são gerados por esse tipo de negócio. São eles: guias locais, pessoas de manutenção de equipamentos de lazer, agentes turísticos de receptivo, motoristas, salva-vidas (em praias ou lagos), ambulantes e barraqueiros, sendo a maioria pertencente à chamada economia informal.

Marketing: é um tipo de meio de hospedagem, cujo serviço não é veiculado em mídia de massa, mas em jornais e revistas específicos. Normalmente é mais demandado, integrando pacotes turísticos específicos.

Receita municipal: quanto à geração de divisas para os municípios nem sempre isso se verifica, pois essas empresas têm, muitas vezes, isenções de impostos municipais por muitos anos e estão sempre renegociando essa isenção. Em compensação, o *resort* é responsável pelo aumento da renda da população. Mas como se dá isso se a população nativa é pouco absorvida por ele? Supõe-se que as pessoas que são importadas para os cargos oferecidos, passam vir a residir no local, o que fará com que realizem gastos ali mesmo, em dinheiro, para atenderem às suas necessidades, e assim, essa renda vai sendo repassada, aquecendo a economia local.

Fornecedores locais: a pretensão de se atingir um estágio promissor de relações comerciais entre o *resort* e as comunidades locais para atendimento das necessidades de abastecimento, mesmo de produtos básicos, respeitando-se evidentemente os padrões de qualidade exigidos, tem-se revelado muito tênue, externando a necessidade de um longo processo de envolvimento em vários níveis. Causas: por um lado, a principal é, evidentemente, a falta de escala para atender em quantidade e qualidade. Por outro, a falta de organização e censo de cooperativismo impedem a supressão dessas deficiências. Muitas vezes estas deficiências são superadas mas de forma ocasional e sem a preocupação de torná-las efetivas e permanentes.

Em conclusão, identifica-se a necessidade de se atribuir papéis aos vários agentes envolvidos no processo. Primeiro, ao poder público, representado pelos seus gestores, a elaboração de políticas públicas bem definidas referentes ao turismo, de forma a proporcionarem a maximização dos impactos socioeconômicos positivos em seus desdobramentos: criação de emprego, níveis de remuneração; controle das divisas externas geradas pelo turismo internacional e arrecadação de impostos, necessários à implementação de investimentos fundamentais, em apoio ao setor; segundo, um maior envolvimento dos agentes públicos e privados que atuam nesse imenso mercado, de modo a formar-se uma estrutura de informações que possa beneficiar os países receptores, uma vez que os agentes dos países emissores conhecem melhor as características dessa oferta turística; terceiro, aos profissionais do turismo, de forma a conscientizá-los de que a expectativa de lucratividade não deve ser perseguida a qualquer custo; quarto, em relação aos próprios turistas, identificando-se a natureza do seu deslocamento, suas características culturais, raciais, religiosas, as faixas etárias, de forma a orientar as decisões de investimento no setor; e, por último, o envolvimento da comunidade receptora que deverá colaborar no sentido de propiciar condições adequadas de receptividade, a saber: limpeza, informação, segurança, educação, entre outros, proporcionando ao turista uma sensação de acolhimento e bem estar.

3. A metodologia adotada

Como já se referiu anteriormente, o foco da pesquisa é o segmento da hospedagem, especificamente do *resort* mas, frequentemente, discorrer-se-á sobre o macro ambiente do qual este faz parte, o setor do turismo de uma forma geral, por se achar que não poderia ser diferente e perder-se-ia nitidez conceitual se fosse desprezado esse balizamento.

Por essa razão, ao longo do trabalho, os dois conceitos serão tratados com uma certa sobreposição apesar da delimitação temática ser o *resort*.

De qualquer forma, a necessidade de se assegurar uma visão integrada de todos os aspectos da realidade da atividade hoteleira, especificamente do *resort*, sugeriu a realização do estudo exploratório em que um grupo de informações fosse analisado em profundidade, e não tudo o que constituísse informação sobre o turismo. Apesar de freqüentemente se cair na tentação de se fazer referências paralelas, pareceu preferível aprofundar certos aspectos do segmento em questão do que abarcar de modo extensivo todos os traços da atividade do turismo.

A crença, por trás desta decisão, consistiu em não se visar um estudo contendo tratamento minucioso de problemas que dessem forma a fatores específicos, mas na aplicabilidade de idéias básicas que servissem de orientação para os fins almejados, ou seja, identificar um conjunto de estratégias e recomendações de políticas para o Estado de Pernambuco, voltadas para o apoio ao desenvolvimento de atividades inovadoras e de capacitação tecnológica, sem perder de vista, contudo, as políticas de recursos humanos da hotelaria como um todo e, em particular, dos *resorts*.

Para executar as tarefas que compõem o trabalho, em concordância com a preocupação acima, procurou-se fazer uso de técnicas analíticas convencionalmente empregadas. Evidentemente que adaptações e pequenos ajustes metodológicos tiveram de ser adotados de vez em quando, para fazer face à extremamente exígua disponibilidade de informações e à insuficiente referência conceitual.

Assim, optou-se pelo estudo comparativo como forma de pesquisa adotada para o desenvolvimento deste trabalho, na medida em que este tipo de instrumento

dissertativo corresponde conceitualmente mais adequadamente à proposta de configuração e análise do objetivo geral, ancorado nas avaliações empíricas.

A efetividade desta decisão reforça-se quando se acrescenta o seu caráter profissionalizante e, portanto, atribuindo mais importância à aplicabilidade prática dos resultados da pesquisa.

A pesquisa fundamentou-se em três partes essenciais. A primeira, referente à pesquisa bibliográfica, para precisar a parte conceitual e obter conhecimento do contexto do ambiente relacional ou próximo, do panorama da atividade turística regional, no Brasil e no Mundo.

Neste segmento, incluiu-se também a busca a documentos de órgãos reguladores das atividades turísticas, como a Embratur e a OMT, principalmente. Esta iniciativa prendeu-se ao desejo de fazer registrar neste trabalho algumas das regulamentações, classificações, determinações, estruturas contábeis, enfim, todas as propostas de normatização e quantificação relativas à atividade do turismo, tanto como origem do produto turístico, como campo de trabalho gerador de emprego e renda.

A segunda e fundamental, apoiou-se nos dados secundários disponibilizados pela RAIS-CGETIP/MTE, relativos ao universo denominado *Estabelecimentos Hoteleiros com Restaurante*.⁹⁴

Esses dados são concernentes ao emprego formal de 4.203 e 5.261 pessoas, em 139 e 168 estabelecimentos hoteleiros com aquelas características; entre estes estão os dados referentes a 325 e 786 pessoas, em dois e três estabelecimentos hoteleiros da categoria *resort*, em 1997 e 2000, respectivamente, em Pernambuco.

A partir das listagens de dados brutos da RAIS-CGETIP/MTE, reconfigurou-se, para obtenção das tabulações pertinentes às variáveis analisadas, de forma a atenderem aos três objetivos específicos da pesquisa:

- Segundo o nível funcional dos empregados:

Neste nível, estratificou-se as várias categorias funcionais. A iniciativa foi norteadada pela preocupação em identificar-se uma forma de melhor avaliar-se as possíveis oscilações que por ventura ocorressem entre e intra grupos.

⁹⁴ Designação do Ministério do Trabalho e Emprego e abrange todas as categorias de estabelecimentos hoteleiros possuidores de restaurante.

Os cinco níveis profissionais definidos foram, primeiro, o auxiliar-operacional, englobando os trabalhadores de menor qualificação e essencialmente de apoio; o nível intermediário, composto principalmente pelos profissionais burocratas ou com qualificações médias e em seguida, os níveis de gerência, superior e diretoria, respeitando-se unicamente a denominação explícita do cargo ou função constantes nos registros da RAIS.

As relações com composição de cada nível funcional encontram-se nos Apêndices I e II, deste trabalho.

- Segundo o rendimento dos empregados [em salários mínimos (sal. min.)]:

As faixas de rendimento foram agregadas em cinco níveis mais condizentes com níveis usualmente referidos pela economia como um todo.

Assim, o primeiro nível contemplou os grupos de rendimento de meio até dois salários mínimos; o segundo, de dois e um centésimo a cinco salários mínimos; o terceiro, de cinco e um centésimo a dez salários mínimos; o quarto, referente aos níveis superiores a dez e um centésimo salários mínimos e, por último, um quinto nível relativo às faixas ignoradas de rendimento.

- Segundo a escolaridade dos empregados:

Nesta seção, adequou-se as denominações padrão por grau de escolaridade, a níveis acumulados de escolaridade, de forma a dar idéia da evolução.

Dessa forma, criou-se oito níveis de escolaridade assim distribuídos: o primeiro, composto pelo grupo de Analfabetos; o segundo, do Fundamental incompleto, representando a escolaridade até a 8ª Série incompleta; o terceiro, do Fundamental completo, representando a escolaridade até a 8ª Série completa; o quarto, Médio incompleto, representando o 2º Grau incompleto; o quinto, Médio completo, representando o 2º Grau completo; os sexto e sétimo níveis,

representando, respectivamente, o ensino superior incompleto e completo e, por último, o nível Ignorado de escolaridade.

A terceira e última parte, disse respeito às entrevistas com os especialistas ⁹⁵ da área do turismo. Essas entrevistas, extremamente informais, contaram com questões abertas e abordaram aspectos que enfocassem o tipo de inovações surgidas no segmento, as novas formas de gerência, os arranjos institucionais e os modelos de gestão diferenciados, estes, fundamentais para a nossa pesquisa, por revelarem a política de recursos humanos e refletirem a preocupação com os aspectos qualitativos da capacitação, qualificação e remuneração da mão-de-obra, como forma de permitir a sua ascensão a níveis elevados no organograma da empresa e quantitativos quanto à estrutura de remuneração.

Quanto às dificuldades encontradas para o desenvolvimento do trabalho, foram muitas, mas a principal, na presença da qual não se consegue desenvolver a contento uma pesquisa desta natureza, é a disponibilidade da informação, seja ela primária ou secundária.

A detenção da informação e o empecilho criado à sua cedência ou divulgação, é um fato que tem sempre que ser considerado.

Freqüentemente os objetivos da pesquisa têm de ser revistos, de forma a ajustarem-se ao tipo de informação que é possível obter, não à que efetivamente existe.

Esta realidade eivou a pesquisa em várias de suas etapas, a tal ponto de, durante as buscas por dados complementares que enriqueceriam o trabalho, permitir tomar conhecimento da existência da imensa gama de entidades e órgãos oficiais, privados e de classe, relacionados ao turismo, todavia, sem a correspondente variedade e disponibilidade de informações que se esperaria que possuísem.

Demandas elementares direcionadas a essas fontes tais como, número de hotéis ou apartamentos existentes no Estado, número de hóspedes, dispêndios e outros dados relativos ao tema, eram invariavelmente atendidas com um: "... infelizmente não dispomos do dado"; ou então, "... o período requerido não está

⁹⁵ Foram consultadas as seguintes pessoas: Djailton Araújo (Diretor e Professor do UFPE/NHT), Frederico Vasconcelos (Professor do UFPE/NHT), Paulo Guimarães (CEPLAN), Anita Dubeux (Consultora) e Élder Lins (Professor da UPE/ADM/TEC).

disponível”; ou ainda, “... poderá consultar o órgão tal”. Apesar dessas dificuldades, os objetivos essenciais deste trabalho puderam ser atingidos.

4. Análise dos resultados

A atividade do turismo, especialmente o segmento hoteleiro, vem se mostrando extremamente dinâmico nos últimos tempos, destacando-se tanto o turismo de lazer como o de negócios; no campo, praia, cidade etc. explorando todos os tipos de estabelecimentos hoteleiros.

No Brasil, freqüentemente, procura-se identificar potencialidades para usufruir dos mesmos benefícios gerados com algumas atividades econômicas, já exploradas em outros pontos do planeta. Mas nem sempre essa exploração é feita de maneira profissional, no sentido da qualidade da gestão, de forma a permitir que os seus benefícios sejam extensíveis a todos os envolvidos.

Lage e Milone,⁹⁶ identificam essa preocupação da seguinte forma:

Em muitos países ou regiões, os *resorts* tornaram-se símbolos de grande atividade com alto nível de emprego na área, enquanto em outras localidades quase nada se beneficia deste ponto de reunião ou lugar de lazer. Portanto, haverá sempre uma migração intensiva para os *resorts* por parte das pessoas que procuram empregos, para os quais não estão preparadas e cujos resultados práticos tornam-se difíceis de se imaginar.

Enfim, a impressão que se tem é que o país ainda não achou o seu espaço nessa poderosa atividade econômica. Ou então, tem tendência a seguir modismos sem questioná-los. Modismos esses, muitas vezes inócuos quanto ao rebatimento positivo na questão do emprego ou da renda. Não se criam as condições para que toda a sociedade possa, de fato, aproveitar-se de seus benefícios.

Quanto ao turismo, isso é especialmente verdade quando se comparam números nacionais e internacionais.

Segundo se pode observar na Tabela 1, da Introdução, muitos países economicamente menos importantes do que o Brasil, apresentam números relacionados ao turismo, muito mais pujantes. Em alguns desses países, a exploração adequada da atividade estimulou alterações estruturais, permitindo que crescessem economicamente.

⁹⁶ LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. Impactos socioeconômicos globais do turismo. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) Turismo teoria e prática. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

Sob essa ótica, despertou-se a curiosidade para, de alguma forma, tentar-se avaliar o comportamento dessa atividade no Estado de Pernambuco, representada especificamente pelo segmento hoteleiro dos *resorts*, empreendimento ainda bastante indefinido.

Acrescente-se a isso o fato desse tipo de estabelecimento estar investido de uma missão social, que é a de criar sinergias com as comunidades do seu entorno e cuja eficiência vem sendo observada em vários países, especialmente naqueles que se dispuseram a ceder extensões territoriais grandes o suficiente para abarcar esses empreendimentos, normalmente ávidos por espaço.

A abrangência da pesquisa estendeu-se até onde permitiu o âmbito do chamado emprego formal, nos seus segmentos funcional (categoria de emprego), rendimento (em salários mínimos) e escolaridade.

A partir do universo denominado *Estabelecimentos Hoteleiros com Restaurante*, designação esta que inclui os *resorts*, elaborou-se três grupos de indicadores que atendiam à expectativa da pesquisa, tendo em mente que ela limitou-se exclusivamente à análise do emprego formal.

A pesquisa de campo que se desenvolveu paralelamente, permitiu o conhecimento da existência de um número significativo de entidades responsáveis pelos mais variados segmentos do turismo que, com certeza, possibilitará o alavancamento da atividade em nível nacional e regional.

As tabulações derivadas foram elaboradas de forma a levarem em conta a análise, de forma isolada, do comportamento dos dois tipos de estabelecimentos hoteleiros envolvidos na pesquisa. A idéia que norteou esta decisão prendeu-se, por um lado, à intenção de mostrar o comportamento dos *resorts*; por outro, o comportamento do universo de estabelecimentos hoteleiros com restaurante e, por fim, a de comparar os *resorts* com esse universo.

O período de análise inicia-se em 1997, por ser este o ano do surgimento dos primeiros *resorts* em Pernambuco, prosseguindo até o ano 2000, período adotado como referência.

4.1 O nível funcional dos empregados

Nesta classificação, agrupou-se as várias atividades profissionais do universo analisado em cinco níveis funcionais, assim representados: o auxiliar-operacional, composto pelos profissionais com funções de apoio; o intermediário, composto pelos profissionais com funções administrativas ou com algum tipo de qualificação média; o de gerência; o superior, e o de diretoria.

Como nota, cabe ressaltar que os *resorts* não apresentam a categoria de diretoria.

A preocupação em se criar esta estratificação, prendeu-se à necessidade de se estabelecer mecanismos que permitissem observar as possíveis mobilidades entre os grupos.

As Tabelas 4.1 e 4.2, mostram o comportamento da estrutura funcional, no período de 1997 a 2000, dos *resorts* e dos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, nos quais os primeiros estão incluídos.

Tabela 4.1
Estado de Pernambuco
Variação % da participação do número de pessoas empregadas nos estabelecimentos hoteleiros da categoria resort
segundo os níveis funcionais - 1997/2000

Níveis funcionais	Part. % do número de empregados		Var. % das participações 2000/1997
	1997	2000	
Auxiliar Operacional	61,5	72,8	18,3
Intermediário	27,1	21,1	-22,0
Gerencia	9,8	4,8	-50,9
Superior	1,5	1,3	-17,3
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE; Reelaborada pelo autor

A Tabela 4.1, referente aos *resorts*, mostra a coluna do ano de 1997 com uma estrutura funcional nitidamente diferente da estrutura de 2000 e o que mais chama à atenção é que, enquanto em 1997, o grupo auxiliar-operacional tinha uma participação de 61,5%, passa a ter 72,8%, em 2000, representando um crescimento no período de 18,3%. Entretanto, todos os outros níveis caem, destacando-se o de gerência, que

apresenta uma queda na participação de 50,9%, passando de 9,8% do total dos empregados, para 4,8%, em 2000.

Quanto aos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, da Tabela 4.2, verifica-se também um ganho de participação do primeiro nível, em 2000, mas não na magnitude observada na situação anterior, passando de 66,1% de participação, em 1997, para 67,3%, em 2000, representando um crescimento no período de 1,9%.

Tabela 4.2
Estado de Pernambuco
Variação % da participação do número de pessoas empregadas nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante,
segundo os níveis funcionais - 1997/2000

Níveis funcionais	Part. % do número de empregados		Var. % das participações 2000/1997
	1997	2000	
Auxiliar Operacional	66,1	67,3	1,9
Intermediário	30,5	29,2	-4,2
Gerencia	2,9	2,8	-5,8
Superior	0,3	0,6	82,6
Diretoria	0,2	0,2	-29,0
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE; Reelaborada pelo autor

Aqui, o que se destaca, é o crescimento do grupo de nível superior, que ao passar de 0,3%, em 1997, para 0,6% de participação, em 2000, provoca um crescimento de 82,6%.

Por outro lado, quando se comparam as Tabelas 4.1 e 4.2, pode-se perceber que, mesmo considerando as quedas nos níveis de maior responsabilidade, as participações médias dos níveis de gerência e superior dos *resorts*, representavam, em 2000, cerca de duas vezes mais que os mesmos grupos de profissionais dos estabelecimentos hoteleiros com restaurante como um todo. Enquanto os primeiros empregavam 4,8% dos gerentes e 1,3% dos empregados de nível superior, estes empregavam 2,8% e 0,6% dos mesmos níveis, respectivamente.

Em ambos os casos, entretanto, não deixa de se revelar como um fato inesperado, o ganho de participação dos níveis auxiliares, em comparação à perda de

participação dos níveis de supervisão. E identifica uma potencial convergência dos grupos funcionais dos *resorts* com os grupos dos demais estabelecimentos hoteleiros.

De qualquer forma, vale ressaltar que quando se analisam os dois ambientes hoteleiros separadamente, é evidente a importância da participação dos grupos de maior responsabilidade e, portanto, qualificação, nos *resorts*.

A Tabela 4.3, mostra com mais riqueza a questão do emprego médio por estabelecimento hoteleiro.

Tabela 4.3
Estado de Pernambuco
Participação do número médio de pessoas empregadas nos resorts e nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante,
segundo os níveis funcionais - 1997/2000

Níveis funcionais	Nº médio de pessoas		Part. do núm. médio de pess. resorts/total	Nº médio de pessoas		Part. do núm. médio de pess. resorts/total
	1997			2000		
	Total	Resorts		Total	Resorts	
Auxiliar Operacional	20,0	100,0	5,0/1	21,1	190,7	9,0/1
Intermediário	9,2	44,0	4,8/1	9,1	55,3	6,1/1
Gerencia	0,9	16,0	18,1/1	0,9	12,7	14,7/1
Superior	0,1	2,5	24,8/1	0,2	3,3	17,5/1
Diretoria	0,1	0,0	0,0	0,0		0,0
Total	30,2	162,5	5,4/1	31,3	262,0	8,4/1

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE; Reelaborada pelo autor

Esta tabela revela o número médio de pessoas empregadas nos *resorts* e nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, isto é, quantas pessoas empregadas existem, em média, em cada *resort*, para cada pessoa empregada nos demais estabelecimentos, segundo os níveis funcionais.

Apesar da tendência à perda de participação de alguns grupos de maior importância, dentro dos níveis hierárquicos dos *resorts*, quando se observa pontualmente os grupos por este indicador, confirma-se a importância que esses níveis têm neste tipo de estabelecimento hoteleiro.

Assim, pode-se constatar que, apesar da perda já referida, em termos de número médio de empregados por estabelecimento, os de gerência e de nível superior são os mais representados, tanto em 1997 como em 2000, com 18,1 e 14,7, dos

primeiros, e 24,8 e 17,5, dos segundos, em média, por *resort*, respectivamente, contra cada profissional com aquela qualificação, de cada unidade hoteleira com restaurante.

Os números continuam revelando fatos importantes. Apesar das mobilidades percebidas entre os grupos funcionais, constata-se que os empregos agregados médios têm crescido tanto no total dos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, como nos *resorts*. Assim, em 1997, em média, cada *resort* empregava 162,5 pessoas e os estabelecimentos hoteleiros como um todo, 30,2. Em 2000, em média, esses números foram de 262 e 31,3 pessoas, respectivamente.

Por nível funcional, observa-se que os *resorts* empregam, em média, muito mais pessoas que o total dos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, o que é muito bom. Algumas categorias, como as de auxiliares-operacionais, chegaram a ter uma participação de 190,7 pessoas, por *resort*, contra 21,1, do restante dos estabelecimentos hoteleiros, em 2000.

A Tabela 4.3, mostra que esse comportamento também se verifica em relação aos restantes níveis funcionais.

Tabela 4.4
Estado de Pernambuco
Variação % da participação média do número de pessoas empregadas nos resorts,
em relação às empregadas nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante,
segundo os níveis funcionais - 1997/2000

Níveis funcionais	Part. do nº méd. de empregados nos resorts, no total		Var. % das participações 2000/1997
	1997	2000	
Auxiliar Operacional	5,0	9,0	80,7
Intermediário	4,8	6,1	26,7
Gerencia	18,1	14,7	-18,8
Superior	24,8	17,5	-29,5

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE; Reelaborada pelo autor

Entretanto, a Tabela 4.4 vem mostrar nitidamente a aparente tendência de perda de participação dos grupos de gerência e supervisão, em comparação com o ganho de participação dos grupos auxiliares e administrativos, no período analisado.

Por último, há a destacar o fato dos números médios considerados para a totalidade dos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, em Pernambuco, serem semelhantes aos números divulgados pela ABIH,⁹⁷ para o país. Segundo a Entidade, no Brasil, os meios de hospedagem no Brasil empregam, em média, 31 pessoas por estabelecimento.

A relação com a composição dos grupos funcionais consta nos Apêndices I e II.

4.2 O rendimento dos empregados [em salários mínimos (sal. min.)]

As Tabelas 4.5 e 4.6, registram as participações de empregados, segundo os diversos níveis de renda, em salários mínimos, dos *resorts* e dos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, respectivamente.

Tabela 4.5
Estado de Pernambuco

Variação % da participação do número de pessoas empregadas nos estabelecimentos hoteleiros da categoria resort, segundo os níveis de renda - em salários mínimos - 1997/2000

Faixas salariais (Em sal. mínimos)	Part. % do número de empregados		Var. % das participações 2000/1997
	1997	2000	
de 0,50 a 2,00	36,6	41,2	12,4
de 2,01 a 5,00	45,8	48,8	6,4
de 5,01 a 10,00	10,2	5,8	-42,4
mais de 10,01	7,1	4,1	-42,5
Ignorado	0,3	0,1	-58,7

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE; Reelaborada pelo autor

Analisando-se inicialmente a Tabela 4.5, de uma forma abrangente, constata-se logo à primeira vista, que em 2000, em relação a 1997, há uma tendência já observada nos níveis funcionais: a perda de participação relativa dos níveis de maior remuneração em comparação com os de menor remuneração.

Da mesma forma, ao analisar-se mais detidamente essa tabela, descobrem-se fatos que poderiam ser atribuídos às características dos *resorts*. Usando-se a Tabela 4.6 como parâmetro, percebe-se, por exemplo, que o grupo de empregados de maior

⁹⁷ Pesquisa realizada pela EMBRATUR junto a 800 meios de hospedagem. Disponível em: <www.abih.com.br>. Acesso em: 9 dez. 2001.

representatividade em termos de remuneração, dos *resorts*, não é o de menor remuneração, ao contrário do que mostra esta tabela, dos estabelecimentos hoteleiros com restaurante como um todo, em relação ao grupo de empregados mais representado, pelo critério da remuneração.

Assim, em 2000, o grupo de empregados nos *resorts* mais representado em termos de remuneração, pertence ao segundo nível de remuneração, com 48,8% dos trabalhadores sendo remunerados com valores salariais entre dois e cinco sal. min., enquanto no universo de estabelecimentos hoteleiros com restaurante, o grupo de trabalhadores mais representado em termos de remuneração situa-se no primeiro nível de remuneração, com quase 2/3 da mão-de-obra sendo remunerada com valores salariais até dois sal. min.

Tabela 4.6
Estado de Pernambuco

Variação % da participação do número de pessoas empregadas nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, segundo os níveis de renda - em salários mínimos - 1997/2000

Faixas salariais (Em sal. mínimos)	Part. % do número de empregados		Var. % das participações 2000/1997
	1997	2000	
de 0,50 a 2,00	53,5	55,7	4,2
de 2,01 a 5,00	37,1	35,8	-3,6
de 5,01 a 10,00	6,2	4,3	-31,2
mais de 10,01	1,5	1,1	-24,0
Ignorado	1,8	3,1	77,1

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE; Reelaborada pelo autor

Nessa linha, cabe registrar que apesar das alterações percebidas, a mobilidade ocorrida nos *resorts* não privilegiou um grupo só, como se vem verificando, mas os dois que já tinham uma posição destacada em 1997. No período de 1997 a 2000, o primeiro nível salarial, de meio a dois sal. min., teve um crescimento de 12,4% e o segundo nível, de mais de dois a cinco sal. min., teve um crescimento de 6,4%.

Por outro lado, em 2000, verifica-se que nas faixas de maior remuneração dos *resorts*, que vão de cinco a mais de dez sal. min., as alterações ocasionaram perdas de participação de cerca de metade da sua participação, enquanto nos restantes

estabelecimentos, talvez porque o peso dessas faixas já fosse baixo, esses níveis de remuneração tiveram perdas menores.

A Tabela 4.6, revela ainda que o primeiro nível de remuneração, de meio a dois sal. min., foi o único a crescer no período de 1997 a 2000 (4,2%), enquanto todos os outros caíram, o que mostra uma relativa queda de qualidade nas faixas de remuneração dos estabelecimentos hoteleiros como um todo, nesse período.

A Tabela 4.7, apresenta em detalhe a questão do emprego médio por faixa salarial e por estabelecimento hoteleiro.

Esta tabela mostra a participação do número médio de pessoas empregadas, por faixa de remuneração em salários mínimos, dos *resorts*, em relação ao total dos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, isto é, quantos pessoas empregadas existem, em média, em cada *resort*, para cada pessoa empregada nos demais estabelecimentos, segundo os níveis de renda traduzidos em salários mínimos.

Tabela 4.7
Estado de Pernambuco
Participação do número médio de pessoas empregadas nos resorts e nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante,
segundo os níveis de renda - em salários mínimos - 1997/2000

Faixas salariais (Em sal. mínimos)	Nº médio de pessoas		Part. do núm. médio de pess. resorts/total	Nº médio de pessoas		Part. do núm. médio de pess. resorts/total
	1997			2000		
	Total	Resorts		Total	Resorts	
de 0,50 a 2,00	16,2	59,5	3,7/1	17,5	108,0	6,2/1
de 2,01 a 5,00	11,2	74,5	6,6/1	11,2	128,0	11,4/1
de 5,01 a 10,00	1,9	16,5	8,8/1	1,3	15,3	11,5/1
mais de 10,01	0,4	11,5	25,8/1	0,4	10,7	30,4/1
Ignorado	0,5	0,5	0,9/1	1,0	0,3	0,3/1

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE; Reelaborada pelo autor

Este tipo de tabela revela fatos muito interessantes. Neste caso em particular, apesar de se manter a tendência observada de perda de participação relativa de alguns grupos de maior importância entre as faixas de remuneração dos *resorts*, é uma realidade a manutenção de todos os grupos de remuneração média desse estabelecimento hoteleiro, ao longo do período analisado.

Um ponto a destacar na Tabela 4.7 é que, em termos de participação média, cada *resort* emprega cerca de 30 profissionais remunerados na faixa de mais de dez sal. min, para cada profissional remunerado nessa faixa, do restante dos estabelecimentos hoteleiros com restaurante.

Isso fica mais ressaltado na Tabela 4.8 onde, apesar das perdas relativas já referidas, todos os grupos de empregados por faixa salarial, por *resort*, em relação ao total dos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, tiveram crescimento no período de 1997 a 2000.

Isso deve-se ao fato dos estabelecimentos hoteleiros com restaurante terem sofrido o mesmo tipo de alteração entre as faixas de renda, com transferência de importância das faixas de maior valor para as de menor valor, verificado nos *resorts*.

Tabela 4.8
Estado de Pernambuco
Variação % da participação média do número de pessoas empregadas nos resorts,
em relação às empregadas nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante,
segundo os níveis de renda - 1997/2000

Faixas salariais (Em sal. mínimos)	Part. do nº méd. de empregados nos resorts, no total		Var. % das participações 2000/1997
	1997	2000	
de 0,50 a 2,00	3,7	6,2	67,6
de 2,01 a 5,00	6,6	11,4	72,7
de 5,01 a 10,00	8,8	11,5	30,7
mais de 10,01	25,8	30,4	17,8
Ignorado	0,9	0,3	-66,7

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE; Reelaborada pelo autor

4.3 A escolaridade dos empregados

Este indicador revela o mesmo comportamento verificado nas seções referentes aos níveis funcionais e de renda, em relação aos *resorts* e aos estabelecimentos hoteleiros com restaurante como um todo.

Tabela 4.9
Estado de Pernambuco
Variação % da participação do número de pessoas empregadas nos estabelecimentos hoteleiros da categoria resort,
segundo os níveis de escolaridade - 1997/2000

Níveis de escolaridade	Part. % do número de empregados		Var. % das participações 2000/1997
	1997	2000	
Analfabeto	0,0	0,4	-
Fundamental incompleto	22,2	30,2	36,5
Fundamental completo	9,5	14,5	51,9
Médio incompleto	13,8	16,8	21,1
Médio completo	38,5	30,4	-21,0
Superior incompleto	2,2	3,7	71,1
Superior completo	13,8	4,1	-70,6
Ignorado	0,0	0,0	-

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE; Reelaborada pelo autor

A Tabela 4.9 mostra um fato curioso em relação aos *resorts*: as faixas de escolaridade até médio e superior incompletos, incluindo a faixa relativa aos analfabetos, tiveram ganhos de participação no período de 1997 a 2000. Por outro lado, as faixas que contemplam os níveis de escolaridade média e superior concluídos, apresentam perdas de participação no período analisado.

Esta situação é particularmente preocupante na medida em que se esperaria que os *resorts* valorizassem permanentemente a qualificação.

Cabe uma reflexão. Há uma unanimidade entre os estudiosos quanto à identificação de uma grande flutuação da mão-de-obra na atividade da hospedagem, especialmente ao nível da baixa escolaridade. Então, fala-se na necessidade de qualificar a mão de obra. Mas qualificá-la com que objetivo?

Carvalho,⁹⁸ observou assim a questão: “Para os supervisores, por exemplo, essas habilidades (treinamentos) podem incluir dar ordens, repreender, propor uma idéia nova. Para os empregados, a habilidade pode ser cortar bifes, arrumar camas, operar PBX ou preparar *crepe suzette*.”

⁹⁸ CARVALHO, Virgílio Nelson da Silva. Turismo e hotelaria desenvolvendo a economia. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) Turismo teoria e prática. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

Segundo o autor, o empregado médio semiquualificado de hotel, não se mostra disponível a qualquer tipo de treinamento em sala de aula. É preciso, então, que o empregado seja “(...) lembrado constantemente de que o treinamento resolverá seus problemas sociais e econômicos, aumentará sua segurança e o valorizará como indivíduo.”

Ainda segundo Carvalho,⁹⁹

Muitos dos empregados dos hotéis e restaurantes não têm qualquer motivação para o trabalho a não ser a necessidade de dinheiro. Cerca de metade dos 400 mil empregados de hotéis é mulher (...) Cerca de 25% são adolescentes que necessitam de instrução detalhada. Apenas pequena percentagem pretende fazer carreira em hotéis (...).

A Tabela 4.10, referente aos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, permite observar uma outra realidade.

Embora esse universo hoteleiro continue a apresentar taxas elevadas de participação de empregados analfabetos, com um crescimento de 33,1, dessa categoria, em 2000 em relação a 1997, apresentou também taxas positivas nos níveis exatamente desprestigiados pelos *resorts*, isto é, nos níveis médio e superior completos. Identifica-se nisso um contra-ponto à situação verificada nos *resorts*.

Essa realidade talvez comece a ser fruto do impacto que vem provocando no mercado hoteleiro nacional e regional, a chegada de grupos internacionais com uma carga de profissionalismo muito mais acentuada e portanto arredia ao informalismo e improvisação que sempre pontuou a hotelaria no país.

Tabela 4.10
Estado de Pernambuco
Variação % das participação do número de pessoas empregadas nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante,
segundo os níveis de escolaridade - 1997/2000

Níveis de escolaridade	Part. % do número de empregados		Var. % das participações 2000/1997
	1997	2000	
Analfabeto	1,6	2,1	33,1
Fundamental incompleto	34,3	30,2	-12,1
Fundamental completo	25,4	22,5	-11,4
Médio incompleto	12,0	15,4	28,1
Médio completo	21,6	24,5	13,5
Superior incompleto	2,4	2,4	-2,1
Superior completo	2,4	2,9	21,4
Ignorado	0,2	0,0	-100,0

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE; Reelaborada pelo autor

Se isso for verdade, confirmar-se-ia na hotelaria regional, o vício que sempre foi atribuído a parte do empresariado nordestino:

Na região, o turismo se apresenta sob a forma de duas vertentes: a do turismo tradicional e a do moderno. Essas vertentes são bastante diferentes entre si, tanto na forma como no conteúdo e tanto no que se refere aos princípios quanto aos objetivos. No primeiro caso, observa-se o oferecimento de produtos e serviços padronizados, balizados fundamentalmente no fator preço. A "tecnologia de promoção e difusão carece de um alcance globalizador e compete na base do preço, já que todos os produtos e serviços são similares" e pouco diversificados (ACHAR, 1997). Neste segmento, de tipo tayloriano, o empresário e a empresa trazem em si valores que inibem suas perspectivas de expansão. O empresário está sempre à espera de que o governo atue com um papel paternalista e centralista, impondo decisões e elaborando planos de desenvolvimento com decisões centralizadas que atendam a interesses de um número restrito de pessoas. Os dirigentes dessas empresas impõem suas ordens e não admitem contestações provenientes dos empregados. Para eles, os trabalhadores só estão preparados para obedecer e executar ordens sem maiores questionamentos. Em consequência, o setor vê reduzidas suas vantagens comparativas.¹⁰⁰

A Tabela 4.11, mostra a participação do número médio de pessoas empregadas, por nível de escolaridade, nos *resorts* e nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante como um todo, isto é, quantas pessoas empregadas existem, em média, em cada *resort*, para cada pessoa empregada nos demais estabelecimentos, segundo os níveis de escolaridade.

⁹⁹ CARVALHO, Virgílio Nelson da Silva. Turismo e hotelaria desenvolvendo a economia. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) Turismo teoria e prática. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

Tabela 4.11
Estado de Pernambuco
Participação do número médio de pessoas empregadas nos resorts e nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante,
segundo os níveis de escolaridade - 1997/2000

Níveis de escolaridade	Nº médio de pessoas		Part. do núm. médio de pess. resorts/total	Nº médio de pessoas		Part. do núm. médio de pess. resorts/total
	1997			2000		
	Total	Resorts		Total	Resorts	
Analfabeto	0,5	0,0	0/1	0,7	1,0	1,5/1
Fundamental incompleto	10,4	36,0	3,5/1	9,4	79,3	8,4/1
Fundamental completo	7,7	15,5	2/1	7,1	38,0	5,4/1
Médio incompleto	3,6	22,5	6,2/1	4,8	44,0	9,1/1
Médio completo	6,5	62,5	9,6/1	7,7	79,7	10,4/1
Superior incompleto	0,7	3,5	4,8/1	0,7	9,7	13/1
Superior completo	0,7	22,5	30,7/1	0,9	10,7	11,6/1
Ignorado	0,1	0,0	0/1	0,0	0,0	0,0

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE; Reelaborada pelo autor

Segundo esta tabela, a situação que se destaca diz respeito aos Analfabetos. Em 2000, em termos comparativos médios, existia um analfabeto em cada *resort*, contra 0,7 em cada um dos estabelecimentos hoteleiros com restaurante como um todo.

Por outro lado, em termos médios, os dados mostram que, no período de 1997 a 2000, os *resorts* demandaram por muito mais mão-de-obra qualificada até o nível médio e desconsideraram significativamente os profissionais de nível superior, tendo estes perdido participação relativa média de cerca de dois profissionais em cada *resort*, para cada profissional com essa qualificação no restante dos estabelecimentos.

A Tabela 4.12 revela que, no período de 1997 a 2000, em termos da escolaridade, os *resorts* mantêm a tendência já observada nos outros dois indicadores analisados. Os grupos de profissionais empregados nesses estabelecimentos hoteleiros, vêm tendo ganhos de participação quase inversamente proporcionais aos níveis de escolaridade. Apesar dos ganhos substanciais de participação dos profissionais de nível superior incompleto, no mesmo período.

¹⁰⁰ GALINDO FILHO, Osmil Torres; GUIMARÃES, Paulo Ferraz. BANCO DO NORDESTE - Setor Turismo. Fortaleza, 2000.

Tabela 4.12
Estado de Pernambuco
Variação % da participação média do número de pessoas empregadas nos resorts,
em relação às empregadas nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante,
segundo os níveis de escolaridade - 1997/2000

Níveis de escolaridade	Part. % do número médio de empregados dos resorts, no total		Var. % das participações 2000/1997
	1997	2000	
Analfabeto	0,0	1,5	-
Fundamental incompleto	3,5	8,4	140,0
Fundamental completo	2,0	5,4	170,0
Médio incompleto	6,2	9,1	46,8
Médio completo	9,6	10,4	8,3
Superior incompleto	4,8	13,0	170,8
Superior completo	30,7	11,6	-62,2
Ignorado	0,0	0,0	-

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE; Reelaborada pelo autor

4.4 Análise cruzada dos dados

Observando-se os três grupos de indicadores usados para o estudo: funcional, renda e escolaridade, a primeira impressão que se destaca em cada um deles é a perda de importância dos grupos de maior responsabilidade ou de supervisão, remuneração e escolaridade, com sua transferência para os grupos auxiliares e administrativos.

Há uma aparente convergência, revelada pelas taxas obtidas nas tabulações, dos *resorts* em direção ao comportamento médio do restante da denominada hotelaria com restaurante.

Contudo, levando-se em conta o período da pesquisa até 2000 e apesar das mobilidades verificadas entre os grupos, nos *resorts*, pode-se referir que, em termos de participação média por estabelecimento, os *resorts* são ainda imbatíveis na questão de número médio de pessoas empregadas em qualquer dos níveis estudados, dos três indicadores, em comparação com o restante dos estabelecimentos hoteleiros com restaurante

Isso fica reforçado quando se considera o ano de 1997, fase da demarcação dos empreendimentos. Naquele ano, os dados mostram que os *resorts*, em

Pernambuco, pretenderam iniciar suas atividades com níveis qualitativos, tanto funcionais como de renda ou de escolaridade, muito superiores ao da média do universo de estabelecimentos hoteleiros com restaurante.

No entanto, se por hipótese, as análises comparativas fossem em relação ao estrato de hotéis classificados como de 4 e 5 estrelas, ou luxo e super luxo, possivelmente essa convergência se revelasse definitivamente, podendo até ocorrer o fato destes estabelecimentos apresentarem estruturas funcionais, remuneratórias e de escolaridade muito próximas, ou até superiores, às vigentes nos próprios *resorts*.

Isso poderá ser verdade na medida em que se constata que essas categorias de estabelecimentos de 4 e 5 estrelas (ou luxo e super luxo), vêm sendo assumidas por grupos internacionais conceituados, obviamente com processos administrativos muito mais profissionais e, como já se referiu, muito mais avessos ao informalismo e improvisação, ainda característicos do empresariado hoteleiro local.

O que pode ter contribuído para a mudança de rumo em relação especificamente aos *resorts*, talvez tenha a haver com ajustamentos decorrentes da experiência adquirida quando o empreendimento passa a caminhar em *velocidade de cruzeiro*, o que levou às alterações observadas naqueles estabelecimentos, no período de 1997 e 2000.

No entanto, se é verdade que o turismo nacional e regional terá muito a ganhar com a chegada dos grandes grupos internacionais, também é verdade que esses grupos muitas vezes vêm investidos do papel de *descobridores de novos mundos* e do *ranço* negativo que a expressão possa ter. Cabe, portanto, ao poder público e aos gestores, tudo fazerem para que as potencialidades positivas proporcionadas pela boa exploração da atividade do turismo, alcance a todos por igual e não só a uns poucos, como normalmente ocorre quando as atividades mudam simplesmente de esfera, mas sem a adequada regulamentação efetivamente aplicada.

Carvalho¹⁰¹ expressa assim, essa preocupação:

(...) Infelizmente na área de recursos humanos pouco ou nada conseguimos evoluir, pois as empresas internacionais trazem seus homens de operação, controller, marketing e outros; mas em matéria de recursos humanos poucos vieram e atuaram no Brasil, procurando transferir a tecnologia para nossos melhores investimentos, os que realmente devem ser desenvolvidos, os profissionais brasileiros.

¹⁰¹ CARVALHO, Virgílio Nelson da Silva. Turismo e hotelaria desenvolvendo a economia. in: LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.) Turismo teoria e prática. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

Reiteramos a redação da Deliberação Normativa da EMBRATUR nº 367, de 26/11/96¹⁰²:

O *resort* é um meio de hospedagem localizado em área de conservação ou equilíbrio ambiental, cuja construção tenha sido antecedida de estudos de impacto ambiental e do planejamento da ocupação do uso do solo, visando a conservação do meio ambiente, que possua área com infra-estrutura de entretenimento e lazer significativamente superior à dos estabelecimentos similares e se classifique nas categorias luxo ou superluxo (antigas classificações quatro e cinco estrelas).

E a preocupação de Galindo e Guimarães¹⁰³ como forma de tentar-se, de alguma forma, contribuir para a manutenção da missão que se atribuiu e se espera desse empreendimento hoteleiro que possui, por suas características, um potencial que lhe permite sinergias muito superiores ao de um *hotel de luxo situado em locais paradisíacos*:

(...) O modelo de gestão desses meios de hospedagem é que determina a forma como se processa sua interação com a comunidade. A idéia é que esses estabelecimentos atuem como indutores do desenvolvimento, criando condições de autonomia para a população local, diferentemente da postura assistencialista que caracteriza a maioria das iniciativas dos grandes empreendimentos.

¹⁰² Apud GALINDO FILHO, Osmil Torres; GUIMARÃES, Paulo Ferraz. BANCO DO NORDESTE - Setor Turismo. Fortaleza, 2000.

¹⁰³ GALINDO FILHO, Osmil Torres; GUIMARÃES, Paulo Ferraz. BANCO DO NORDESTE - Setor Turismo. Fortaleza, 2000.

Conclusões

A pesquisa assumiu um caráter exploratório, em virtude da ainda limitada produção acadêmica sobre o turismo de uma forma geral e, especificamente, sobre a questão objeto deste estudo, o *resort*, segmento ainda pouco definido da hotelaria.

O estudo imbuíu-se da missão de colher elementos representativos no tocante ao emprego, à renda e à escolaridade, proporcionados pelo *resort* à mão-de-obra, de tal forma que permitissem ser analisados sob os aspectos qualitativos e quantitativos.

Nessa linha, procurou-se obter e agrupar componentes representativos desses segmentos, no sentido de permitirem que se configurasse o tripé estrutural da análise. Ao final, conseguiu-se elaborar a seguinte estrutura: o primeiro segmento, composto pelos níveis das categorias funcionais, com rebatimento direto no emprego; o segundo, composto pelos níveis de rendimento, configurado em faixas de salários mínimos e, por fim, o dos níveis de escolaridade.

Essa elaboração foi construída de forma a atender da melhor maneira possível à questão da pesquisa: *os requisitos de escolaridade exigidos à força de trabalho, decorrentes do nível de sofisticação desses estabelecimentos hoteleiros, atenuam o impacto local em termos de emprego e renda?*

Principais conclusões: globalmente, os *resorts* tiveram impacto positivo em termos de emprego agregado médio, vivenciado pelo aumento de 162,5, em 1997, para 262,0 pessoas, em 2000, por *resort*, contra 30,2 e 31,3 pessoas empregadas, naquele período, por estabelecimento hoteleiro com restaurante como um todo.

No período, observou-se que em termos agregados houve aumento de postos médios de trabalho. Contudo, qualitativamente, em termos de renda e escolaridade, não houve a correspondente evolução. Nestes casos específicos, houve, em relação à primeira variável, uma aparente perda de participação das pessoas remuneradas nas faixas de 5,01 a mais de 10,01 sal. min., em comparação ao ganho de participação verificado nas as faixas de 0,50 a 5,00 sal. min.. Em relação à segunda variável, ocorreu comportamento semelhante ao verificado com a remuneração, em que a mão-de-obra qualificada com níveis de escolaridade até o Médio e Superior completos

tiveram perdas de participação, ao contrário dos ganhos de participação observados nos outros níveis inferiores ou incompletos de escolaridade.

Contudo, cabe uma observação. Por absoluta falta de dados confiáveis da variável *origem da mão-de-obra*, em virtude dessa informação não ser mais solicitada nas atuais planilhas da RAIS, não se conseguiu uma mensuração mais fina que permitisse avaliar a participação da mão-de-obra autóctone, absorvida por esse tipo de empreendimento hoteleiro.

As consultas relativas a esta questão, feitas nas entrevistas com os especialistas, sugerem que a absorção de mão-de-obra local se concentra nos níveis auxiliares-operacionais, tais como açougueiro, camareiro, confeitoiro, contínuo, ecônomo, faxineiro, garçom, jardineiro, mensageiro, padeiro porteiro, entre outros. Contudo, como não se conseguiu dados quantificáveis, a precisão da informação ficou afetada.

Dessa forma, torna-se mister esclarecer melhor se o *resort* é simplesmente um *hotel de luxo localizado em locais paradisíacos* ou, muito mais do que isso, um vetor com potencialidades efetivas para desenvolver sinergias capazes de induzir transformações sociais concretas no seu entorno local, de acordo com o que se propunha inicialmente.

Como essas sinergias requerem normalmente prazo de maturação maior que o abrangido por esta pesquisa para terem plena efetividade, certamente será necessário decorrer mais algum tempo antes de ser possível obter uma resposta mais precisa e conclusiva.

Bibliografia citada

- ALTVATER, Elmar. ***O preço da riqueza-pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial***. UNESP. São Paulo, 1995.
- AMARAL FILHO, Jair do. ***A endogenização do desenvolvimento econômico regional***. Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia – ANPEC, 1999.
- Atividades Características do Turismo***. Disponível em: <http://www.world-tourism.org/statistics/basic_references/castellano.htm>. Acesso em: 29/3/2002>.
- BOISIER, Sérgio. ***Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político***. ILPES. In: Planejamento e Políticas Públicas. Nº 13. IPEA. Brasília. Julho de 1996.
- Boletim Conjuntural Nordeste do Brasil, nº 7***. Recife: SUDENE, Ago 2000.
- BUARQUE, Sérgio C.; SOUZA, Éster Aguiar. ***Pobreza e meio ambiente no Brasil***. In: Pobreza y médio ambiente em América Latina. Compilado por Ernest R. Hajek. CIEDLA, Konrad Adenauer Stiftung. Buenos Aires, 1995.
- Código Mundial de Ética do Turismo***. Disponível no site <www.world-tourism.org>. Acesso em: 29/3/2002.
- Contas Regionais do Brasil***. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2002
- COSTA, Jorge; RITA, Paulo; ÁGUAS, Paulo. ***Tendências internacionais em turismo***. 1. ed. Lisboa. Lidel, 2001.
- GALINDO FILHO, Osmil Torres; GUIMARÃES, Paulo Ferraz. BANCO DO NORDESTE - ***Setor Turismo***. Fortaleza, 2000.
- Indústria do Turismo no Mundo e no Brasil***. Disponível em: <www.abih.com.br>. Acesso em: 9 dez. 2001.
- LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.). ***Turismo Teoria e Prática*** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- NASCIMENTO, Tatiana. ***Dólar alto traz turista para o NE***, Diário de Pernambuco, Recife, 30 de junho de 2002. Caderno Economia, p. B7.
- CORREIA NETO, José Tavares, presidente da ABIH-Pernambuco. Disponível em: <www.abih.com.br>. Acesso em: 9 dez. 2001.

Origem e Expansão da Hotelaria. Disponível em: <www.abih.com.br>. Acesso em: 9 dez. 2001.

Panorama Geral da Hotelaria Brasileira. Disponível em: <www.abih.com.br>. Acesso em: 9 dez. 2001.

Perfil dos Profissionais no Mercado de Trabalho no Setor de Turismo no Brasil. Levantamento, elaborado pelo Instituto de Hospitalidade (IH) e Sebrae. Disponível em: <www.abih.com.br>. Acesso em: 9 dez. 2001.

Pesquisa realizada pela EMBRATUR junto a 800 meios de hospedagem. Disponível em: <www.abih.com.br>. Acesso em: 9 dez. 2001.

PORTER, Michael, van der LINDE, Claas. **Verde e competitivo – acabando com o impasse.** 5. ed. São Paulo. Campus.

Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Disponível em: <www.embratur.gov.br>. Acesso em: 28 de abril de 2002.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento - crescer sem destruir.** Vértice.

SANDRONI, Paulo (org.). **Novíssimo Dicionário de Economia.** São Paulo, Best Seller, 2000.

Sistema de Contabilidade Nacional (SCN), versão de 1993. Lisboa. Tradução portuguesa do Instituto Nacional de Estatística (INE). Original inglês.

Bibliografia de referência

- ALTVATER, Elmar. ***O preço da riqueza-pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial***. UNESP. São Paulo, 1995.
- AMARAL FILHO, Jair do. ***A endogenização do desenvolvimento econômico regional***. Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia – ANPEC, 1999.
- ANDRADE, Maria Margarida de. ***Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação***. 3. ed. São Paulo. Atlas, 1999.
- AP, John; WONG, Kevin K. F. ***Case study on tour guiding: professionalism, issues and problems***. Department of Hotel and Tourism Management. The Hong Kong Polytechnic University. Hong Kong. 2001. p. 551-563. Base de dados PROQUEST.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: ***informação e documentação – Apresentação de citações em documentos***. Rio de Janeiro, Jul. 2001.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: ***informação e documentação – referências – elaboração***. Rio de Janeiro, Ago. 2000.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: ***informação e documentação – Trabalhos acadêmicos - Apresentação***. Rio de Janeiro, Jul. 2001.
- BID. Estatísticas mundiais. Disponível em: <http://www.iadb.org>. Acesso em: várias datas.
- BOISIER, Sérgio. ***Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político***. ILPES. In: Planejamento e Políticas Públicas. Nº 13. IPEA. Brasília. Julho de 1996.
- Boletim Conjuntural Nordeste do Brasil, nº 7***. Recife: SUDENE, Ago 2000.
- BREEN, Helen; BULL, Adrian; WALO, Maree. ***A comparison of survey methods to estimate visitor expenditure at a local event***. The School of Tourism and Hospitality Management. Australia. 2001. p. 473-479. Base de dados PROQUEST.
- BUARQUE, Sérgio C.; SOUZA, Éster Aguiar. ***Pobreza e meio ambiente no Brasil***. In: Pobreza y médio ambiente em América Latina. Compilado por Ernest R. Hajek. CIEDLA, Konrad Adenauer Stiftung. Buenos Aires, 1995.

- CAMPBELL, Lisa M. *Ecotourism in rural developing communities*. University of Western Ontário. Canada. 1999. p. 534-553. Base de dados PROQUEST.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. 1. ed. São Paulo: Xamã, 1996.
- COSTA, Jorge; RITA, Paulo; ÁGUAS, Paulo. *Tendências internacionais em turismo*. 1. ed. Lisboa. Lidel, 2001.
- DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ESPAÇO ECONÔMICO EUROPEU - Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Européias. Luxemburgo, 1991.
- EUR-OP News – Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Européias. Vários Números.
- EUROSTAT. Estatísticas. Disponível em: <<http://www.europa.eu.int/eurostat.html>>. Acesso em: várias datas
- EXAME. *O Brasil e o mundo em 2001*. São Paulo: Ed. Abril, edição 730, n. 26, 27 dez. 2000. 162 p.
- EXAME: revista quinzenal de negócios. São Paulo: Ed. Abril, edição 735, n. 5, p. 40-59, 7 mar. 2001.
- FERRAZ, João Carlos, KUPFE, David, HAGUENAUER, Lia. *Made in Brazil: Desafios Competitivos para a Indústria*. Rio de Janeiro. Campus, 1997.
- GALINDO FILHO, Osmil Torres; GUIMARÃES, Paulo Ferraz. BANCO DO NORDESTE - *Setor Turismo*. Fortaleza, 2000.
- HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia Científica*. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1986
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do Trabalho Científico*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1987
- LAGE, Beatriz H. G., MILONE, Paulo C. (Org.). *Turismo Teoria e Prática* 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

- LEE, Kian Foh. ***Sustainable tourism destinations: the importance of cleaner production***. International Institute for Industrial Environmental Economics. Sweden. 2001. p. 313-323. Base de dados PROQUEST.
- MILLER, Graham. ***The development of indicators for sustainable tourism: results of a Delphi survey of tourism researchers***. University of Westminster. London. UK. 2001. p. 351-362. Base de dados PROQUEST.
- PORTER, Michael, van der LINDE, Claas. ***Verde e competitivo – acabando com o impasse***. 5. ed. São Paulo. Campus.
- RAYMAN-BACCHUS, L.; MOLINA, A. ***Internet-based tourism services: business issues and trends***. Department of Business Studies. University of Edinburgh. UK. 2001. p. 589-605. Base de dados PROQUEST.
- SACHS, Ignacy. ***Ecodesenvolvimento - crescer sem destruir***. Vértice.
- SIMPSON, Patty; WALL, Geoffrey. ***Consequences of resort development. A comparative study***. Faculty of Environmental Studies, University of Waterloo. Waterloo Ontário. Canada. 1999. p. 283-296. Base de dados PROQUEST.
- SZIVAS, Edith; RILEY, Michael. ***Tourism employment during economic transition***. University of Surrey. UK. 1999. p. 747-771. Base de dados PROQUEST.
- VERGARA, Sylvia Constant. ***Projetos e relatórios de pesquisa em administração***. 3. ed. São Paulo. Atlas, 2000.

Apêndice I - Categorias de emprego nos estabelecimentos hoteleiros do tipo *resort*, segundo a CBO

Estado de Pernambuco

Categorias de emprego, segundo a CBO

Estabelecimentos hoteleiros do tipo *resort*

Nível Auxiliar-Operacional
Código Brasileiro de Ocupações
Acougueiro
Caixa
Camareiro (hotel)
Confeiteiro
Continuo
Costureiro, em geral (confeccao em serie)
Cozinheiro em geral
Cozinheiros e trabalhadores assemelhados (outros)
Ecónomo (hotelaria)
Encanador , em geral
Faxineiro
Garcom em geral
Garçons, barmen e trabalhadores assemelhados (outros)
Guardas de seguranca e trabalhadores assemelhados (outros)
Jardineiro
Lavadeiros,tintureiros e trabalhadores assemelhados (outros)
Lustrador de pecas de madeira
Marceneiros e trabalhadores assemelhados (outros)
Marceneiros,em geral
Mensageiro
Operador de caixa
Operador de caldeira
Out trab serv de conserv,limpeza de edificios,logradouros public
Out trab serventia (domicilios e hoteis) e trab.assemelhados
Padeiro
Padeiros confeiteiros e trabalhadores assemelhados (outros)
Pedreiro , em geral
Pintor de obras
Pintores nao classificados sob outras epigrafes (outros)
Porteiro (hotel)
Porteiro (locais de diversao)
Servente de obras
Trabalhadores de servicos de abastecimento e armazenagem (outros)

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE

Nota: manteve-se a grafia utilizada pela raiz

Nível Intermediário
Código Brasileiro de Ocupações

Agentes de venda de servicos as empresas (outros)
 Agentes de viagem e guias de turismo (outros)
 Alfaiates costureiros e modistas (outros)
 Auxiliar de almoxarifado
 Auxiliar de contabilidade
 Auxiliar de enfermagem do trabalho
 Auxiliar de escritorio em geral
 Auxiliar de pessoal
 Auxiliares de contabil caixas e trab assemelhados (outros)
 Auxiliares de escritorio e trabalhadores assemelhados (outros)
 Barman
 Chefe de bar
 Chefe de confeitaria
 Chefe de escritorio (contabilidade)
 Chefe de escritorio (pessoal)
 Chefe de escritorio (servicos gerais)
 Chefes intermediarios administrativos (outros)
 Comissarios (servicos de transporte de passageiros) (outros)
 Compositores,musicos e cantores (outros)
 Comprador (comercio atacadista e varejista)
 Condutores de auto, onibus, caminhoes e veiculos similares (outros)
 Cozinheiro chefe
 Eletricista de instalacoes (edificios)
 Eletricista de manutencao , em geral
 Eletricistas de instalacoes (outros)
 Emissor de passagens
 Governanta (hotelaria)
 Maitre
 Mecanico de manutencao de bicicletas e veiculos similares
 Mecanico de manutencao de maquinas , em geral
 Mecanico manutencao aparelhos calefacao ventilacao refrigeracao
 Mecanicos de manutencao de maquina (outros)
 Montadores de maquinas (outros)
 Motorista de furgao e veiculo similar
 Operador de camaras frias
 Operador de computador
 Operador de estacao de tratamento de agua
 Out ajust mec mont mec maq veic instrum prec n/clas s/out epigr
 Out aparelhadores emendadores cabos (exceto cabos elet e telec)
 Out chef interm administ contab finanzas n classif sob out epigraf
 Out eletric eletron trab assem n/classif s/out epigrafes
 Out inst reparadores linhas eletricas e de telecomunicacoes
 Out trab serv administ trab assem escrito n/clas s/out epigraf
 Out trab serv.contab,cx e trab assemelh n/classif s/out epigraf
 Outros mest contram superv manut sist opera e trab. assemelhados
 Recepcionista de hotel
 Recepcionista em geral
 Recepcionistas (outros)
 Secretarios (outros)

Supervisor de andares (hotel)
 Supervisor de segurança do trabalho
 Supervisores compras e compradores (outros)
 Supervisores de venda e trabalhadores assemelhados (outros)
 Técnico de contabilidade
 Técnico de manutenção elétrica
 Técnicos de contabilidade estatística e economia doméstica (outros)
 Técnicos desportivos e trabalhadores assemelhados (outros)
 Trab da usinagem de metais não classif sob out epígrafes (outros)

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE

Nota: manteve-se a grafia utilizada pela raiz

Nível Superior

Código Brasileiro de Ocupações

Engenheiro civil em geral
 Nutricionista em geral
 Orientador educacional
 Outros economistas, adminis., contad., e trab. assem. n-classif.
 Professor de educação física (ginástica e desportos)
 Professores não classificados sob outras epígrafes (outros)
 Psicólogo, em geral
 Secretário bilingue

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE

Nota: manteve-se a grafia utilizada pela raiz

Nível de Gerência

Código Brasileiro de Ocupações

Gerente administrativo
 Gerente comercial
 Gerentes administrativos e assemelhados (outros)
 Gerentes de produção e de pesquisa e desenvolvimento (outros)
 Out gerentes hotéis,restaur,bares,estab,similares e trab assemelh

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE

Nota: manteve-se a grafia utilizada pela raiz

Apêndice II – Categoria de emprego nos estabelecimentos hoteleiros com restaurante, segundo a CBO.

Estado de Pernambuco

Categoria de emprego, segundo a CBO

Estabelecimentos hoteleiros com restaurante

Nível Auxiliar-Operacional
Código Brasileiro de Ocupações
Acougueiro
Armador de estrutura de concreto , em geral
Ascensorista
Atendente de Lanchonete
Atendentes de Guiche,Bilheteiros e Trab Assemelhados (Outros)
Baba
Bilheteiro (Locais de Diversao)
Bombeiros (Outros)
Caixa
Camareiro (Embarcacoes)
Camareiro (Hotel)
Canteiro, em Geral
Carpinteiro de formas para concreto
Carpinteiro de obras
Carpinteiro em Geral
Carpinteiros (Outros)
Confeiteiro
Continuo
Copeiro
Copeiro (Hospital)
Cortador de Pedras
Costureiro , a Maquina (Confeccao em Serie)
Costureiro, em Geral (Confeccao em Serie)
Cozinhador em Geral (Conservacao de Alimentos)
Cozinheiro (Embarcacoes)
Cozinheiro (Hospitais)
Cozinheiro (servico domestico)
Cozinheiro em Geral
Cozinheiros e Trabalhadores Assemelhados (Outros)
Curtidores de Couro e Peles Trab Assemelhados (Outros)
Descarnador de Couros e Peles,a Maquina
Despenseiro
Ecónomo (hotelaria)
Empregada Domestica
Encanador , em Geral
Encanadores e Instaladores de Tubulacoes (Outros)
Enxertador
Faxineiro
Ferramenteiros e modeladores de metais (outros)
Garcom (servico de vinhos)

Garcom em Geral
 Garcons, Barmen e Trabalhadores Assemelhados (Outros)
 Gari
 Gravador de Chapas , Cilindros e Matrizes Impressao ,a Mao
 Guarda de Seguranca
 Guardador de veiculos
 Guarda-roupa (teatro,cinema,televisao)
 Guardas de Seguranca e Trabalhadores Assemelhados (Outros)
 Ignorado
 Jardineiro
 Lancheiro
 Lavadeiro a Maquina
 Lavadeiro em Geral
 Lavadeiros,Tintureiros e Trabalhadores Assemelhados (Outros)
 Lavador de loucas
 Lavador de veiculos
 Limpador a Seco,a Maquina
 Limpador de Janelas
 Lingotador
 Lustrador de Pecas de Madeira
 Manicuro
 Marceneiros e Trabalhadores Assemelhados (Outros)
 Marceneiros,em Geral
 Masseur (Massas Alimenticias)
 Mensageiro
 Moldadores e macheiros (outros)
 Moleiro,em Geral
 Montador de Andaimos (Edificacoes)
 Motocicleta (Transp de Mercadorias)
 Oper Maquinas de Construcao Civil e de Equipam Afins (Outros)
 Operador de Caixa
 Operador de caldeira
 Out Trab Serv de Conserv,Limpeza de Edificios,Logradouros Public
 Out Trab Serventia (Domicilios e Hoteis) e Trab.Assemelhados
 Out Trab Servico Protecao e Seguranca nao Classif sob Out Epigraf
 Outros Trabalhadores Bracais Nao-Classificados sob Outras Epigrafes
 Outros Trabalhadores de Movimentacao de Cargas e Descargas
 Padeiro
 Padeiros Confeiteiros e Trabalhadores Assemelhados (Outros)
 Passador a Maquina
 Passador,a mao
 Pedreiro , em Geral
 Pedreiros e Estucadores (Outros)
 Pessoa que Procura seu Primeiro Emprego
 Pintor a Pincel e Rolo (Exceto Obras e Estruturas Metalicas)
 Pintor a Pistola (Exceto Obras e Estruturas Metalicas)
 Pintor de Letreiros
 Pintor de Obras
 Pintores de Obras e de Estruturas Metalicas (Outros)

Pintores nao Classificados sob Outras Epigrafes (Outros)
 Polidor de Metais
 Polidor de Pedras
 Porteiro (Hotel)
 Porteiro (Locais de Diversao)
 Porteiro de Edificio
 Preparador de Couros e Peles Curtidos
 Rebaixador de Couros
 Reparador de aparelhos eletronicos , em geral
 Reparadores de Equipamentos Eletricos e Eletronicos (Outros)
 Salva-Vidas
 Serrador de madeira, em geral
 Serralheiro
 Servente de Obras
 Soldadores e oxicortadores (outros)
 Telhador (Telhas Plasticas)
 Tingidor de Couros e Peles
 Trab Construcao Civil Trab Assem N/Classif S/Out Epigrafes (Outros)
 Trab Costura, Estofadores Trab Assem N/Clas S/Out Epigr (Outros)
 Trab. de Servicos Gerais (Serv. de Conservacao Manutencao e Limpeza
 Trabalhador da Cultura de Uva
 Trabalhador da floricultura,em geral
 Trabalhador da Manutencao de Edificacoes
 Trabalhador de Movimentacao de Carga e Descarga
 Trabalhador que nao Declarou Sua Ocupacao
 Trabalhadores de Calcados (Outros)
 Trabalhadores de Industrializacao Conservacao de Alimentos (Outros)
 Trabalhadores de preparacao de tecelagem (outros)
 Trabalhadores de Servico de Administracao de Edificio (Outros)
 Trabalhadores de Servicos de Abastecimento e Armazenagem (Outros)
 Trabalhadores que Declaram Ocupacoes Nao-Identificaveis
 Vaqueiro
 Vendedores Ambulantes,Vendedoresa Domicilio e Jornaleiro (Outros)
 Vigia
 Zelador de Edificio

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE

Nota: manteve-se a grafia utilizada pela raiz

Nível Intermediário

Código Brasileiro de Ocupações

Agente Administrativo
 Agente de Compras
 Agente de Policia
 Agentes Administrativo (Outros)
 Agentes de Venda de Servicos as Empresas (Outros)
 Agentes de viagem e guias de turismo (outros)
 Agentes e inspetores tecnicos de vendas (outros)
 Alfaiate
 Alfaiates Costureiros e Modistas (Outros)

Almoxarife
 Analista de Credito e Cobranca
 Analista de Organizacao e Metodos
 Analista de Recursos Humanos
 Analista de Suporte de Sistemas
 Analistas de Ocupacoes e Trabalhadores Assemelhados (Outros)
 Apontador de Mao de Obra
 Assistente Administrativo
 Assistente de Vendas (Financeiro)
 Auxiliar de Almoxarifado
 Auxiliar de Contabilidade
 Auxiliar de Enfermagem do Trabalho
 Auxiliar de Enfermagem, em Geral
 Auxiliar de Escritorio em Geral
 Auxiliar de Estatistica
 Auxiliar de Pessoal
 Auxiliar de Seguros
 Auxiliares de Contabil Caixas e Trab Assemelhados (Outros)
 Auxiliares de Escritorio e Trabalhadores Assemelhados (Outros)
 Barman
 Cabeleireiro
 Calculista (Folha de Pagamento)
 Calculista de Custos
 Chefe de Almoxarifado
 Chefe de Bar
 Chefe de Confeitaria
 Chefe de Contas a Pagar
 Chefe de Controle de Patrimonio
 Chefe de Escritorio (Contabilidade)
 Chefe de Escritorio (Credito e Cobranca)
 Chefe de escritorio (orcamento)
 Chefe de Escritorio (Pessoal)
 Chefe de Escritorio (Servicos Gerais)
 Chefe de Escritorio (Tesouraria)
 Chefe de Escritorio em Geral
 Chefe de Portaria (Hotel)
 Chefe de Recepcao
 Chefe de Servico de Transporte Rodoviario (Passageiros e Cargas)
 Chefes e inspetores de servicos de transporte rodoviario (outros)
 Chefes Intermediarios Administrativos (Outros)
 Chefes Intermediarios de Contabilidade e Financas (Outros)
 Classificador de Correspondencia
 Classificador de Couros e Peles
 Classificadores de Correspondencia, Carteiros Mensageiros (Outros)
 Cobrador (Creditorio)
 Codificador de Dados
 Comandante de Embarcacoes (Navegacao Interior)
 Compositores, Musicos e Cantores (Outros)
 Comprador (Comercio Atacadista e Varejista)

Condutores de Auto, Onibus, Caminhoes e Veiculos Similares (Outros)
 Conferente de Materiais
 Conferidor (Cartoes e Fitas)
 Contramestres de Embarcacoes Marinheiros Conves Barqueiros (Outros)
 Controlador e/s
 Coreografos e Bailarinos (Outros)
 Correspondente Comercial
 Corretor de Titulos e Valores
 Corretores de seguros,de imoveis e de titulos e valores (outros)
 Cozinheiro Chefe
 Cronometrista
 Datilografo
 Datilografos,Estenografos e Trabalhadores Assemelhados (Outros)
 Decorador de interiores
 Demonstradores e Trabalhadores Assemelhados (Outros)
 Digitador
 Eletricista de instalacoes (edificios)
 Eletricista de Instalacoes , em Geral
 Eletricista de Manutencao , em Geral
 Eletricista de Manutencao de Linhas Eletricas e Telefonicas
 Eletricistas de Instalacoes (Outros)
 Emissor de passagens
 Encarregado de Digitacao e Operacao
 Encarregado de Manutencao de Instrumentos de Controle, Medicao e Si...
 Encarregado de manutencao eletrica de sistemas operacionais
 Encarregado de Manutencao Mecanica de Sistemas Operacionais
 Encarregado de Pagamento
 Escriturario de Banco
 Escultores,pintores e trabalhadores assemelhados (outros)
 Esteticista
 Estoquista
 Faturista
 Governanta (Hotelaria)
 Kardexista
 Mae Social
 Maitre
 Marinheiro
 Massagista
 Mecanico de Manutencao de bicicletas e veiculos similares
 Mecanico de Manutencao de Maquinas , em Geral
 Mecanico de manutencao de maquinas agricolas
 Mecanico Manut Maquinas-Ferramentas (Usinagem de Metais)
 Mecanico Manutencao Aparelhos Calefacao Ventilacao Refrigeracao
 Mecanico Manutencao Veiculos Automotores Diesel (Exceto Tratores)
 Mecanicos de Manutencao de Maquina (Outros)
 Mestre (Construcao Civil)
 Montador de motores de embarcacoes
 Montadores de Equipamentos Eletricos (Outros)
 Montadores de maquinas (outros)

Mordomo (embarcacoes)
 Mordomo (Servico Domestico)
 Mordomos,Governantas e Trabalhadores Assemelhados (Outros)
 Motorista de Caminhao
 Motorista de Carro de Passeio
 Motorista de Furgao e Veiculo Similar
 Motorista de Taxi
 Motorista, em Geral
 Musico
 Operador de camaras frias
 Operador de Computador
 Operador de estacao de tratamento de agua
 Operador de Inspecao de Qualidade
 Operador de Micro
 Operador de projetor cinematografico
 Operador de recepcao, estocagem e movimentacao de materia-prima
 Out ajust mec mont mec maq veic instrum prec n/clas s/out epigr
 Out aparelhadores emendadores cabos (exceto cabos elet e telec)
 Out cabeleireiro especialistas em tratamento beleza,trab assem
 Out Chef Interm Administ Contab Financas N Classif sob Out Epigraf
 Out Eletric Eletron Trab Assem N/Classif S/Out Epigrafes
 Out Inst Reparadores Equipamentos e Aparelhos Telecomunicacoes
 Out Operadores de Maquinas de Processamento Automatic de Dados
 Out Tec Desport,Atlet Profis,Trab Assemel N Classif.S/Out Epigraf
 Out tec,desenh tec e trab assemelh nao classif sob out epigrafes
 Out Tec,Desenh Tec e Trab Assemelh nao Classif sob Out Epigrafes
 Out Trab Agricolas Especializados nao Classif sob Out Epigrafes
 Out Trab Comercio e Trab Assemelh nao Classif S/Out Epigrafes
 Out Trab Conf Inst Music Prod Vime Simi Der Min N/Met Trab Assem
 Out Trab de Serv Tur Hig Embelez Prot Seg Trab Assemelh nao Class
 Out Trab Serv Administ Trab Assem Escrito N/Clas S/Out Epigraf
 Out Trab Serv.Contab,Cx e Trab Assemelh N/Classif S/Out Epigraf
 Out Vendedores de com Atacadista,Varejista,e Trab Assemelhados
 Out Vendedores Pracistas,Representantes Comer.e Trab Assemelhados
 Out. Agentes de Administracao Publica nao Classif sob Out Epigraf
 Outras Parteiras
 Outros Mest Contram Superv Manut Sist Opera e Trab. Assemelhados
 Outros Telefonistas, Telegrafistas e Trabalhadores Assemelhados
 Planejista
 Policiais e Trabalhadores Assemelhados (Outros)
 Programador de Computador
 Promotor de Vendas
 Recepcionista de Consultorio Medico ou Dentario
 Recepcionista de Hotel
 Recepcionista em Geral
 Recepcionistas (Outros)
 Relacoes Publicas
 Secretario Bilingue
 Secretario em Geral

Secretario Executivo
 Secretarios (Outros)
 Sondadores de Pocos (Exceto de Petroleo e Gas) (Outros)
 Supervisor de Andares (Hotel)
 Supervisor de Compras
 Supervisor de Seguranca do Trabalho
 Supervisor de vendas (comercio atacadista)
 Supervisor de Vendas (Comercio Varejista)
 Supervisores Compras e Compradores (Outros)
 Supervisores de Venda e Trabalhadores Assemelhados (Outros)
 Tec de Edif Agrim Est e Saneamento e Trab Assemelhados (Outros)
 Tecnico de Administracao
 Tecnico de Contabilidade
 Tecnico de manutencao eletrica
 Tecnico de Reducao (Primeira Fusao)
 Tecnico Eletronico em Geral
 Tecnico em Programacao Visual
 Tecnico Mecanico (Calefacao Ventilacao e Refrigeracao)
 Tecnico mecanico (calefacao ventilacao e refrigeracao)
 Tecnicos de Administracao e Trabalhadores Assemelhados (Outros)
 Tecnicos de Administracao e Trabalhadores Assemelhados (Outros)
 Tecnicos de contabilidade estatistica e economia domestica (outros)
 Tecnicos de Eletricidade Eletronica e Telecomunicacoes (Outros)
 Tecnicos Desportivos e Trabalhadores Assemelhados (Outros)
 Tecnicos desportivos e trabalhadores assemelhados (outros)
 Tecnicos e fiscais de tributacao e arrecadacao (outros)
 Telefonista
 Terapeuta Ocupacional
 Tesoureiro (Banco)
 Trab da Usinagem de Metais nao Classif sob Out Epigrafes (Outros)
 Vendedor de Comercio Atacadista
 Vendedor de Comercio Varejista

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE
 Nota: manteve-se a grafia utilizada pela raiz

Nível Superior

Código Brasileiro de Ocupações

Advogado (direito civil)
 Advogados (outros)
 Analista de Sistemas
 Auditor Geral
 Contador, em Geral
 Enfermeiro em geral
 Enfermeiros (Outros)
 Engenheiro civil (edificacoes)
 Engenheiro Civil em Geral
 Engenheiro Mecanico (Manutencao)
 Engenheiros Civis e Arquitetos (Outros)
 Engenheiros Mecanicos (Outros)

Engenheiros Químicos (Outros)
 Farmaceutico em Geral
 Nutricionista em Geral
 Orientador educacional
 Out Escrit Jorn Redat Locut Trab Assem N/Clas sob Out Epigraf
 Out Med, Cir Dent, Med Vet, Enf, trab assem n classif sob out epigraf
 Outros Contadores
 Outros Economistas, Adminis., Contad., e trab. assem. n-classif.
 Outros Psicólogos
 Procurador de empresa
 Profes de Lingua Estrangeiras Modernas (Ensino de 2 Grau)
 Professor de educacao fisica (ginastica e desportos)
 Professor de Ensino Pre Escolar
 Professores nao classificados sob outras epigrafes (outros)
 Psicologo do Trabalho
 Psicologo, em Geral
 Secretario bilingue
 Tabeliao

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE

Nota: manteve-se a grafia utilizada pela raiz

Nível de Gerência

Código Brasileiro de Ocupações

Gerente Administrativo
 Gerente Comercial
 Gerente de Bar
 Gerente de Compras
 Gerente de Hotel
 Gerente de Loja
 Gerente de Marketing
 Gerente de Pessoal
 Gerente de processamento de dados
 Gerente de Recrutamento, Selecao e Treinamento
 Gerente de Relacoes Publicas
 Gerente de Restaurante
 Gerente de Vendas
 Gerente Financeiro
 Gerentes Administrativos e Assemelhados (Outros)
 Gerentes de Empresas nao Classificados sob Outras Epigrafe (Outros)
 Gerentes de producao e de pesquisa e desenvolvimento (outros)
 Gerentes Financeiros, Comerciais e de Publicidade (Outros)
 Out Gerentes Hoteis, Restaur, Bares, Estab, Similares e Trab Assemelh

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE

Nota: manteve-se a grafia utilizada pela raiz

Nível de Diretoria

Código Brasileiro de Ocupações

Diretor de empresa hoteleira

Diretores de empresas de serviços comunitários e sociais (outros)
Out dir emp com atacadista,varej emp hoteleiras e estab similares

Fonte: RAIS - CGETIP/MTE

Nota: manteve-se a grafia utilizada pela raiz